Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Tayguara Torres Cardoso

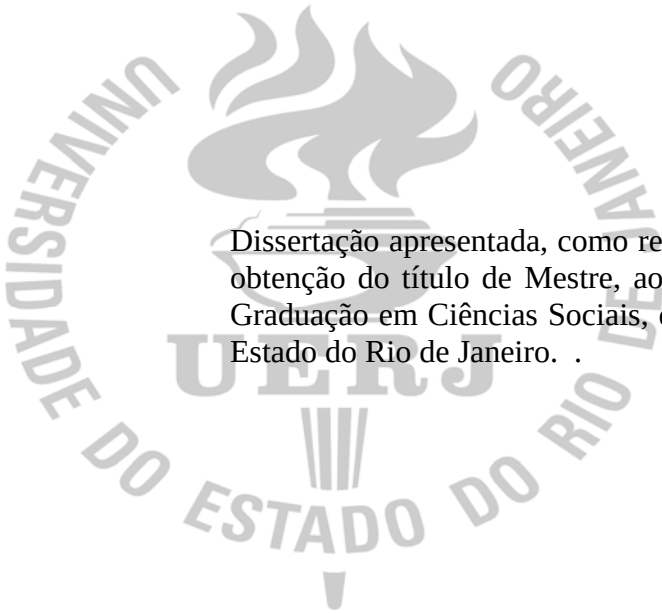
O novo Nordeste: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre desenvolvimento e sertão nordestino nos anos 50

Rio de Janeiro

2007

Tayguara Torres Cardoso

O novo Nordeste: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre desenvolvimento e sertão nordestino nos anos 50



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. .

Orientador: Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Rio de Janeiro

2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

F992 Cardoso, Tayguara Torres.
O novo nordeste: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre desenvolvimentismo e o sertão nordestino nos anos 50/ Tayguara Torres Cardoso. – 2007.
108 f.

Orientador: Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Furtado, Celso, 1920-2004. 2. Castro, Josué de, 1908-1973. 3. Nordeste – Desenvolvimento econômico – Teses. 4. SUDENE – Teses. I. Barros, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU330.35(812/814)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

_____ _____
Assinatura Data

Tayguara Torres Cardoso

O novo Nordeste: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre desenvolvimento e sertão nordestino nos anos 50

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de março de 2007.

Banca Examinadora:

_____

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____

Carlos Eduardo Rebello
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____

Carlos Valter Porto Gonçalves
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2007

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as contribuições, diretas e indiretas, que recebi durante o processo de
construção deste trabalho. Dicas, idéias, sugestões, ou até mesmo palavras de ternura e incentivoe “mãozinhas” de toda a sorte, foram - independentemente do “tamanho”, da “duração” ou da “profundidade” - de inestimável valor e por todas estou extremamente agradecido. Se talvez, um dia, organizassem-se congressos nos quais os autores falassem sobre todas as contribuições inerentes a seus trabalhos entenderíamos que estes são feitos à “muitas mãos” e que, sem estas, provavelmente muitos dos trabalhos feitos nem existiriam ou encontrariam muito maiores dificuldades em serem realizados. Veríamos, nas entrelinhas dos trabalhos científicos aquela indispensável palavra de alento em um dia chuvoso e depressivo, aquele amigo interessado, que achou um livro imprescindível para o trabalho que não se encontrava de jeito nenhum, as ajudas gratuitas e por simples boa vontade de bibliotecários pacientes, auxiliando a encontrar aquela obra perdida no meio de um grande, e muitas vezes desorganizado, acervo, enfim, veríamos uma cadeia infinita de contribuições importantes e que se encontram diluídas no resultado final de um trabalho. Gostaria de agradecer, em geral, a todos estes auxílios imprescindíveis. Sendo quase impossível listá-los todos, deixo registrado meu muito obrigado.

Em particular gostaria de agradecer a algumas pessoas que tiveram envolvimento direto com este estudo. Agradeço, primeiramente, à minha família. À minha mãe, agradeço por fazer sentir-me uma pessoa maior do que realmente sou. À minha esposa, Ana, e a meu filho, Rafael, agradeço a força e a confiança que me proporcionaram, e a felicidade que trazem à minha vida.

Agradeço à minha orientadora Luitgarde, pelo diálogo que proporciona, pela vitalidade que irradia e pelo exemplo de pessoa que é, mostrando que, mesmo vivendo-se em um mundo tão complicado, ainda se pode ter valores firmes.

Agradeço a meu tio Marco Áureo, sempre pronto a me ajudar no que for de seu alcance, sempre me ajudando com minha interminável briga com os “eletrônicos”, valeu Marco!!!

Agradeço a Rejane Calazans, Minha amiga já quase doutora do CPDA, por ter me emprestado livros e pelos diálogos imprescindíveis à realização deste trabalho, obrigadão Rejane!!!

Agradeço também a amizade de meus companheiros de alegrias e angústias, meus colegas de mestrado da UERJ, Rafael, Sérgio, Carol e todos aqueles que proporcionaram risos e reflexões ao longo desta difícil jornada acadêmica. Valeu gente!

Agradeço também ao CNPq, que tornou possível a realização deste trabalho.

Se a História nos pedir conta, algum dia futuro, a todos nós brasileiros, das oportunidades que aproveitamos ou perdemos
na luta para edificar a pátria com que sonhamos, será para o Nordeste que se voltará nosso pensamento. Lá ter-se-á consumado a nossa derrota, ou vitória.

Celso Furtado

Só há um tipo verdadeiro de desenvolvimento: o desenvolvimento do Homem

Josué de Castro

Agora desço do caminhão, na lona, vou a nocaute outra vez. Pra sempre fui acorrentado no seu calcanhar. Meus vinte anos de boy “that’s over baby!” Freud explica(...) No mais, vou indo embora. No mais, vou indo embora. No mais, estou indo embora!

Zé Ramalho

Vocês que fazem parte desta massa, que passa nos projetos do futuro. É duro tanto ter que caminhar, e dar muito mais do que receber e ter que demonstrar sua coragem, à margem do que possa aparecer(...) ê, ô vida de gado, povo marcado, povo feliz(...)
O povo foge da ignorância apesar de viver tão perto dela. E sonham com melhores tempos
idos, contemplam essa vida numa cela Esperam nova possibilidade de verem esse
mundo se acabar(...)vida de gado, povo marcado, povo feliz(...)....

Zé Ramalho

RESUMO

CARDOSO, T.T. **O novo Nordeste:** Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre desenvolvimento e sertão nordestino nos anos 50, 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Esta Dissertação analisa os pressupostos teóricos do debate entre dois pensadores brasileiros e nordestinos de projeção internacional no campo intelectual do pensamento sobre Desenvolvimento - o economista Celso Furtado, arquiteto da chamada "Política de Desenvolvimento para o Nordeste", e o Geógrafo, médico e sociólogo Josué de Castro, autor do célebre livro "Geografia da Fome" - em torno da condição sócio-histórico-econômica do sertão nordestino em fins dos anos 50 e dos planos desenvolvimentistas da "Operação Nordeste", posterior base da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como meio de melhor iluminar e compreender as bases teóricas, as críticas e as conseqüências das políticas desenvolvimentistas aplicadas em meados do século XX ao sertão do nordeste na configuração socioeconômica do semi-árido nordestino atual, bem como meio de melhor mapear as divergências dentro do campo intelectual desenvolvimentista brasileiro do final da década de 1950

Palavras-chave: Celso Furtado. Josué de Castro. Desenvolvimentismo. Sertão nordestino. Operação nordeste. SUDENE

,

ABSTRACT

This Work examines the theoretical debate between two brazilian and northeastern thinkers with international projection in the intellectual field of thinking about development – the economist Celso Furtado, architect of the “Development Policy for the Northeast”, and the geographer and sociologist Josué de Castro, author of the famous book "The Geography of Hunger" - about the historical and socio-economic condition of the northeastern hinterland in the late '50s and of the developmental plans of “Northeast Operation”, further basis for the creation of the Superintendency of Northeast Development (Sudene) as a means to illuminate and better understand the theoretical basis, the criticisms and the consequences of development policies implemented in the mid-twentieth century in the hinterlands of northeastern in socioeconomic configuration of the current semi-arid as well as a mean to better map the differences within the brazilian intellectual field of developmental thinking at final of the 1950 decade.

Keywords: Celso Furtado. Josué de Castro. Developmentalism. Northeast hinterland. Northeast Operation. SUDENE

SUMÁRIO:

Introdução **1**

I- Os Sertões do Nordeste: lugares fluidos **15**
Memória, Sertões e Ciência em Josué de Castro 19
Memória e sertões como pobreza e atraso: a perspectiva de Celso Furtado 22

II – Josué de Castro: por um planejamento pelo Sertão **27**
Os sertões de "Geografia da Fome" 27
Os "quadros literários" de Geografia da Fome 31
Entre homens e caranguejos: o prolongamento do latifundiarismo e do sertão 41

III – Celso Furtado: intelectual; Nordeste e Sertões **53**
A Formação Econômica do Brasil 57
Sertões e Nordeste em "Formação Econômica do Brasil" 65
Os Sertões Demográficos: "Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste" 71
Uma Política para o Sertão 76
O Sertão Político: "Operação Nordeste" 79

IV- Celso Furtado e Josué de Castro: debate, controvérsias e esquecimento **94**
Operação Nordeste: Dois Nomes e Duas Opiniões 98
Pobreza Física, deslocamento, mão-de-obra e população 98

V- O novo Nordeste: Industrialização, surdez e miopia **109**

VI- Considerações Finais **122**

VII – Bibliografia **125**

Anexo I: Operação Nordeste – Dois Nomes e Duas Opiniões **128**

Anexo II: Tabelas **146**

Introdução

> "Vítimas da Sêca estão ameaçando assaltar mercado - Hospedaria em Fortaleza se recusa a dar-lhes alimento: As vítimas da sêca no Nordeste, desesperadas, estão ameaçando assaltar o mercado central de Fortaleza. Motivo: foram expulsos da hospedaria Getúlio Vargas, que recusa dar-lhes alimentos, e não podem voltar para as suas casas. Situadas em região que não chove há muito tempo. Essa é a situação em Fortaleza, estão se dando cenas idênticas em cidades localizadas nas fronteiras do Polígono das Sêcas. Enquanto isso, comitiva oficial da qual fazem parte o vice-presidente da república e o ministro Parsifal Barroso, percorre cidades desoladas viajando de "Convair" fretado por Cruzeiros 1 milhão e comendo peixadas regadas a vinhos finos e champanhes."[1]

Em 1958 mais uma vez o sertão nordestino tomaria lugar na cena histórica brasileira. O grande martírio conhecido desde os primeiros tempos da colonização novamente iria iniciar seu cortejo de vilipêndios e horrores, "incomodando" o caminho da "modernização" desenvolvimentista da era JK e desviando um pouco as atenções obsessivas do governo para com a construção da nova capital em direção ao interior do Nordeste. A seca de 1958 entraria para a história como mais uma daquelas secas célebres, de fome e de retirada, a seca dos desterrados para o Rio de Janeiro e São Paulo, a seca do "pau de arara".

Viria novamente expor as profundas feridas de um grande contingente da população brasileira e causar perplexidade a um governo empenhado e "empenhante" de grande parcela das reservas monetárias do país na construção de uma nova cidade e em um projeto desenvolvimentista industrial de capital "misto". Perplexidade esta que

[1] Tribuna da Imprensa 01/04/1958 pp 1. Nesta página de Jornal apareceu a imagem que se tornaria quase um sinônimo de sertão. Uma foto, tomando grande parte da folha, de um esqueleto de boi em meio a uma esturricada caatinga, tendo como legenda as palavras "O mesmo quadro todos os anos"

não poderia de todo surpreender, pois era o próprio retrato das visões pouco lisonjeiras e do histórico descaso que envolviam o povo "de baixo" e a terra nordestinos e do flagrante engessamento de velhas estruturas de poder e de situação de terras, praticamente intocados em seu caráter privatista, colonialista e centralizador desde tempos coloniais e imperiais.

Praticamente esta seca "obrigou" o governo a tomar medidas estratégicas. As denúncias se multiplicavam pela imprensa e os ânimos se acirravam cada vez mais[2]. Os sertanejos agora, ironicamente, utilizavam-se dos "frutos do progresso" em sua retirada, "entulhando" caminhões – "na lona", na eloqüente figura de Zé Ramalho – pelas rodovias ou abarrotando as ferrovias, em sua praticamente "rotina" secular de exploração e dor, que tornava por vezes famílias inteiras presas fáceis de fazendeiros exploradores, dos pequenos, precários e mal remunerados serviços informais das grandes cidades e também da terrível fome de braços no boom da construção civil dos anos 50 e 60.

Reaparecendo, mais uma vez de forma calamitosa na cena política, econômica e social em fins dos anos 1950 a seca nordestina seria a centelha que reacenderia o debate em torno da condição do sertão nordestino. Encravado na já então denominada "região-problema", este célebre sertão iria ser tomado por muitos intelectuais e políticos quase como uma "região-problema dentro de uma região-problema", onde clima, solo e homem estariam imbricados em uma estranha simbiose com a miséria. Embora muitas vezes se falasse de "Nordeste" em geral, fácil é verificar que sempre o sertão teve seu lugar particular neste discurso[3]. Em "defesa", em "ataque", ou simplesmente "em busca" de sua terra e sua gente, muitas vozes se levantavam de diversos campos intelectuais. Da poesia à economia, passando pela geografia, antropologia, sociologia e até nutrologia, se falava em Nordeste e, principalmente, em sertão do Nordeste Seja nas teorias do "dualismo" econômico, seja nas apreciações sociológicas ou antropológicas

[2] O Impacto da Seca de 1958 sobre o governo de Juscelino Kubitschek foi de grande monta e responsável, pode-se inferir, por uma inflexão decisiva neste governo. Sobre o impacto e os debates da Seca de 1958 ver FURTADO, Celso – *A Fantasia Desfeita* – São Paulo, Paz e Terra 1997 pp 66-68, e também CASTRO, Josué de – *Sete Palmos de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva* – São Paulo, Brasiliense 1967 pp 215 – 217.

[3] Isto pode ser verificado em vários dos documentos e obras que serão aqui analisados. No próprio documento "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste" elaborado por Celso Furtado no GTDN pode-se verificar que, embora se evoque um discurso baseado na idéia de "Nordeste" em geral, o sertão tem lá seu lugar não muito honroso, e destacado, como de baixa potencialidade de solo, conseqüentemente de excesso de gente. Na literatura, o lugar Sertanejo é um lugar "de honra", um outro, prosaico mas firme, que pode ser vislumbrado em grandes nomes de nossa literatura, em nomes do porte de Graciliano Ramos, Domingos Olympio e Raquel de Queiroz, só para citar alguns.

ou na sua particular conformação Geográfica e climato-botânica o "outro" é o Sertão, é o "Outro Nordeste".

É no ano de 1959, em meio ao desenrolar do faustoso clima de acusações e debates próprio de toda seca de grandes proporções, que o jovem economista Celso Furtado entra em cena no cenário político brasileiro especificamente em relação ao Nordeste e seus Sertões. Paraibano sertanejo nascido em Pombal, filho de um juiz de direito, Celso Furtado já havia viajado o mundo – primeiro como voluntário da FEB e depois como estudante de economia – e já havia dado os primeiros passos políticos e governamentais como integrante do grupo misto CEPAL-BNDE, tendo grande participação na elaboração do Plano de Metas adotado pelo governo JK[4]. Trabalhando nas Nações Unidas, no final dos anos 40 é indicado para participar de um novo organismo criado para se tentar entender os problemas da América Latina e propor políticas a serem seguidas pelos países latino-americanos. A Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL)[5] ganharia em projeção internacional e seus membros ocupariam cargos importantes nos governos de seus países de origem. Sob a direção do economista argentino Raúl Prebish, o organismo produziria inúmeros diagnósticos da situação econômica dos diversos países da América do Sul e Central através da grande inovação teórica - proposta inicialmente por Prebish e posteriormente refinada pelos membros da instituição – de se enxergar o subdesenvolvimento como "processo" dentro de um todo, não como "ausência" ou "etapa" de desenvolvimento, criticando, além da visão "Rostowniana"[6] então clássica, que pressupunha uma linha evolutiva e etapista rumo ao primeiro mundo, também a própria fraqueza dos instrumentos da ciência econômica neoclássica para se pensar a economia dos países "ex-coloniais".

Buscando superar os paradigmas neoclássicos dominantes no pensamento econômico, que para a escola Cepalina são de insuficiente poder explicativo – pelo menos em relação aos países primário-exportadores -, Prebish e os Intelectuais da CEPAL dariam à perspectiva estrutural – que entende por "estrutura" as conformações,

---

[4] Sobre a atuação nos organismos internacionais e formação universitária de Celso Furtado ver FURTADO, Celso – *A Fantasia Organizada* –São Paulo, Paz e Terra, 1997.

[5] Posteriormente, seria inserido ao nome da CEPAL o Caribe, tornando-se esta a Comissão de estudos para a América Latina e Caribe.

[6] W. W. Rostow, economista e historiador norte americano, professor de economia e historia no Massachussets Institute of Tecnology e na Universidade do Texas, foi assessor do presidente Kennedy e conselheiro especial de Johnson. Em sua obra "As etapas do Crescimento Econômico" (1960) expõe uma teoria etapista do desenvolvimento, onde todas as economias deveriam passar por cinco fases de desenvolvimento até chegar ao nível "desenvolvido". Tal visão expõe uma visão linear e hierarquizada da história, deixando de lado aspectos importantes como relações internacionais, estrutura e processo histórico dos diversos países.

relações e instituições econômicas em um tempo e espaço específicos, subentendendo-se aí a "história" dos "espaços" - crescente importância na análise econômica dos problemas latino-americanos. A teoria de fundo neoclássico das vantagens comparativas - que servia à justificação de políticas que reforçassem a "vocação" de cada país da América Latina, geralmente por produtos primários – e a neoclássica assunção de que o mundo econômico tem caráter sincrônico e funciona eminentemente em equilíbrio era criticada em prol de uma visão que buscava salientar as dimensões da conformação estrutural específica dos países latino-americanos, da tecnologia e da divisão internacional do trabalho como fatores que geram assimetrias e desequilíbrios nas relações de troca em jogo no sistema econômico. Tal visão engendraria progressivamente o conceito de *subdesenvolvimento,* definido como uma situação específica que resulta de uma posição assumida pelas e relegada às nações do chamado "terceiro mundo" dentro de um sistema mundial, conjugada às estruturas econômicas internas destas nações. Esta caracterização conceitual e teórica, hoje já quase "senso comum"[7], envolve o aporte histórico-estrutural(no caso dos países latino americanos destaca-se o caráter da colonização; a posição subalterna no comércio mundial; a concentração de renda e desvio do aproveitamento das potencialidades para indústria e comércio mercantis subalternos etc.) e também um aporte "sincrônico", da posição atual dos países subdesenvolvidos no comércio, na pesquisa e produção tecnológicas mundiais frente aos países centrais.

No sentido de tentar pôr por terra as teses de "vantagens comparativas" e a prosélita pregação, já então neoliberal, do *laissez-faire* econômico, bem como tentar explicar como a posição de exportadores de produtos primários por parte dos países latino-americanos encerra uma posição subalterna e instável em termos internacionais Prebisch e seus colaboradores, dentre eles Celso Furtado, refinam e reforçam sua visão sobre o subdesenvolvimento através da famosa tese da *Deterioração dos Termos de Troca*. Tal tese consiste, sucintamente, da idéia de que os produtos agrícolas, nos quais muitos países latino-americanos se especializaram monoculturalmente e que são em muitos casos a principal fonte de receitas destes países, padecem, além da

[7] Francisco de Oliveira chega a afirmar que o principal pressuposto da CEPAL "...é que o subdesenvolvimento não é apenas uma etapa de um processo linear e evolucionista de crescimento pelo qual passarão as economias subdesenvolvidas até chegarem a ser economias capitalistas desenvolvidas. Isto que é tão simples de afirmar é em si mesmo uma inovação teórica radical: o subdesenvolvimento é uma produção histórica do capitalismo, uma espécie de 'ovo de Colombo" tão óbvio para nós hoje" – OLIVEIRA, Francisco de – *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado* – São Paulo, Boitempo Editora, 2003. pp39

vulnerabilidade e instabilidade em relação a fatores climáticos e a crises mundiais - como a que aconteceu em 1929 -, daquilo que se convencionou chamar de *demanda inelástica* ou de *inelasticidade da demanda*, ou seja, o fato de que o aumento da renda per capita dos países compradores centrais não se traduz diretamente em um aumento do consumo destes bens ou, se o faz, o faz até certo limite razoavelmente rígido, algo que não acontece, pelo menos nos mesmos termos, com os produtos tecnológicos e industriais produzidos pelos países centrais, os quais são comprados e consumidos pelos países subdesenvolvidos desprovidos dos meios de produzir tais produtos. Tal situação, além de engendrar uma vulnerabilidade dos países agro-exportadores no comércio mundial tende a produzir uma crônica tendência ao desequilíbrio na balança de pagamentos de tais países, pois a demanda "pende" muito mais para o lado dos produtos industrializados, situação que tende a gerar problemas como inflação e descapitalização. *A Deterioração dos Termos de Troca* seria, portanto, a crônica tendência à perda de valor dos produtos primários diante dos tecnológicos, gerando a perenidade de uma condição subdesenvolvida[8] dos países primário-exportadores, em geral historicamente "especializados" na produção e exportação de tais produtos "inelásticos", muitas vezes poucos e específicos produtos.

Através de tal aporte teórico, envolvendo análises diacrônicas e sincrônicas, o subdesenvolvimento passa a ser visto, por um lado, como um produto do desenvolvimento dos países centrais - um produto de relações onde a desigualdade nos termos de troca e a "especialização" (não só forçada[colônia] mas também assumida [elites]) engendram uma posição de instabilidade e dependência no sistema econômico - e por outro como produto histórico-estrutural, devido à prioridade quase exclusiva dada às antigas "especializações" coloniais, ao capital mercantil e às exportações assumida pelas elites políticas e econômicas das nações latino-americanas. Esta priorização gerou conformações e estruturas econômicas específicas onde o elemento "mercado exterior", instável e mutante, assume caráter central no sistema. Com esta perspectiva a CEPAL irá estudar a situação econômica dos países latino-americanos e irá propor políticas que,

[8] Existe uma copiosa literatura sobre os pressupostos da escola Cepalina e suas influências. No entanto, no âmbito deste trabalho, que versa sobre Celso Furtado e o Brasil, pode-se destacar : BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J.M.(org)- *A Grande Esperança em Celso Furtado* – São Paulo, Editora 34, 2001; OLIVEIRA, Francisco de- *A Navegação Venturosa; ensaios sobre Celso Furtado* – São Paulo, Boitempo Editora, 2003 e também Oliveira, Francisco de- *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco* – São Paulo, Boitempo editora, 2003. Sobre a inserção das influências da Escola Cepalina em um quadro do pensamento econômico brasileiro mais geral ver BRESSER-PEREIRA – *Seis Interpretações Sobre o Brasil* – bresserpereira.org e BIELSCHOWSKY, Ricardo – *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento(1930-1964)* – Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2004

segundo seus diagnósticos e o aporte teórico criado, visem à instituição de uma autonomia dos países subdesenvolvidos ante os centrais e a transformação das relações de produção dentro daqueles como meio de superar o subdesenvolvimento econômico. A questão industrial e tecnológica ganha grande força nesta abordagem teórica, pois a indústria e a tecnologia são consideradas por estes como uma espécie de "vantagem" que os países desenvolvidos têm e que de certa forma "estanca" os países subdesenvolvidos - com a decisiva contribuição da estrutura econômica destes - através da divisão internacional do trabalho, da deterioração dos termos de intercâmbio e do conseqüente crônico desequilíbrio na balança de pagamentos.

A industrialização, portanto, tem caráter central no pensamento da CEPAL, que a toma como o vetor principal de superação do subdesenvolvimento. Seria o vetor primordial de reequilíbrio dos termos de troca e das balanças de pagamento e de uma redefinição da divisão internacional do trabalho para uma divisão onde os países latino-americanos gozassem de uma posição mais forte e autônoma. No entanto, como demonstrado pelos Cepalinos através das noções de Estrutura e de Deterioração dos Termos de Troca, a industrialização não se dará se deixada às forças do laissez-faire do mercado. Neste sentido, cresce progressivamente em importância, dentro da CEPAL, a noção de programação tão em voga naqueles tempos de pós-segunda guerra[9], ganhando em importância e idéia de intervenção racional, de racionalização do uso dos recursos, nacionais ou não, em prol de se Intervir nos problemas e estrangulamentos da economia, estabelecendo-se parâmetros a serem atingidos em prol da construção de uma economia mais forte, industrializada e menos sujeita às vicissitudes da flutuação dos preços e da demanda dos produtos primários no mercado internacional.

[9] A idéia de "Programação" ganhou um grande impulso durante a segunda guerra, onde as economias dos diversos países diretamente envolvidos foram "programadas" em função da construção de armamentos e do racionamento e racionalização do uso de recursos escassos à época e ainda mais importância no imediato pós-guerra, onde a reconstrução da economia dos países europeus tornava-se vital para a manutenção do capitalismo. A Influência socialista, neste ponto, também teve grande importância, não só devido à função política exercida pelos investimentos(plano Marshall, Aliança para o Progresso) de "salvaguardar" áreas de influência do capitalismo em geral e dos EUA em particular, materializada nos então novos organismos internacionais(FMI, BIRD, e em parte ONU e UNESCO) mas também devido aos progressivos já então alardeados "saltos" econômicos dados pelas economias de cunho "socialista", mormente URSS e China, que faziam da idéia de "programação" um princípio de política econômica.

É imbuído desta perspectiva teórica, dando-lhe um "toque pessoal"[10], que Celso Furtado começa a ganhar projeção no cenário intelectual e político brasileiro, tomando parte cada vez mais ativa no debate sobre o desenvolvimento na década de 50, principalmente entre os economistas. De posse de um *background* de estudos sobre a situação econômica brasileira e latino-americana e de um grande "capital social" – no sentido de Bourdieu - devido aos cursos de economia no exterior, incursões intelectuais na Inglaterra e nos Estados Unidos, ao fato de ter sido membro da CEPAL e das Nações Unidas e ter uma participação influente na elaboração do Plano de metas do governo JK[11], Furtado assume a direção do Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento do Nordeste(GTDN), ligado ao então recentemente(1953) criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico(BNDE) e passa a coordenar diversos estudos sobre a situação econômica do Nordeste do Brasil. Em meio aos acontecimentos e à repercussão da seca iniciada em 1958, Furtado é chamado a dar seu depoimento sobre a situação nordestina, principalmente dos seus sertões, e a propor soluções. Começa aí a caminhada no sentido da instituição da chamada "Operação Nordeste" e posteriormente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)[12].

A Partir daí Furtado se transformaria e seria visto cada vez mais como "Homem de Estado" ocupando cargos governamentais de alto escalão, e de altas prerrogativas, sendo os principais os de Superintendente da SUDENE e, posteriormente, ministro do planejamento do Governo João Goulart. Seria um daqueles raros personagens que tiveram a possibilidade, e razoável poder, de dar aplicação concreta a seus estudos e idéias, fazendo funcionar seus pressupostos no chão firme e escorregadio da realidade. Diante da perplexidade de mais uma seca, em meio ao fervoroso e conturbado período de "Cinqüenta anos em cinco", em meio à construção febril e

[10] Este "toque pessoal" será abordado no capítulo referente ao autor, mas pode-se adiantar que a perspectiva histórica e da conformação interna das estruturas econômicas está mais presente em Furtado do que em Prebisch, o qual prioriza uma visão em termos de relações internacionais de troca, dando grande peso ao conceito de deterioração dos meios de intercâmbio. Um outro aspecto pessoal de Furtado é o peso ideológico que este dá à teoria keynesiana do *multiplicador*, buscando mostrar que a industrialização não só provoca efeitos econômicos multiplicadores, mas também políticos e sociais, capazes de provocar o aparecimento de uma nova consciência.

[11] Além de Furtado, um outro personagem, a época membro da diretoria do BNDE, teve grande importância na elaboração deste plano, Roberto Campos. Este privilegiava o planejamento setorial, e o peso desta perspectiva é grande no plano de metas.

[12] Estes acontecimentos irão desembocar na produção do Documento Intitulado "Uma política para o Desenvolvimento do Nordeste", que seria a base de onde se ergueria todo o aparato teórico institucional da ação da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (Sudene) instituída pela lei 3692 de 15 de dezembro de 1959, mas que se consolidaria efetivamente em 1960. Sobre a operação nordeste, ver: *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* – Brasil, Conselho de Desenvolvimento, GTDN – 2ª Edição, Recife, SUDENE, 1967. e também, FURTADO, Celso – *Operação Nordeste* –Rio de Janeiro, ISEB, 1959.

temerosa de uma nova capital, em meio às "Operações" de cunho quase militar[13], Juscelino Kubitschek entrega nas mãos de Furtado o comando de mais uma de suas "Operações". Furtado respondeu com o uso também quase militar de seus diagnósticos, pressupostos e técnicas econômicas de forte influência Cepalina, tornando o Nordeste e seus sertões em laboratório privilegiado e vivo de suas teorias, e mais ainda, tentando tornar o Nordeste e seus sertões como "prova viva" do acerto de suas teorias. Neste sentido, torna-se relevante um estudo que tenha como foco as concepções de Celso Furtado em relação ao Nordeste e sua região interiorana semi-árida, para se lançar uma luz, um olhar, sobre os contextos, as premissas, os "quadros intelectuais" e "científicos" através dos quais tais políticas tomaram corpo. Neste sentido, além de ser visto pelo prisma do Homem Público, Homem de Estado que assumiu o comando de uma "Operação" em meio a um aguerrido debate desenvolvimentista, onde várias vozes se levantavam e discutiam a condição e possíveis profilaxias para o Nordeste e seu interior sertanejo, deve ser apreendido pelo prisma do "Intelectual", do Homem de Ciência. Seu mais famoso livro *Formação Econômica do Brasil*, publicado em 1959, no calor da hora dos acontecimentos políticos decisivos da instituição da Sudene, é considerado um clássico do pensamento econômico – e social – brasileiro e se insere num debate intelectual iniciado desde o início dos anos 40, que tinha como ponto central tentar diagnosticar a razão da estagnação ou do "atraso" brasileiro e que elegia o "campo", a agricultura, como um de seus principais focos analíticos. Vários intelectuais, além de Furtado, se destacaram neste grande debate em torno das relações fundiárias, econômicas e sociais que se davam no campo, na agricultura brasileira, tais como Jacques Lambert, Roger Bastide, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior etc. Foi este um campo de debate bastante profícuo e que influenciou sobremaneira os rumos das políticas de Estado voltadas para a agricultura e indústria no Brasil até o final dos anos 60 e que de certa maneira influencia os debates sobre o desenvolvimento até os

[13] É evidente o cunho "militar" que Kubitschek dava aos nomes de seus projetos governamentais, para aproximá-los da idéia de ação enérgica, racional e, acima de tudo, de "dever patriótico", quase que moldando sua própria imagem como um soldado, "incansável" em prol do povo. Além da "Operação Nordeste", é bastante conhecida sua "Operação Pan-americana", que buscava, em termos sucintos, trazer o Plano Marshall para o Brasil. Também não pode deixar de ser mencionado o caráter quase que "militar" que envolveu a construção de Brasília. Feita praticamente a qualquer preço e a qualquer custo, taxando aqueles que estavam contra como uma espécie de "inimigos do povo". Como se sabe, Juscelino não mediu esforços, muito menos conseqüências, para inaugurar Brasília em seu governo, transferindo para as mãos de Jânio e Jango a "bomba relógio" dos desequilíbrios, que, é claro, estourou, e deu lugar as tristes conseqüências econômicas já bem documentadas pelos historiadores.

dias de hoje[14]. Furtado tomou "posições" em meio a este grande debate. Com o relativo poder que o Estado lhe concedeu, com a "ciência" como legitimadora e suas concepções sobre o que seria um verdadeiro desenvolvimento do Nordeste e seus sertões, procedeu à implantação de seus projetos.

Neste sentido o debate sobre o Sertão Nordestino e a contribuição do Intelectual e político Celso Furtado configuram –se como de grande importância para se tentar entender o caráter das políticas de desenvolvimento para a região sertaneja nordestina em particular em fins dos anos 50, bem como para entender os rumos e conseqüências que tais políticas engendraram. Diante da grande complexidade deste debate, este estudo busca dar uma contribuição acerca das "idéias–força" contidas no pensamento de Celso Furtado e na sua ação como homem público na implementação das políticas de Estado através da Operação Nordeste e da Sudene em seus primeiros anos de formação, inserindo-as no âmbito do debate desenvolvimentista em torno do Sertão Nordestino em fins doa anos 50 e início dos 60. Para este estudo alguns aspectos metodológicos se impõem, pois, importa analisar, mais do que o pensamento "em si" de Celso Furtado - expresso através de seus inúmeros textos teóricos já exaustivamente analisados por vários estudiosos -, aquilo que "permeia" seu discurso, suas "ïdéias-força" que transbordam para além de sua obra científica. Importa analisar, portanto, como via "seu Sertão" de criança, como enxergava a ciência econômica, a política, o cientista, o intelectual, em suma, importa tentar traçar seus quadros intelectuais e como algumas idéias-força estão presentes nele, como por exemplo seu apego à racionalidade e à técnica, sua crença nos efeitos políticos e ideológicos da industrialização, sua postura distanciada, ou mesmo por vezes "aversão" ao "jogo político" etc. Torna-se importante, portanto, tentarmos entender um pouco a base de seu pensamento que desemboca nos documentos voltados para planos de desenvolvimento para o Nordeste , através não tanto de suas obras teóricas, mas através, principalmente, de suas entrevistas e de sua extensa autobiografia, que revela aspectos importantes dos "quadros intelectuais" dentro dos quais se constrói sua ação como homem público e como intelectual e sua visão sobre os desdobramentos e malogros das políticas das quais esteve à frente, apostando no fato de que tal metodologia permite "iluminar" melhor o caráter da política de desenvolvimento adotada para o Nordeste e seus Sertões, bem

[14] Sobre este amplo campo de debates e seu contexto histórico ver LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da – *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias* – São Paulo, Brasiliense, 1981 e também LINHARES, Maria Yedda (org) – *História Geral do Brasil* – Rio de Janeiro, Campus, 1996

como seus desdobramentos em meio a um intenso debate onde se contrapunham visões distintas sobre o Sertão Nordestino e sobre o caráter do desenvolvimento. Como demonstra Pierre Nora, a importância do discurso autobiográfico ou a reconstrução de memórias não estaria nos fatos relatados "em si", mas sim na lógica que subjaz a este relato, onde a análise desta pode revelar muito das intenções subjacentes e da base do pensamento e da ação dos atores sociais. Não se trata aqui de enveredar-se por uma discussão filosófica e por vezes esotérica sobre "Verdade" ou "Mentira" dos fatos narrados, mas sim atentar para o sentido em que são narrados, como expressam determinadas idéias, para quem se dirigem , se há omissões e porque, como "narra" e justifica os malogros etc...

Dada a importância reconhecida deste intelectual, tanto na formação de um pensamento social brasileiro sobre as razões do subdesenvolvimento quanto nos moldes teóricos e nos rumos das políticas públicas voltadas para o Nordeste brasileiro, a obra do autor e suas memórias podem ser consideradas como espécie de lugares, como afirma Nora:

> "...implica num saber de outras memórias, num desdobramento do homem de escrita e do homem de ação, na identificação de um discurso individual com outro coletivo e na inserção de uma razão particular numa razão de Estado: tantos motivos que obrigam, num panorama de memória nacional, a considerá-los como lugares"[15]

No entanto, conforme apresentado acima, a questão sobre o desenvolvimento se deu como um debate, ou mesmo uma "luta" entre diversas posições, onde prevaleceram algumas visões sobre o caráter do desenvolvimento no que tange ao Nordeste e sua parte "oriental", denominação também usada por Furtado. Neste sentido uma querela de grande importância se destaca nos quadros deste debate sobre o desenvolvimento do Nordeste, girando em torno de visões que se tem das potencialidades econômicas do sertão e sua população, e também acerca do papel que o campo em geral, o sertão nordestino em particular, poderia desempenhar na transformação do Brasil em uma nação autônoma.

Nestes aportes, ante as visões, o apego à técnica e à abstração dos instrumentos de análise forjados pela ciência econômica de Celso Furtado, um outro intelectual de destaque na época, também como Furtado um misto de intelectual e

[15] NORA, Pierre – *Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares* – Revista Projeto História, São Paulo (10), dez 1993

homem público de "capital social" internacional bastante considerável criou um outro pólo de discussão, debatendo os princípios teóricos do plano de desenvolvimento do Nordeste, partindo de perspectivas distintas das de Furtado, mas dentro de um quadro geral semelhante de diagnóstico de atraso. O Geógrafo, Médico, Antropólogo, Nutrólogo e Sociólogo Josué de Castro.

Formando-se inicialmente em medicina e fazendo incursões sobre diversos campos do saber, como Nutrição, Geografia, Antropologia e Demografia, o pernambucano Josué de Castro foi um intelectual que desde cedo viveu a experiência de homem público no primeiro Governo Vargas, onde fundou o SAPS(Serviço de Alimentação e Previdência Social) voltado para a saúde do trabalhador - pilar da nova política de Vargas – e para a saúde e alimentação das populações carentes do Brasil, principalmente nos grandes centros urbanos. Posteriormente foi eleito por duas vezes deputado federal pelo PTB[16] e seria, assim como Furtado, cassado pela ditadura já no primeiro ato institucional o AI-1[17].

Sua obra prima, o livro Geografia da Fome, tornou-se obrigatória referência mundial não só sobre a descrição e análise do problema da Fome no Brasil, mas também pela nova perspectiva que inaugurava lançando conceitos como fome endêmica e epidêmica e de uma abordagem ecológica do método geográfico para diagnosticar a fome no Brasil e propor políticas no sentido de solucionar este problema. Tais métodos e conceitos seriam posteriormente estendidos para a análise da situação da fome mundial, corporificada em seu outro famoso livro, *Geopolítica da Fome*.

Como presidente da FAO[18], organização das Nações Unidas para a agricultura voltada também para os problemas de alimentação no mundo, Castro tomaria contato com a situação da agricultura e da fome em vários países do mundo, inclusive a China, e traria todo este *background* intelectual para sua discussão dos planos de desenvolvimento para o Nordeste.

Josué de Castro se tornaria interlocutor constante e crítico dos Planos da Sudene e da própria teorização de Celso Furtado, comungando de muitos dos diagnósticos deste sobre o atraso do nordeste e mesmo apoiando algumas de suas propostas de soluções. No entanto, em pontos chave dos planos, divergia

[16] Exerceu dois mandatos de deputado federal por Pernambuco entre 1956 e 1962
[17] Sobre a atuação pública de Josué de Castro ver: LINHARES, Maria Yedda – *Biografia* in MANÇANO, Bernardo & WALTER, Carlos – *Josué de Castro: vida e obra* – São Paulo, Editora Expressão Popular, 2000 pp 31-38
[18] Castro exerceu a presidência do conselho da FAO de 1952 a 1956

categoricamente, principalmente no que diz respeito ao diagnóstico sobre a "pobreza física" dos sertões e à idéia de transferência de populações para as chamadas "fronteiras agrícolas" maranhenses[19]. Um profícuo debate se desenvolveu entre ambos nos anos 50 e 60, que influenciará bastante os rumos da política de desenvolvimento do Nordeste, debate este abruptamente calado com os tristes acontecimentos que se dariam em abril de 1964 e se intensificariam a partir de 1968.

Tal debate, portanto, torna-se de salutar importância para entendermos o caráter das políticas de desenvolvimento para o Nordeste e seus Sertões dos anos 50 e mesmo para entendermos suas conseqüências. Neste sentido o pensamento e ação Josué de Castro, intelectual e homem público[20], torna-se de grande importância, primeiro devido aos diferentes "quadros intelectuais" que aciona; segundo pela eminente posição como Homem Público e de Ciência, em nível internacional, de que este gozava à época da divulgação dos planos de desenvolvimento para o Nordeste e terceiro, não menos importante e o mais intrigante, o atual relativo silêncio sobre suas críticas, até sobre sua presença, no debate sobre o período. Dada a eminência deste intelectual na época da divulgação dos planos de desenvolvimento, os diferentes ângulos e bases de sua crítica, e o relativo silêncio que impera sobre este ângulo de sua obra, um recorte envolvendo o debate sobre Josué de Castro e Celso Furtado sobre desenvolvimento e sertão nordestino em fins dos anos 50 torna-se de especial relevância para lançar uma luz, de um ângulo diferente, na intenção de ajudar a clarear um pouco algumas penumbras em torno do das concepções do desenvolvimentismo aplicadas ao Sertão.

Assim como sobre o pensamento de Celso Furtado, algumas premissas metodológicas se impõem no sentido de se entender o caráter das críticas das políticas e dos diagnósticos sobre o desenvolvimento e atraso do Nordeste de Josué de Castro, principalmente no que tange a seus sertões. Primeiro cumpre pensar nos "quadros intelectuais" distintos em que se baseiam as críticas aos modelos e diagnósticos de desenvolvimento. Embora possa ser dito que Castro seja do mesmo "campo" - no

---

[19] Sobre este rico debate, que é o cerne deste trabalho, serão utIlizados, dentre outros, artigos como: CASTRO, Josué de – *O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço* – Ver Brasiliense Jan-Fev 1962 n 39 PP 11-36; FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Operação Nordeste: dois nomes, duas opiisões.* Revista O Observador Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro Abril de 1959 núm 278 pp 26-33; TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Corrêa de & PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Seca e Poder; entrevista com Celso Furtado* – São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998 & FURTADO, Celso- *A Operação Nordeste* – Op Cit 1959.

[20] Busca evidenciar-se neste estudo que, tanto no caso Josué de Castro quanto no de Celso Furtado, e de uma maneira geral para os intelectuais que se tornaram homens públicos, a figura do homem público não pode ser separada da do intelectual, ambas as figuras interpenetram-se, e esta interpenetração torna-se base da ação e da reconstrução da memória destes personagens.

sentido de Bourdieu – intelectual do “dualismo”, de certa forma este se afasta em algumas premissas, principalmente das visões que tomam o sertão como terra de “pobreza inexorável”. Suas observações e estudos realizados em Geografia da Fome constroem uma visão quase diametralmente oposta, só viabilizada pelos diferentes campos de saber que o autor acionava e pelos quadros literários em que se apoiava. Para tentar-se vislumbrar estes diferentes quadros e visões torna-se necessário aqui mais uma vez tentar captar as “ïdéias-força” que possam estar por trás das construções teóricas desse intelectual e ações do homem público. Neste caso, cumpre olharmos também para - além de certos aspectos de sua obra – debates e contos produzidos pelo autor e para como este constrói as suas memórias, no sentido de buscar a lógica subjacente a estas. Tomando tais premissas no estudo dos pensamentos de Celso Furtado e Josué de Castro, pode-se lançar luz sobre as premissas dos planos, sobre o porque das posições que tomaram e sobre os rumos que o debate e os planos de desenvolvimento tomaram até a brusca intervenção militar em 64.

Este trabalho, portanto, tem como problema mais geral, a abordagem sobre a noção de desenvolvimento que estava em jogo no período e quais as conseqüências que a tomada de posição em prol de uma noção trouxe para os planos de desenvolvimento do nordeste em geral e para seus sertões em particular em fins dos anos 50. Como problema mais específico, este estudo visa lançar um olhar sobre o Debate do desenvolvimento em relação aos Sertões do Nordeste entre Josué de Castro e Celso Furtado no que concerne a seus quadros intelectuais e à lógica acionada em seus discursos e como este debate influenciou as políticas governamentais do período. Recuperando-se este embate pretende-se ressaltar a perspectiva interdisciplinar de Josué de Castro em relação à abordagem de cunho formalista de Celso Furtado sobre a noção de desenvolvimento. Tal perspectiva tem relevância no sentido de que estes intelectuais tiveram presença importante tanto no campo intelectual quanto no campo político, e ambos realizaram diagnósticos da situação do País em geral e do Nordeste em particular fazendo prognósticos para o futuro, cada qual baseado em seu referencial teórico.Como foco de análise, este trabalho circunscreve-se ao debate em torno da região do sertão nordestino, lugar do qual ambos os intelectuais eram “filhos” e que se configura como uma região historicamente prenhe de significações e representações, um “lugar fluido”, como procurarei demonstrar.

No primeiro capítulo, procuro empreender uma análise sobre as diversas visões da categoria Sertão do Nordeste, acionando perspectivas, dentre outros, de autores como o "próprio" Josué de Castro, Celso Furtado e Euclydes da Cunha.

No segundo capítulo abordo o pensamento de Josué de Castro, o grande interlocutor da "Operação Nordeste", procurando demarcar referenciais teóricos e captar a lógica de um projeto alternativo de desenvolvimento proposto por este a partir de diagnósticos embasados em seus quadros intelectuais. Também nesta linha torna-se importante abordar entrevistas, autobiografias, romances do autor e análises de suas obras feitas por outros autores e intelectuais.

No terceiro capítulo analiso os referenciais teóricos de Celso Furtado, o grande arquiteto da "Operação Nordeste" e suas visões em relação ao "Nordeste Oriental", como por vezes este autor denominava o sertão nordestino, como meio de melhor entender e referenciar as propostas e políticas desenvolvimentistas que tinham como foco o semi-árido nordestino. Faço um aprofundamento das concepções deste economista brasileiro e dos quadros intelectuais nos quais se inscreve, formados no pensamento econômico da CEPAL, na intenção de captar a lógica dos argumentos relativos a seus planos de desenvolvimento - do Nordeste em geral, e dos Sertões Nordestinos em particular - e tentar entender suas ações como homem público. Neste sentido, sua obra autobiográfica e suas entrevistas tornam-se de capital importância para a análise da transformação daquele sertão do nordeste no "Nordeste Oriental" de hoje[21]

No quarto capítulo estudo mais especificamente o debate entre estes dois intelectuais, em fins dos anos 50. Desenvolvo, no quinto capítulo, as apreciações mais recentes de Furtado, morto em 2004, sobre este período e este debate, com o objetivo de lançar bases para um novo olhar sobre os diferentes projetos desenvolvimentistas dos dois intelectuais e sobre os rumos tomados pelos projetos "vitoriosos", algo importante para a análise da transformação daquela extensa região brasileira no sertão contemporâneo.

Num âmbito mais geral estarei lidando, a despeito de possíveis erros e ilusões, com tempos efervescentes e de certa forma heróicos, onde se pretendia a construção de

[21] Neste ponto leva-se em conta as importantes transformações sofridas pelo sertão nordestino nos anos imediatamente posteriores ao fervoroso debate. Um importante estudo do impacto sobre as populações do sertão nordestino dos projetos governamentais dos anos 60, referência deste trabalho, é o de BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti – *O Impacto de Projetos Governamentais de Desenvolvimento Regional Sobre a Sociedade Camponesa do Nordeste Brasileiro – SUDENE e Proálcool – 1960-1990* in *Memórias Del II Simpósio Internacional de la Universidad de Varsóvia sobre América Latina*, 16-21 de septiembre de 1991 Tomo 4, Varsóvia, CESLA/Departamento de América Latina/Instituto de Países en Desarrollo, 1992 pp 109-138

uma verdadeira nação, autônoma e forte. Este estudo, de certa forma, busca recuperar um pouco deste clima heróico, tão necessário aos desalentados ares dos dias de hoje, onde temos a aceitação de posições subalternas e a entrega do país aos bancos e organismos internacionais, em suma, a alienação dos destinos do país, como primeiro termo da agenda governamental. Pensando nos sonhos e pensando os sonhos, talvez, não nos deixemos entregar facilmente diante das desilusões.

I - Os Sertões do Nordeste – Lugares Fluidos.

> "Sertão, s. m. Lugar inculto, distante de povoações ou de terrenos cultivados; floresta no interior de um continente ou longe da costa ; (Bras. Nordeste) zona do interior brasileiro, mais seca do que a caatinga; - bruto(Bras.) sertão sem moradores, totalmente desabitado; - de gravatá(Brás. Bahia) nome que dão os matutos a uma extensão de terra coberta de gravatás ; - de pedra(Bras. Rio Grande do Norte) designação dada à zona além do vale do Ceará-Mirim, por ser, daí em diante muito pedregoso o solo.(Cf certão.)"[22]

Desde os primórdios da colonização, quando se evocava a palavra Sertão estava se falando do ignoto, do longínquo, de lugar onde operam outras lei e costumes. No caso particular do sertão do Nordeste, fala-se também do inóspito, do causticante, do seco.

[22] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda - *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* 11ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional 1969 pp 1107. Interessante notar, neste dicionário de final dos anos 60, como as "imagens" prevalecem sobre as definições formais e científicas do sertão, denotando a força que o imaginário sobre os sertões tem até nossos dias.

A categoria Sertão pouco significou, durante os 500 anos de seu emprego no Brasil, a designação de um lugar "preciso", de delimitações geográficas definidas. Era sempre vista de uma maneira fluida, mais imagética que formal, mesmo depois da delimitação geográfica formal do sertão nordestino, da região Nordeste e do chamado "Polígono das Secas"[23].

Nem só o Nordeste tinha o seu Sertão, ou Sertões, como preferia Euclydes da Cunha. Várias regiões do Brasil também tinham os seus Sertões, imortalizados nas obras dos grandes escritores da literatura brasileira. Havia os Sertões Gaúchos, dos quais nos falam um pouco José de Alencar e Euclydes da Cunha; Os sertões paulistas de Monteiro Lobato e Antônio Cândido e os Sertões mineiros, de Guimarães Rosa, dentre outros autores e Sertões.

No entanto, nenhum destes – a exceção, talvez, do Sertão de Minas – é mais célebre do que o Sertão Nordestino, Sertão este até meados do século XX conhecido pela população dos centros de poder do país quase apenas através dos olhos da literatura, de alguns livros científicos e expedições e das tintas da imprensa.

Na literatura, o tema Sertão, principalmente o nordestino, foi largamente abordado em contos e romances. Um sertão inóspito e belo de um Euclydes da Cunha; de gente prosaica e forte, como em um Graciliano Ramos; de gente de caráter, como em Rodolfo Teófilo e Rachel de Queiroz e, principalmente, do drama da Seca e de seu cortejo de horrores como em todos eles.

Pondo carne e osso nas estórias sertanejas - tendo os horrores da seca, as paisagens do sertão e o imaginário social um tanto fantástico criado em torno dos sertões, por si sós, como ricos mananciais de estórias chocantes e cativantes - estes escritores buscavam descortinar o mundo "longínquo" dos sertões para os olhos preguiçosos e míopes dos poderosos dos centros de poder. Mostravam que ali havia homens e mulheres de caráter e ponto de honra fortes, era um "outro", que sofria com iniqüidades mais sociais que naturais. A literatura que tinha os sertões nordestinos como foco era apelo e denúncia, e se situava, pelo caráter militante dos "sertanistas" no pólo oposto da grande maioria dos políticos e de grande parte da imprensa.

[23] O chamado "Polígono das Secas" teve sua primeira demarcação em 1936, devido à necessidade de se definir a área que seria beneficiada com a verba federal de 4% de sua receita tributária destinada ao combate dos efeitos das secas (artigo 177 da constituição de 1934, abolido em 1937 e readmitido na constituição de 1946, artigo 198), este seria ampliado em 1947 e em 1951, quando tomaria sua forma definitiva, compreendendo uma área de 940.000 quilômetros quadrados, correspondendo a 50% da área dos Estados da região, onde só o Maranhão estaria excluído deste polígono. Dados retirados de COHN, Amélia- *Crise Regional e Planejamento- o processo de criação da Sudene* – são Paulo, Ed Perspective, 1978.

Na imprensa, as imagens recorrentes que geralmente apareceram e aparecem dos sertões nordestinos, são as imagens da estiagem, da seca e da miséria. Desde os genéricos termos “Seca do Norte”, “monturos humanos”, “infelizes” da grande seca de 1877; passando pelos “retirantes” e “flagelados” e a imagem da “caveira de boi” – célebre na seca de 1958 – e chegando às imagens da “chuva salvadora”, das vacas agonizantes de inanição e da “religiosidade resignada” dos sertanejos nas estiagens de 2003 e 2006, os sertões do nordeste são identificados e representados socialmente através da imprensa – não obstante alguns “avanços” obtidos ao longo dos anos - como seca e flagelo, fome e miséria. Esses elementos são creditados, na quase totalidade das apreciações, a problemas e causas “naturais” tais como a irregularidade das chuvas e a pobreza de um solo catinguento e esturricado.

Na comunidade científica, a partir de 1877, o ignoto, o desconhecido - alvo de expedições científicas dos primeiros anos do governo imperial - deu lugar progressivamente ao rótulo de “região problema” que até nossos dias denomina o Nordeste e principalmente seus sertões. Muitos projetos foram tentados, incorporando tensões entre diagnósticos “naturais” (enfatizando questões como água e solo, por exemplo) e “sociais” (técnicas agrícolas, reforma agrária, pauperismo, relações de produção arcaicas...) ao longo dos anos, sempre às voltas com a “indústria da seca” e os interesses políticos de grupos poderosos. Estas tensões foram a base da produção científica sobre os sertões, do diagnóstico sobre seu “atraso” e da proposição de soluções por organismos governamentais, institutos de pesquisa e muitos intelectuais, dentre eles, Josué de Castro e Celso Furtado.

Além dessas dimensões, há uma outra de grande importância na formação de representações sociais sobre o sertão nordestino, que é a dimensão político-social através do célebre “mandonismo”; do voto de cabresto, das cabroeiras de toda a sorte, em resumo, do coronelismo. Tal enfoque tem importância tal que praticamente “moldou” os sertões nordestinos como a terra do mandonismo “por excelência”, tal como um jornalista em 1877 afirmava que em Pernambuco “O que não é Cavalcanti, há de ser cavalgado”

As tropelias dos tempos do cangaço também ganham grande destaque no imaginário sobre o interior nordestino. As façanhas de um Antônio Silvino e a violência de um Lampião e um Corisco são criadas e imortalizadas pelas estórias passadas boca – a – boca por gerações, imortalizadas pelos versos da literatura de cordel nordestina, estudadas contemporaneamente pelos estudiosos do cangaço e presentes no cinema

contemporâneo. As lutas em torno da honra entre famílias, os acoitamentos que evidenciavam a união de andarilhos dos sertões com interesses poderosos de potentados e do poder público, a lealdade, os estupros, ao mesmo tempo contribuíam para a construção do Sertão como um outro, um outro mítico, imagético, distanciado[24].

O sertão nordestino, diante do quadro complexo que apresenta é mais que um lugar. É lugar ao mesmo tempo imaginário e concreto, é um lugar que tem um pouco da noção de *lugar de memória* de Nora, "Fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome. Mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações[25]".É um lugar que tem sua história e elementos que escapam da história. É algo extemporâneo, fluido[26] e múltiplo, ao mesmo tempo concreto e histórico e um poderoso quadro de identidade e cultura que parece o seu núcleo mais duro, que resiste aos assaltos do tempo. Resistência e tenacidade sertanejas que podem ser vislumbradas nos grandes centros urbanos que receberam e recebem os seus filhos, nas feiras nordestinas do Rio e de São Paulo, nos Mangues do Recife, nas cidades satélites de Brasília.

Ao longo dos anos interligou-se mais ao resto do país, com a "revolução rodoviária" e das telecomunicações; sofreu os expurgos da emigração e do desenvolvimentismo urbano e de anos de "complexo agro-industrial", em suma, metamorfoseou-se. No entanto sua característica de lugar fluido ainda permanece, apesar das tentativas de "precisar" seus limites. Esta permanência nos obriga a considerar as representações sociais sobre o sertão, nessas diversas dimensões, como

---

[24] Luitgarde Cavalcanti aproxima as lutas entre famílias, os Ferreiras e os Nazarenos, das gestas medievais, tal era a atmosfera de luta em torno da "honra" e das "regras do bem viver". BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti – *A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão* Rio de Janeiro, MAUAD/FAPERJ, 2000

[25] NORA, Pierre – *Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares* – In: Projeto História. São Paulo, PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993 pp 27.

[26] A idéia de "fluidez", que pode parecer paradoxal, tem a intenção de, como num jogo de antíteses, enfatizar como um lugar intensamente identificado com o "seco" é fluido e moldável conforme os diferentes campos intelectuais que o representam, tais como a imprensa, a literatura, a ciência e o senso comum. Tal metáfora procura salientar que o Sertão nordestino vai "além" de seu aspecto de lugar geográfico, botânico ou climático. Walter Mignolo, analisando os pressupostos teóricos do que se chamou de estudos pós-coloniais, evidencia o fato de o quanto o significado de um lugar ou uma cultura pode ser "aprisionado" por pressupostos teórico-metodológicos "externos", como acontecia quando os antropólogos europeus vinculavam culturas "não-ocidentais" a espaços geográficos e as concebiam como espécie de "sistemas fechados", satisfazendo uma espécie de razão ocidental. Um bom exemplo do estudo das conseqüências deste fato é o trabalho de Edward Said: em seu livro "orientalismo", busca mostrar o quanto a idéia de "oriente" é uma construção do ocidente, o quanto aquele foi "moldado" por este. O sertão também sofre, no plano interno, desta "moldagem" por parte de várias visões de diferentes campos do saber, da literatura e do "senso comum", tornando-se, portanto, um "lugar fluido". Sobre a discussão da relativização do conhecimento propiciada pelos estudos pós coloniais ver: MIGNOLO, Walter D. – *Espacios Geográficos y Localizaciones Espistemologicas: la Ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos* - Ubicación original: Http://www.javeriana.edu.co/pensar/Rev34.html

um “quadro” ou “contexto” a que não escapam as apreciações científicas mais pretensamente neutras que se ocupam deste “lugar”. Como tarefa essencial, tento esboçar a moldura e os contornos desse “quadro” no sentido de tentar apreender a lógica e a estrutura das abordagens científicas sobre o sertão em diferentes obras sobre este lugar fluido

Mais que um lugar, torna-se um significado, e tal significado e sua metamorfose histórica povoará toda a obra daqueles que se ocupam de sua história, de seus problemas e de sua cultura e, por ser um lugar fluido, se presta mais ao plasmar das formas, conforme o quadro que se tenha como referência. Seu caráter fluido impõe uma decisão àqueles que se ocupam dele como objeto, exige uma decisão de que moldura se utilizar para analisá-lo, exige uma espécie de “tomada de posição”.

O sertão tem muito do que se fala dele e muito dos que falam dele. Neste sentido, na análise dos escritos que envolvem o tema dos sertões torna-se necessário abordar um pouco as “molduras” utilizadas por seus autores para chegar ao seu objeto, sua relação com este, suas referências e como lidam com o imaginário social arraigado sobre o interior nordestino.

Tais “molduras” podem ajudar a entender os diversos contornos dados ao sertão nordestino - sejam elas molduras ensolaradas, literárias e antropológicas, permeadas por grandes sombras feudais e latifundiárias como as acionadas por Josué de Castro, ajudando-o a plasmar um sertão contrário ao imaginário social dominante e determinando sobremaneira suas tomadas de posição, como homem de Estado e de Ciência, frente aos diagnósticos, apreciações e políticas sobre esta grande região do nordeste - sejam elas molduras frias, técnicas, quase “medievais” como as acionadas por Celso Furtado, plasmando um sertão arcaico, pobre, estagnado, pré-histórico, em suma, irracional.

As molduras acionadas, as visões, o imaginário obrigam a uma tomada de posição por parte daqueles que desta região falam e tratam, e estas molduras acionadas e posições tomadas influenciaram sobremaneira a obra de dois intelectuais filhos dos Sertões Nordestinos, que exerceriam importante papel na história destes lugares fluidos.

Memória, Sertões e Ciência em Josué de Castro

Um aspecto de implicações metodológicas importantes na análise das obras de Josué de Castro, é - além de sua ação política e sua obra incluírem a problematização como objeto de estudo um lugar fluido como os sertões – o fato de que este autor, de certa forma é “filho” do sertão e mobiliza esta ligação em suas obras autobiográficas e científicas..

O período da infância e juventude e uma espécie de sentimento telúrico para com sua “terra de origem” serão constantemente evocados nas memórias “autobiográficas”, se assim se pode dizer, deste autor. As estórias dos pais, a paisagem e o Mangue - que este constrói intelectualmente, veremos mais adiante, como um *prolongamento* do Sertão - exercerão importante papel como, “molduras”, quadros sociais de memória de infância, como matéria prima de “lembranças” e principalmente como fonte de informação sobre o sertão. Informação fortemente carregada de caráter de ‘familiaridade’ com seu objeto. Tal familiaridade será constantemente evocada por Josué de Castro como meio de legitimar suas apreciações. Nesta, proximidade, lembranças, e interdisciplinaridade (incluindo aí a Literatura) irão compor o quadro científico do autor para seu objeto.

Quando afirma que sua “Universidade” foram os Mangues do Recife, que foi lá e “não em uma universidade sábia” que travou contato com o drama da fome, que o Mangue foi sua Sorbonne, Castro confere um status de legitimidade a sua “vivência” ou “convivência” com o drama da fome, que ele afirma ser a personificação mais visível e mais grave da pior faceta do que ele chama de subdesenvolvimento, o “subdesenvolvimento do homem”. Falar de Lembranças, de Vivências, neste sentido torna-se relevante para se entender as posições tomadas pelo autor ante as políticas de desenvolvimento para o Sertão Nordestino.

No entanto, a análise destas lembranças ou vivências para se tornar reveladora, não pode ser baseada em tomar as lembranças “em si”, como simples lembranças ou vivências soltas ou fontes de informações “diretas”. O que torna a análise destas –ou melhor, da “lógica” intrínseca a estas – importante é o fato evidenciado por Maurice Halbwachs de que toda lembrança, principalmente as de um período distante no tempo ou de ‘infância “, são lembranças reconstruídas:

> “A Lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por

> reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada"
>
> (...)
>
> "Sem dúvida, reconstruímos, mas esta reconstrução se opera segundo linhas já demarcadas e delineadas por nossas outras lembranças ou pelas lembranças dos outros"[27]

Tomando-se as lembranças como "lembranças reconstruídas" pode-se afirmar que as "lembranças" de Castro estarão mediadas, na escrita de suas memórias, por anos de formação acadêmica no Brasil e no exterior, anos de participação no Estado, anos de exílio, anos de Estudos e trabalhos de campo envolvendo o Sertão e seus "filhos"que desembocam na cidade.. Os quadros sociais de sua infância, suas lembranças, serão "reconstruídos" e relatados - em um esforço de rememoração organizada - através deste cimento de idéias, experiências, e de imagens, que serão transformadas, ao serem rememoradas, num todo coerente. Num todo que expressa uma razão e consiste num modo de expressar as impressões e o apego a um lugar a um tempo seco e fluido, o sertão, lugar este que se configura, simultaneamente, como objeto de estudo de Cientista, objeto de ação de Homem de Estado e objeto de identidade filial.

Por ter sido homem de ciência e homem de Estado as memórias reconstruídas de sua vida terão uma racionalidade e uma estrutura intrínsecas. Serão reconstruídas e estruturadas a partir de convicções pessoais de anos de vivência, de prática científica, de embates intelectuais e políticos. Revelarão algo, espécie de idéias-força que servirão de alicerce e estrutura da "reconstrução" ou como algo que se queira mostrar, enfatizar ou com que se identificar. Será como a construção de uma memória de homem de Estado que, como afirma Pierre Nora, já citado, implica na inserção, na reunião de uma razão particular numa razão de Estado, fazendo a identificação de um discurso individual noutro coletivo, do intelectual com o político, da escrita e rememoração com a ação.

Neste sentido, torna-se importante, além de identificar algumas influências literárias e científicas do autor em suas principais obras de ciência, tentar captar o sentido e a lógica intrínseca que dá aos seus "quadros sociais" de Juventude e Infância,

---

[27] HALBWACHS, Maurice – *A Memória Coletiva* – São Paulo, Editora revista dos tribunais Ltda, 1990 pp 71 - 77.

que dá à reconstrução de suas lembranças, sejam estas de infância ou de seu trajeto intelectual.

Torna-se de grande valia, portanto, tentar apreender o fio condutor de suas construções “autobiográficas” e literárias no sentido de se captar aspectos importantes de sua obra tanto como Homem de Estado como de Intelectual da fome, entendendo, com isto, um pouco da forma que deu ao lugar fluido sertão e um pouco das premissas com que este autor se lançou num embate político e intelectual sobre as causas da pobreza e o caráter do “projeto de nação” que deveria ter o Brasil

O que Castro entende por sertão e quais suas potencialidades, estará presente em suas obras permeado pelos quadros literários que este autor tem como referência, pelo seu aporte científico interdisciplinar e por suas memórias de infância e juventude, sua proximidade “familiar” com o interior nordestino. O esboço e delineamento destes quadros de referência, bem como da lógica que imprime sua reconstrução de lembranças permite lançar uma luz sobre sua concepção de sertão e as posições político-intelectuais que tomará envolvendo o interior do Nordeste.

Em sua principal obra, podem ser vislumbrados muitos destes elementos, que já exprimiriam uma visão alternativa do Sertão antes dos fervorosos anos da “Operação Nordeste”. No recente pós-guerra, onde a humanidade, ainda perplexa, contabilizava a destruição e a própria desumanidade que ela mesmo realizou, onde a fome, maior expressão de desumanidade, era vista nas ruas das antes ricas, agora destroçadas, capitais européias e num país de famintos que acabava de sair de uma ditadura e precisava lidar agora com sua dependência e fragilidade em um mundo em reconstrução, era lançado um retrato da desumanidade e da pior expressão do subdesenvolvimento, uma Radiografia do Brasil, uma Geografia da Fome, a ser analisada no capítulo II

Memória e Sertões como Pobreza e Atraso - a perspectiva de Celso Furtado:

> “ Na minha Infância, no sertão, a família ampliada constituía o quadro básico de formação do indivíduo. A política absorvia parte importante da vida dos chefes de grandes famílias. Mas essa atividade política só

> remotamente estava ligada ao que ocorria no país: ele consistia essencialmente em rivalidades e conflitos, com apelo corrente à violência, entre famílias e grupos de famílias locais. As incursões de cangaceiros eram freqüentes. As histórias de violências, relacionadas a pessoas conhecidas e não simples mitologia, povoaram a minha infância. Essas violências referiam-se mais a atos de arbitrariedades , prepotência e crueldade que gestos de heroísmo à *western*"[28]
>
> (...)
>
> "...a causa básica da baixa renda da agricultura nordestina está na sua pobreza relativa de recursos naturais, e não, principalmente, no grau de capitalização"[29]

Poucas são as alusões diretas fora do escopo de uma *análise racional* e friamente econômica feitas por Celso Furtado sobre os sertões do Nordeste. No entanto, quando se registram, são de caráter contundente. Tais alusões aparecem esparsamente, e se concentram quase que totalmente na sua obra autobiográfica em três tomos – *A Fantasia Organizada; A Fantasia Desfeita; Os Ares do Mundo*- e particularmente em um de seus artigos, de nome *Auto-retrato intelectual*, reproduzido em *A Fantasia Desfeita* sob o título de *Aventuras de Um Economista Brasileiro*[30]

Tal artigo, elaborado e editado em Paris em 1973 no *International Social Sciences Journal* (Paris, Unesco, vol XXV n 1/2)[31] tinha como principal objetivo apresentar e informar o público do *establishment* acadêmico internacional sobre o autor e sua trajetória como intelectual e homem público. No texto o autor reconstrói sua trajetória em poucas páginas desde sua infância e juventude, passando pelo período vivido como homem público até atingir ao status de professor e intelectual acadêmico.

---

[28] FURTADO, Celso – *A Fantasia Desfeita* – Op Cit pp 11
[29] *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* – Op Cit pp 18
[30] FURTADO, Celso – *A Fantasia Desfeita* – Op Cit pp 11-26
[31] Esta referência foi extraída do artigo de VIEIRA, Rosa Maria – *Celso Furtado: Auto Retrato e Retórica* in BRESSER-PEREIRA, L.C.& RÊGO, José Márcio – *A Grande Esperança em Celso Furtado* – Op Cit pp 157-165

Falando de suas origens, o autor apresenta o que considera como as feições principais do que seria sua terra natal. Tomando o Nordeste como a região de povoamento mais antigo do Brasil, procura fechar o foco na região do sertão nordestino no sentido de fixar de onde veio e, mais profundamente, procurar fixar de onde surgiu o "sentido" de seus estudos como intelectual e ações homem público.

Os sertões que aparecem aí, diferentemente de Josué de Castro, são sertões quase exclusivamente povoados de arbitrariedade e pobreza. São sertões de atraso, de cangaço, de seca, de fanáticos:

> "As histórias destas secas, nas quais se entremeiam a violência do mundo físico e as arbitrariedades dos homens povoam o meu espírito na primeira infância. Também ocorria de as chuvas chegarem com violência excessiva..."
>
> (...)
>
> "Nesse mundo marcado pela incerteza e pela brutalidade, a forma mais corrente de afirmação consistia em escapar para o sobrenatural. Os grandes milagreiros existiam não somente como legenda, mas também como presença. Não longe de onde morávamos, reinava o Padre Cícero, cujos milagres atraíam legiões de peregrinos. De forma mais imediata, existia a necessidade de se estar ligado a um chefe político, sem o que um mínimo de segurança era praticamente inconcebível..."[32]

Emerge deste quadro um sertão sombrio, mais aproximado das visões correntes secularmente arraigadas nas representações sociais sobre aquela região fluida. Dos relatos de Furtado transparece, tal como em Euclydes da Cunha e Josué de Castro, a profunda impressão que causa o sertão, deixando marcas profundas na alma deste autor. No entanto, diferentemente dos outros dois autores citados, as marcas impressas em Furtado são quase sempre marcas sombrias, algo como índices, exemplos quase do máximo de irracionalidade a que pode chegar a natureza humana. Tal sentimento, de tão profundo, se torna quase uma segunda natureza impregnada na alma do autor, o que o teria feito direcionar suas energias intelectuais para compreender a região nordeste e as causas e conseqüências de seu atraso:

> "Esses dados quiçá possam explicar a formação em meu espírito de certos elementos que considero como invariantes, dos quais dificilmente eu poderia libertar-me sem correr o risco de desestruturar minha própria personalidade. Esses elementos se manifestam sob a forma de idéias-força, que enquadram o meu comportamento na ação e também minha atividade intelectual criadora. A primeira dessas idéias é a de que a arbitrariedade e a violência tendem a dominar no mundo dos homens. A

[32] FURTADO, Celso – *A Fantasia Desfeita* – Op Cit pp 12.

> segunda é a de que a luta contra esse estado de coisas exige algo mais que simples esquemas racionais. A terceira é a de que essa luta é como um rio que passa: traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva"[33]

Esse quadro sombrio - permeado em outros momentos por descrições mais amenas e poéticas sobre o sertão, descrições que enfatizam a simples atração pelo *belo* do lugar e aspectos estritamente telúricos[34] – Furtado assume-o como marcante e como o quadro que descreve o sertão nordestino em seu essencial. Esta "sombriedade" construída em torno das imagens mais arraigadas sobre o sertão do nordeste nos ajuda a compreender alguns móveis da ação técnica e política do autor em direção a uma espécie de *desaparecimento* deste e construção de um *novo* sertão. Tal transformação dar-se-á através da intervenção *racional*, planificada, intervenção esta preparada e subsidiada pela pesquisa econômica. O apego à racionalidade e a aversão à política (que aparece freqüentemente na obra de Furtado sob o epíteto de politicagem) serão aspectos constantemente presentes nas obras do intelectual e nas ações do homem público Celso Furtado, com profundas conseqüências na perspectiva de planejamento por ele assumida[35]

O autor elegerá, portanto, a intervenção e a *transformação racional* como o cerne de sua ação tanto como intelectual quanto como homem de Estado. Projeto assumido como o sentido de sua vida, sentido que envolve conhecimento e superação:

> "Muitas vezes me pergunto se o desejo insaciável de penetrar na realidade do próprio país não envolve um desejo ainda mais fundamental: o de conhecer-se a si mesmo. Como superar as limitações do quadro psicológico pessoal sem penetrar nas condicionantes sociais e culturais? Até que ponto meu interesse pelo nordeste decorre de uma simpatia profunda pelo mundo que mais conheço (o de minha infância e minha adolescência) ou reflete principalmente a consciência que tenho que sou prisioneiro das estruturas sociais em que me formei, mesmo quando contra elas me revolto? Como desalienar-se sem haver alcançado a lucidez que nos permite ver através de todas as estruturas, que são nosso segundo código genético? Quiçá essas razões confluam e se reforcem mutuamente. A verdade é que o desejo de

[33] FURTADO, Celso – *A Fantasia Desfeita* – Op Cit pp 13.

[34] Tais descrições vão aparecer em momentos esporádicos de sua obra, no entanto sempre estarão acompanhadas da idéia da necessidade de total transformação, de uma transformação "racional": "... Saí em passeio pelo meu sertão de origem, em plena estação seca, e dei asas á fantasia, antecipando a transfiguração daquelas terras ásperas mediante a proliferação de oásis onde se repetiria o milagre da multiplicação dos frutos do trabalho humano. É caminhando à noite, sob o céu estrelado, que o sertanejo se deixa arrebatar pelo orgulho de sua terra. Os ventos que prolongam os alísios avançam céleres pelo horizonte aberto, e o mundo inteiro parece estar ao alcance da vista." FURTADO, Celso – *A Fantasia Desfeita* – Op Cit pp 132

[35] Pretendo desenvolver os temas da aversão à politicagem e o apego à racionalidade no capítulo em que abordarei o pensamento planificador de Furtado dobre os sertões do Nordeste

> compreender o meu próprio país absorveu a parte principal de minhas energias intelectuais no quarto de século transcorrido desde que escrevi a minha tese sobre a economia colonial brasileira"[36]

Neste sentido de conhecimento e superação o intelectual insere a si mesmo e também aquele seu "segundo código genético", o sertão nordestino. O conhecimento e a "revolução" do sertão se impõem como dever, revolução e conhecimento que fariam nascer um *sertão racional*. Diversamente de Josué de Castro e Euclydes da Cunha, Furtado revela-se pouco condescendente com a Terra e com o Homem do sertão, pautando sua ação sobre o que considera dever ser um novo sertão, um novo Nordeste.

Pode-se vislumbrar que, através desta análise dos aspectos envolvendo a questão sertaneja, muitos vetores irão contribuir para a representação que se fará acerca desta região semi-árida nordestina. Por ser uma categoria que envolve aspectos, físicos, históricos, geográficos, climatológicos, telúricos e culturais, sua "apreensão" como objeto – por mais ue se tente fugir disto -, estará permeada por várias destas instâncias, e disto não poderão fugir Celso Furtado e Josué de Castro. Terão de se posicionar acerca das representações coletivas sobre este lugar fluido e moldável, que inclusive engloba suas memórias e suas concepções sobre a terra e a gente do semi-árido do nordeste, fortemente embebidas do "clima ideológico" que envolve esta região. Não há como fugir das apreciações em torno do homem sertanejo, imortalizadas como "gente firme", para o mal ou para o bem na literatura ou das apreciações disseminadas através do senso comum citadino, que, por enxergar apenas os cidadãos sertanejos em seus momentos de maior penúria, os toma como seres esquálidos, subnutridos e de parca alfabetização, uma expressão de atraso. Não há como escapar das imagens das tropelias e do cangaço, nem das imagens da terra esturricada pela seca. Disto não pôde escapar ciência, senso comum, imprensa e literatura. Nem com o positivismo militante Euclydes da Cunha pôde escapar da fluidez desta categoria, confessando que se precisava de "algo a mais" para se entender esta terra e esta gente. Como veremos, nem o cientificismo de Furtado escapou desta "fluidez" do sertão, que em sua obra assume uma forma bem seca, empobrecida e esquálida.

Neste contexto, torna-se importante analisar como os autores lidam com todas estas dimensões desta categoria fluida, que exigem verdadeiras "tomadas de posição" a respeito do sertão como objeto. Tais formas de lidar com as dimensões, as visões

[36] FURTADO, Celso – *A Fantasia Desfeita* – Op Cit pp 22

telúricas de infância e as memórias daqueles que estabeleceram ligação mais que abstrata com esta região muito influenciarão suas atitudes e seus projetos de desenvolvimento

II - Josué de Castro – Por um planejamento pelo Sertão

Os Sertões de Geografia da Fome:

> "Pelo Brasil afora se tem a idéia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o nordeste é seco, nem seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão. Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestinas, . Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou base física da região"[37]

Em 1946 era lançada no Brasil a primeira edição de Geografia da Fome, livro divisor de águas não só na carreira de Josué de Castro, mas também na forma de análise do fenômeno da fome em âmbito nacional e mundial. Este estudo foi feito num período em que o fenômeno da fome não era contemplado com estudos importantes, seja no

[37]CASTRO, Josué de - *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço* 10ed Rio de Janeiro Ed. Antares 1987 pp 260

Brasil, seja nos países mais desenvolvidos da Europa e da América do Norte. Dos poucos trabalhos que havia, quase nada podia ser tomado como uma análise global deste triste fenômeno, ora visto pela abordagem "médica" - ou seja, os efeitos da "privação" de alimentos no organismo dos seres humanos, sem mais incursões no social, ora visto e denunciado pelo prisma artístico e literário, através das descrições dos horrores das imagens de famélicos desesperados. Muito pouco se estudava o fenômeno pela perspectiva sociológica, interdisciplinar, ou por um olhar que ligasse a fome a estruturas políticas e sociais. A Fome, como um fenômeno complexo, estava a exigir um pensamento complexo, e Castro acionou todos os matizes de sua formação no sentido de tentar entender este fenômeno, e entendeu-o - contribui para isto sua formação em medicina - como sintoma de uma grande doença, a doença do subdesenvolvimento. Para entender o fenômeno complexo da fome, implicava descobrir suas causas, seus focos e fazer uma verdadeira "radiografia" do corpo, no caso o Brasil, pensando complexamente seu funcionamento e a interação de seus diversos agentes. Através da utilização interdisciplinar de uma abordagem ecológica – sistêmica, que considera a interação de vários fatores - do método geográfico aliado a instrumentos da ciência da nutrição e da sociologia Castro materializou, através de claras metáforas médicas, seus famosos e revolucionários conceitos de fome endêmica e epidêmica utilizados na caracterização e divisão entre regiões do Brasil[38], que sofriam de um ou outro fenômeno, além de subnutrição. Castro procurava construir uma metodologia de análise que levasse em conta os mais diferentes fatores que poderiam contribuir para este fenômeno, e procurava fazê-lo através da imbricação do "Homem Biológico" (o homem em relação à "si", organismo vivo, com necessidades específicas para seu bom funcionamento, para seu equilíbrio), o "Homem Geográfico" (O Homem em um meio geológico fauno-climato-botânico, o homem em uma região, em uma economia); o "Homem Histórico-social" (O Homem em relação com o próprio homem, o homem produzindo sua sobrevivência, as relações de poder e mando) e o Homem filosófico-antropológico (O Homem simbólico, o homem criativo, cultural, diante de si, refletindo sobre si). Por meio desta abordagem holística, que pode ser chamada de ecológica (pois pressupõe vários elementos da vida em interação), Castro tentava entender, ou pelo menos captar o cerne do problema, da doença, que se traduzia em sintomas da "fome".

[38] Posteriormente Josué de Castro iria estender a aplicação destes conceitos, bem como da metodologia esboçada em Geografia da Fome, à análise da fome no mundo, em seu livro "Geopolítica da Fome".

Procurando traçar um quadro do problema da fome no País, analisou o regime alimentar das regiões brasileiras (O Homem Biológico e o Homem geográfico). Empreendendo uma análise das carências ou desequilíbrio de cada regime alimentar - através de instrumentos fornecidos pela fisiologia e nutrologia – e estudou as relações sociais e sua matriz histórica vigentes no Brasil desde tempos coloniais - através de conhecimentos de história, sociologia e antropologia. Com estes elementos, procurou estabelecer uma divisão que compreendesse todas as regiões do Brasil conforme seu grau de exposição ao problema da fome. Por esta metodologia e análise dos dados obtidos Castro classificou as regiões Norte e Nordeste Açucareiro como áreas de fome endêmica (carências graves, de caráter crônico); as regiões Sul-Sudeste e Centro–Oeste como áreas de subnutrição (carências parciais) e a área do Sertão nordestino como área de fome epidêmica (surtos intermitentes de fome aguda devido às quadras das secas, ao latifundiarismo e ao arcaísmo crônico no lidar com a terra no campo, falando, pois, de um "Homem Social"[39].

Em sua metodologia de análise, a área do sertão nordestino é separada do nordeste litorâneo, sendo destacada como específica e diferenciada pelo autor Esta área do interior do Nordeste, segundo os escritos de Geografia da Fome, além de ter clima salubre e um povo dotado de uma sabedoria cultural que lhe permite aproveitar satisfatoriamente as múltiplas potencialidades possíveis de sua terra, configura-se como a área de um dos mais equilibrados sistemas alimentares do Brasil, um dos mais harmônicos com as condições de seu meio e clima.(O Homem geográfico, O Homem Biológico e o Homem Antropológico)

Baseado em pesquisas feitas desde a década de 1930 em Pernambuco e muitas no laboratório de fisiologia da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro - onde fundou o curso de Nutrição - Josué de Castro buscava sempre salientar a sabedoria cultural do regime sertanejo do Nordeste, procurando demonstrar como a mistura nutritiva do milho com leite[40], do cuscuz salgado nordestino, o nutritivo e saudável consumo do leite de cabra e de carne "magra" de carneiro e cabrito, de rapadura e de frutas, e o uso de vários tipos de feijão, a baixa taxa de alcoolismo do sertanejo e o sol contribuíam para que este fosse um dos regimes mais equilibrados e saudáveis do país(O Homem biológico, antropológico e geográfico).

---

[39] CASTRO, Josué de - *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço* 10ed Rio de Janeiro Ed. Antares 1987[1946] pp 41

[40] CASTRO, Josué de - *Op Cit* pp 195

Tais afirmações, para aqueles de pouco contato com as obras científicas sobre os sertões nordestinos – e mesmo para aqueles de maior contato – configuram-se, no mínimo, como surpreendentes. Acostumados com o cômodo terreno do "senso comum" sobre os sertões, presos nos emaranhados quadros da representação dominante sobre estes, acostumados com a sua associação com a seca, retirantes e miséria, não poderiam imaginar os sertões como outra coisa senão a área da mais pura miséria, o paradigma da miséria.

A essas afirmações se junta uma outra também de caráter surpreendente sobre este "Outro Nordeste", a de que as conseqüências da seca e seu cortejo de horrores só tomam lugar devido a uma distribuição de terras latifundiarista e irracional, com o "Homem Social" entregue ao abandono do Estado quanto à introdução de subsídios, educação e melhorias técnicas além de políticas de desenvolvimento desequilibradas e fomentadoras de desigualdades, implantadas por este Estado. Neste sentido, a seca, como a fome, torna-se um problema eminentemente social e sua solução passa por questões de planejamento, políticas e investimento "de Estado".[41]

A seca, desta forma, torna-se apenas um fenômeno natural conhecido desde os primórdios da colonização. Seus efeitos sobre o homem tornam-se produto do colonialismo, do arcaísmo agrário, do poder, da exploração, da indústria da seca e do abandono, que, segundo este autor, colocam o latifúndio ao lado do minifúndio improdutivo, perpetuando relações de trabalho arcaicas como foro e arrendamento. O sertanejo médio – que já normalmente tem de realizar *trabalho de Hércules* para poder aproveitar as potencialidades do sertão[42] – torna-se desprovido da possibilidade de acumular reservas e defesas contra a seca neste tipo de configuração social, tornando-se vulnerável às alterações pluviométricas e propiciando as imagens terríveis da transformação de homens bem alimentados e fortes em retirantes esquálidos, doentes e humilhados.

Pode-se depreender desta análise algumas características básicas da argumentação de Castro, estruturais em sua prática como político e cientista: 1- A ferrenha defesa do sertão como terra de potencialidades e de certa riqueza; 2- A insistência em tomar a seca como um problema social, do Homem Social e, a que nos interessa particularmente aqui, 3- a defesa de uma reforma agrária e um projeto de

[41] CASTRO, Josué de - *Op Cit* pp 260-261
[42] CASTRO, Josué de - *Op Cit* pp 217

desenvolvimento equilibrado que fixe o sertanejo à sua terra, não o retirando, como comumente o fizeram vários governos, para outras regiões do Brasil.

A esta última característica, enquanto prática, se aferrou como homem de ciência e política e foi base de sua crítica ao projeto desenvolvimentista de caráter urbano-industrial expresso nas considerações do documento da Sudene de Celso Furtado sobre os sertões Nordestinos Estas críticas e o embate intelectual que gerou foram base de um dos mais acalorados debates intelectuais e políticos dos últimos 50 anos. Para Josué, ao que parece, tais políticas e apreciações não visavam justamente o que era mais importante, o Homem.

Entretanto, através de toda esta análise, uma questão importante se impõe. Diante da grande inovação científica, reconhecida mundialmente, que representou a metodologia de análise de Geografia da Fome e seus conceitos de fome endêmica e epidêmica, e do surpreendente diagnóstico sobre os sertões nordestinos podemos nos perguntar que fatores poderiam ter influenciado a tomada de posição ferrenha de Castro contra o discurso dominante sobre os sertões nordestinos como terra de escassez irremediável, sua forte oposição a planos de transferência de população e sua insistência na potencialidade dos sertões e na decorrente necessidade de fixação do sertanejo à sua terra.

Penso que analisando os "quadros literários" de Geografia da Fome, e de sua obra "meio-autobiográfica", o romance *Homens e Caranguejos,* pode-se lançar luz sobre alguns aspectos intelectuais, algumas *idéias-força*, para usar um termo caro ao autor, que o poderiam ter influenciado nesta tomada de posição anti-hegemônica tanto contra o latifundiarismo da *vocação agrária* quanto contra o desenvolvimentismo e os diagnósticos sobre o sertão do GTDN e da Sudene de fins dos anos 50. Através desses quadros literários e da expressão literária o autor incide em uma das próprias dimensões de sua análise ecológica, a dimensão filosófico-antropológica. O Homem, o Autor, aqui se coloca diante de si, de sua criatividade, de sua identidade. Toma uma posição e reflete sobre essa posição e seu papel, reflete sobre si mesmo e constrói sua ciência, sua ação e suas memórias.

Os "quadros literários" de Geografia da Fome

> "A Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, romancistas da fome no Brasil".
>
> "À memória de Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo, sociólogos da fome no Brasil".

A citação que serviu de epígrafe para este tópico é a mesma epígrafe de Geografia da Fome e diz bastante sobre o "quadro literário"[43], o papel da literatura na obra de Josué de Castro. Este dedicou o livro que escreveu para ser sua obra prima a quatro escritores que, talvez à exceção injusta sofrida por Rodolfo Teófilo, são dos mais consagrados da literatura brasileira. Escritores que, à exceção de Raquel de Queiroz, escreveram não só romances, mas também livros de Ciência que tinham por objeto o sertão nordestino e suas secas.

Neste, como em outros de seus trabalhos, Castro busca registrar o importante papel que a literatura exerce em sua obra, e sua dívida para com a obra dos sertanistas[44]. Esta busca e reconhecimento pode fornecer algumas pistas sobre o contexto intelectual em que foi composto *Geografia da Fome*, sobre o quadro de onde partiram algumas de suas argumentações e problematizações, enfim, sobre as influências intelectuais que possam ter tido papel importante nos diagnósticos e soluções propostas. Dentre estas, a literatura, como o próprio Castro busca salientar e deixar registrado, representa claramente papel significativo.

Percorrendo as páginas de sua principal obra - e também de outras - topamos mais que ocasionalmente com a presença da abordagem literária sobre temas relacionados ao Nordeste e a seus sertões. Em *Geografia da Fome* pululam verdadeiras referências à literatura, utilizando-a, além de elemento "reforçador" do traçar de um quadro sobre a situação nordestina e seus principais problemas, dentre eles a seca, como base de análise científica, como verdadeira "fonte" de informações, de metodologia e até de teorias sobre o sertão nordestino.

---

[43] O termo "quadro literário" tem o sentido de uma espécie de caráter de "moldura" que a literatura pudesse exercer sobre o pensamento de Castro. Penso que tais quadros no caso de Josué são importantes devido ao peso que este confere à literatura em sua obra, facilmente identificável em seus escritos.

[44] No prefácio de "Homens e Caranguejos" escreve: "Quero deixar consignada minha profunda gratidão pela inestimável contribuição que representou na elaboração deste livro a leitura das obras de três grandes poetas do Nordeste: Ascenço Ferreira, Joaquim Cardoso e João Cabral de Melo Neto" CASTRO, Josué de – *Homens e Caranguejos* – Rio de janeiro, Civilização Brasileira 2001 pp 22

Dentre estas "fontes" e influências, Euclydes da Cunha revela-se, visivelmente, como uma das principais. Seu principal livro, *Os Sertões*, é citado abundantemente por todo o texto do livro de Castro. De maneira categórica, Castro assume Euclydes da Cunha como um verdadeiro "sociólogo da fome" no Brasil, colocando, no campo da ciência social, uma obra que, até os dias de hoje, é colocada muito mais no campo da literatura do que no da ciência propriamente dita, mesmo se considerarmos o seu corpo de hipóteses e metodologia como "datados", obra colocada como um dos principais livros de literatura no Brasil, *Os Sertões* .[45]

Analisando mais detidamente as linhas gerais desta obra Euclydiana podemos assinalar alguns pontos interessantes e de possíveis contatos entre Castro e Cunha, o que nos ajuda a "iluminar" alguns aspectos da visão de Castro sobre o sertanejo e os sertões nordestinos.

Logo no prefácio de *Os Sertões*, livro que resultou de seu trabalho como correspondente jornalístico enviado para cobrir a guerra de Canudos, Euclydes da Cunha procura deixar claro que está publicando um livro que se pretende *vingador*, uma denúncia contra o "crime, na completa acepção da palavra", praticado contra os sertanejos de Canudos:

> "Aquella campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime, denunciemol-o"[46]

O "Choque" provocado por tão novas paisagens, tão nova gente e tão cruéis barbaridades, intrigou sobremaneira o poeta-cientista, provocando-lhe a mente no sentido de tentar entender mais profundamente tudo isto. Em seu esforço intelectual para entender a guerra de Canudos, Euclydes da Cunha procura primeiramente entender o "outro", entender o sertão e o sertanejo, ambos personagens até então "ignotos", procurando entender primeiramente a Terra e o Homem antes de chegar à Luta propriamente dita. Além dos olhos e da frieza do cientista positivista, entretanto, Cunha paradoxalmente procura ir com a alma de poeta para seu complexo objeto, tomando uma posição diante deste e refletindo sobre si mesmo e seu papel como intelectual diante dele. Ao mesmo tempo em que procura abordá-lo "fria" e cientificamente, deixa transparecer em suas páginas o choque que é estar diante de

[45] A primeira colocação de *Os Sertões* no campo das ciências foi deita por Arthur Ramos, em 1948, quando coloca este livro como o primeiro tratado de antropologia regional do Brasil.
[46] CUNHA, Euclydes da - *Os Sertões* - ed. Livraria Francisco Alves 13ª edição 1936 pp X

manifestações de tão incríveis crueldades de um povo contra si próprio, o choque que é o "estar" nos Sertões para um poeta-cientista proveniente do "centro" político do país e armado de pré-concepções sobre uma terra e uma gente que são, como ele próprio demonstrará, essencialmente ignotas para os "citadinos". Buscando denunciar as crueldades e conhecer e entender os sertões nordestinos, Cunha escreve *Os Sertões* .

Procurando conhecer e compreender, o autor parte para o estudo da terra sertaneja, tomando-a como a base, o "anfiteatro", onde se desenrolava a luta pela vida e onde se desenrolaram os terríveis acontecimentos. base de um verdadeiro complexo onde todos os elementos viviam em constante luta. Nesta espécie de "complexo solo-fauna-flora-homem" emerge o sertão nordestino e as imagens que este evoca são como o choque dos raios brilhantes do sol refletidos aos olhos de um homem citadino, com a incumbência de cobrir o esmagamento de uma revolta, e que presenciara cenas de rara beleza e trágica violência. Colocando suas impressões no papel, Cunha constrói imagens sobre o Sertão como uma epopéia de um viajante a descobrir uma terra ignota, tendo surpresas a cada passo, armado da serenidade da ciência e da expansividade do Poeta, tentando, assim como Castro o faria seguindo seus passos., ter uma concepção holística de seu objeto. Ao mesmo tempo em que procurava entender Canudos por várias dimensões (Terra, Flora Fauna, Homem biológico, Homem Cultural) traía seu espírito positivista colocando-se diante do que via e analisava. Colocando-se emocionalmente e moralmente diante do que analisava, Cunha assumia que a ciência não era suficiente para entender Canudos; era necessária também a alma do poeta, que alargava seus horizontes, acurava sua visão, mas trazia seus sentimentos.

Falando sobre a terra e evocando imagens da caminhada em direção aos sertões, Euclydes descreve deslumbramentos, como escreve acerca da bacia do São Francisco:

> "Vê-se, de facto, que tres formações geognosticas díspares, de edades mal determinadas, ahi se substituem, ou se entrelaçam, em estratificações discordantes, formando o predomínio exclusivo de umas, ou a combinação de todas, os traços variáveis da physionomia da terra. Surgem primeiro as possantes massas gneissgraniticas, que a partir do extremo sul se encurvam em desmedido anphiteatro, alteando as paisagens admiráveis que tanto encantam e illudem as vistas inexpertas dos forasteiros "[47]:

adentrando Sertão adusto, descreve as primeiras impressões de um "forasteiro":

[47] CUNHA, Euclydes da – *Op Cit* - pp 4

> "É uma paisagem impressionadora. As condições estructuraes da terra lá se vincularam à violência maxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendo. O regimen torrencial dos climas excessivos, sobrevindo, de súbito, depois das insolações demoradas, e embatendo naquelles pendores ezpoz há muito, arrebatando-lhes para longe todos os elementos degradados, as series mais antigas daquelles ultimos rebentos das montanhas"(...)" ...O que estas denunciam - no enterroado do chão, no desmantelo dos cerros mais desnudos, no contorcido dos leitos seccos e dos ribeirões ephemeros, no constricto das gargantas e no quasi convulsivo de uma flora decidua embaralhada de esgalhos - é de algum modo o martyrio da terra, brutalmente golpeada pelos elementos variáveis, distribuídos por todas as modalidades climáticas."[48]

E andando muitos passos a galgar o Morro da Favela:

> " Volvia em volta o olhar para abranger de um lance o conjuncto da terra; - E nada mais divisava recordando-lhe os scenarios contemplados. Tinha na frente a anthitese do que vira. Alli estavam os mesmos acidentes e o mesmo chão, em baixo, fundamente revolto, sob o indumento áspero dos pedregaes e caatingas estonadas....Mas a reunião de tantos traços incorrectos e duros - arregoados divagantes de algares, sulcos de despenhadeiros, socavas de bocaínas, creava-lhe perspectiva inteiramente nova. E quasi comprehendia que os matutos crendeiros, de imaginativa ingenua, acreditassem que "Alli era o ceu...."[49]

Não só a terra, mas também a flora impressionava. Acerca desta, entre o aspecto adusto, Euclydes enxergava e exalta a poesia da vegetação em luta contra o ambiente que faz explodir em imagens estonteantes das caatingas, que repelindo a um primeiro lance comoviam a um segundo. Acerca de um viajante por estas estonteantes caatingas Euclydes romantiza:

> "Ao passo que a caatinga o afoga ; abrevia-lhe o olhar; aggride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama epinescente e não o attrae; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente leguas e leguas immutavel no aspecto desolado.."

e mais adiante

> "A lucta pela vida, que nas florestas se traduz como uma tendência irreprimível para a luz, desatando-se os arbustos em cipós, elásticos, distensos, fugindo ao afogado das sombras e alteando-se presos mais aos raios do sol do que aos troncos seculares - Alli, de todo oposta, é mais obscura, é mais original, é mais commovedora. O Sol é o

[48] CUNHA, Euclydes da - *Op cit* pp 15
[49] CUNHA, Euclydes da - *Op cit* pp 24-25.

> inimigo que é forçoso evitar, illudir ou combater. E evitando-o presente de algum modo, como o indicaremos adeante, a inhumação da flora moribunda, enterrando-se os caules pelo solo. Mas como este, por seu turno, é áspero e duro, exsiccado pelas drenagens dos pendores ou esterilisado pela sucção dos estratos completando as insolações, entre dous meios desfavoraveis - espaços candentes e terrenos agros - as plantas mais robustas trazem no aspecto anormalissimo , impressos, todos os estigmas desta batalha surda."[50] Em meio a esta flora valente emergem os joaseiros sempre verdes, os altos e monótonos mandacarus, os xique-xiques recamados de flores alvas, as cabeças de frade, as espinhentas palmatórias-do-inferno, os umbuseiros, as juremas, (...) E o sertão é um paraizo..."[51].

Estes três retratos, como exemplos, formam os contornos de um sertão a um tempo rico e pobre, exuberante e adusto, de uma beleza rude e uma rudeza bela, e trazem intrínseco um grande fantasma, a grande tragédia que envolve seu nome, que segue seus passos e o espreita pelos caminhos da história, espectro que, para muitos, ainda em nossos dias, é a primeira coisa que vem à cabeça quando se evoca a palavra sertão. A Seca.

Transparece em *Os Sertões*, a intenção de se conhecer o sertão de uma maneira complexa, buscando a abordagem de múltiplas faces – botânica, geológica, cultural, e a sabedoria popular – Euclydes da Cunha procura uma visão mais profunda e holística do sertão e sua condição natural e social. Tal traço metodológico será deliberadamente recuperado por Castro e será um aspecto marcante na construção de sua análise sobre o sertão nordestino contida em *Geografia da Fome*. Tanto em Josué de Castro quanto em Euclydes da Cunha, há uma intencionalidade de se ultrapassar o olhar técnico, interligando "campos" de várias ciências embebendo-os da arte. Da arte do poeta, do sentimento, que é capaz de situar o *self*, a alma, diante de sua humanidade e provocar a tomada de uma posição ativa para com a problemática que se estuda, posição esta que Euclydes da Cunha tomou na qualidade de poeta, contra as convicções positivistas do cientista, denunciando um crime e escrevendo um livro vingador, elegendo o povo dos sertões como o "cerne vigoroso de nossa raça".

Em Castro esta tomada de posição se processou através da ciência e da literatura e a favor da busca, da apresentação e da valorização de um sertão nordestino de rica cultura e profunda sabedoria popular, plasmando os contornos de um sertão de potencialidades, de terra e gente de valor ante as dominantes representações de escassez tão arraigadas no senso comum e em certos círculos científicos.

---

[50] CUNHA, Euclydes da - *Op cit* pp pp37-39
[51] CUNHA, Euclydes da - *Op cit* pp 47

Elegendo Euclydes da Cunha como um verdadeiro *Sociólogo da Fome*, Castro estabelece uma identidade com este. Identidade esta, não só científica, mas também artística e "política", onde se destacam a valorização do povo do sertão, do próprio sertão e a denúncia apaixonada do que considerava verdadeiros crimes perpetrados contra eles.

Além de Cunha, um outro agraciado com o título de sociólogo da fome por Josué de Castro exerceria grande influência na obra de Castro. Baiano, Sanitarista e romancista, Rodolfo Teófilo, quase desconhecido para a maioria dos brasileiros, presenciou de perto e foi uma figura atuante ante os horrores da grande seca de 1877-1880 no Ceará, a célebre seca dos "esqueletos ambulantes" que afluíam constantemente a Fortaleza, entupindo uma cidade que de 25.000 passou a ter mais de 100.000 pessoas perambulando pelas ruas naqueles terríveis anos[52], a seca das doenças contagiosas, como a varíola, que matava mais que a inanição aguda, que matou a mulher do presidente do estado do Ceará, que em um só dia matou 1004 pessoas, em proporção tal que os cadáveres ficavam insepultos por dias nas calçadas da cidade, tornando-se focos de mais doenças. Não se limitando a apenas presenciar os acontecimentos, Teófilo tornou-se atuante correndo de abarracamento em abarracamento para tentar uma vacinação em massa, não só na seca de 1877, mas também na seca de 1915, "O Quinze", outra grande tragédia que se abateu contra os sertões nordestinos.

A atuação, as memórias, bem como diagnósticos e propostas Teófilo transformou em um hoje quase esquecido livro, "História da Secca do Ceará". Neste, além de contar a terrível história, quase que dia-a-dia, da grande seca de 1877, o autor procurava, muito antes, dentro do mesmo espírito - embora com menos poesia - do livro de Euclydes da Cunha, traçar uma anatomia dos sertões, uma anatomia de suas potencialidades e de seus problemas como forma de melhor compreendê-lo e melhor diagnosticar suas mazelas.

Assim como Cunha, começa por apresentar ao público o Sertão, localizando e retratando o *lócus* onde se desenrolava, de tempos em tempos, grandes tragédias:

> ""A partir do litoral,o terreno vae se elevando rapidamente até attingir de 800 a 1000 m nas serras de Ibiapaba e Araripe, a face do solo é geralmente desigual: vastos lagamares na costa. No interior, taboleiros duros e arenosos,várzeas immensas cobertas de carnaubaes, outeiros pedregosos, serrotas esparsas ou contínuas ao N. ao S. e ao SE. , serras frescas, mas de

[52] TEÓFILO, Rodolfo - *História da Secca do Ceará: 1877 - 1880*. Fortaleza, Typographia do Libertador - 1883.

> pouca extensão. A parte do interior que não é serra, tem o nome de Sertão; é, por excellencia, o terreno de creação ou pastoril, que ocupa cerca de quatro quintos da província."(...)"Desde as serras circulares até o oceano é muito inclinada a posição do solo; as águas pluviaes ; rapidamente se escoam, não permittindo a existência de Rios perennes. Extensos, largos, arrastando considerável massa dágua , na estação chuvosa, os rios da província cortam, na estação secca, deixando, apenas, poços ou tractos dágua nas partes mais baixas. No sub-solo, porém, entre a parte mais profunda impermeável e a arenosa superficial, continúa uma corrente dágua. O Ceará, dizia o Dr. Buarque de Macêdo, pede apenas que lhe rasgue as entranhas da terra para fazer jorrar água em abundância."[53]

Embora cerrasse fogo contra a imprevidência tanto dos governos quanto dos próprios sertanejos e contra a politicagem, emergia sempre dos quadros de Teófilo, em meio aos tristes acontecimentos, um sertão de potencialidades.. Um sertão cujo mel, algodão e águas subterrâneas eram desprezados em prol de interesses que considerava, no mínimo, antipatrióticos

Não só através dos livros de ciência, mas também dos romances, Teófilo procurava denunciar as iniqüidades sofridas pela terra e pela gente sertaneja. Usava, assim como Cunha, da arte para "aprofundar" a denúncia e a visão das torpezas de homens e governos, tentando de alguma forma colocar o leitor no dia-a-dia de atrocidades que se entulhavam. procurando retratar a fome e a "retirada" com contornos chocantes e fortes, tentando exprimir, através das palavras, um pouco do quadro lúgubre das secas. Em seu romance, *A Fome*, procurava exprimir tais torpezas e iniqüidades em todas as suas cores, traçando um quadro assustador das conseqüências humanas da tragédia sertaneja:

> ""Surpresa horrível! O fazendeiro, sem querer, recua um passo e procura dominar-se. Tinha diante de si uma múmia de pé, encostada ao tronco de uma árvore. A figura era horripilante. Uma caveira coberta de pele seca e lustrosa eriçada de cabelos duros como as cerdas do caitatu, de órbitas vazias, as fossas nasais abertas e sem nariz, a boca cerrada pelas filas de dentes de branco esmalte, articulava-se ao esqueleto, que se conservava na posição vertical, devido ao equilíbrio mantido pelos membros superiores agarrados à árvore. Pendente das vértebras do pescoço caía um rosário de vidro formando uma curva oval. Mirrados todos os músculos, as vísceras se colaram aos ossos, dispensando o concurso da putrefação o banquete dos vermes"[54]

---

[53] TEÓFILO, Rodolfo - *História da Secca do Ceará: 1877 - 1880.* Fortaleza, Typographia do Libertador - 1883

[54]TEÓFILO, Rodolfo - *A Fome*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2002 pp 52

Denunciando a ignorância e o descaso com que eram tratados os Sertões e seus habitantes, propunha ações práticas no sentido de se resolver o problema da fome e da seca no interior nordestino. Usando de sua experiência com as secas, com o sertão e com sua gente, pugnava para que os problemas sertanejos fossem seriamente estudados através da elaboração de instrumentos científicos originais que dessem conta desta complexa realidade, construindo uma visão mais original, profunda e complexa, mais "próxima", em contraste com as distantes e frias teorias vindas de fora:

> ""Aplicar aos pobres habitantes das regiões flagelladas as mesmas leis que regem a população da Europa é supinamente um absurdo. Não é nos livros estrangeiros que nos havemos de inspirar, quando tivermos de estudar medidas de salvação para os nossos compatriotas"[55]

Em identidade com Teófilo, Castro procurava elaborar instrumentos teóricos originais capazes de dar conta da complexa realidade dos sertões, e buscou fazê-lo através dos conceitos de fome endêmica e epidêmica como princípios de análise da realidade brasileira, pugnando, assim como Teófilo, por uma postura responsável[56] para com os sertões, explorando suas verdadeiras potencialidades.

Na categoria de romancistas da fome no Brasil, Castro dedicou seu principal livro a Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida. Aquela, somente romancista, escreveu o célebre "O Quinze", romance que tem como tema central, mais que a seca, a desagregação do "ser" sertanejo com os horrores da estiagem. A humilhação da retirada, o esforço moral que é o sertanejo largar sua terra e se retirar, a desolação de ver sua terra esturricada ganham cores lúgubres e desoladas, como o que sobra de uma queimada:

---

[55] Teófilo, Rodolfo - *Op. Cit* pp 485

[56] Josué de Castro escreveria, em seu "Documentário do Nordeste": *"O Nordeste brasileiro está precisando, de há muito, de uma revisão no estudo de suas condições geográficas. Revisão esta que venha defender esta região de certos conceitos errôneos e pouco lisonjeiros que, sem nenhum fundamento, têm sido propagados acerca de seu caracteres climatéricos e da influência pouco favorável de seu clima sobre os homens"* CASTRO, Josué de - *Documentário do Nordeste* 2 ed São Paulo Ed. Brasiliense 1959 pp 131

> “"Chico Bento parou. Alongou os olhos pelo horizonte cinzento. O pasto, as várzeas, a caatinga, o marmeleiral esquelético, era tudo de um cinzento de borralho"[57]

Queiroz retratava o acinzentamento de uma identidade, de valores sertanejos, com a seca, transformando fortes homens em seres tristes, famintos e desesperados.

Também romanceava sobre o drama da retirada José Américo de Almeida. Este era cientista de “A Paraíba e seus Problemas”, que enfrentou a seca de 1932 como ministro de Getúlio Vargas. Sua maior preocupação era evitar a retirada e a afluência para a capital e zona da mata.

Este centrava seu foco no drama social e moral da retirada. Que desagregava moralmente uma gente conhecida pela firmeza de caráter. Esquálidos, se retiravam com destino a uma esquálida vida. Em uma das epígrafes de seu famoso romance “A Bagaceira”, deixa transparecer seu horror às retiradas, a qual considera como a maior das desgraças: *“Só há uma coisa pior do que morrer de fome no deserto,é não ter o que comer na terra de Canaã”*. A miséria moral que se dava com a retirada, os corpos expostos`a fome, configurava-se para este como o triste legado do descaso:

> “ Lúcio conhecia a história da libertinagem das sêcas - a exploração bestial da carne magra. O gozo contrastante das mulheres desfeitas, corrompidas pelos fétidos sintomas da fome. O estômago exigia o sacrifício de todo o organismo, até nas suas partes mais melindrosas. Tudo era vendido pela hora da morte; só a virgindade se mercadejava a baixo preço. Meninas impúberes com os corpinhos conspurcados. Deitavam-se a elas nos fundos das bodegas por um rabo de bacalhau ou um brote duro(...) E a desonra ocasional consumia o último tesouro de um patrimônio soçobrado."[58]

Com Queiroz e Almeida, Castro compartilhava o horror às retiradas e a constatação do amor sertanejo por sua terra e seus costumes firmes e, no âmbito mais geral, compartilhava da importância que Teófilo, Cunha e Almeida, todos cientistas, conferiam à Literatura, como meio de aprofundar uma visão e uma análise, como meio de “colocar-se” diante de seu objeto, de tomar uma posição consciente, conferindo destaque e importância à “proximidade” para com seu objeto de estudo e à implícita assunção do fato de que a ciência e a técnica não “vêem tudo” e por vezes nem são o

---

[57] QUEIROZ, Rachel de - *O Quinze*, romance por Rachel de Queiroz; ilustrações de Poty 39 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987 pp 13

[58] ALMEIDA, José Américo de - *A Bagaceira* 13ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora 1974 pp 34-35

melhor caminho. Tal postura metodológica e teórica propiciou a tomada de posição que permeia todas as obras e autores que Castro agraciou com sua homenagem e utilização em Geografia da Fome, argumentando pela necessidade de olhar-se com mais seriedade para a potencialidade da terra dos sertões e o valor de seu povo e pelo repúdio a transferências de populações sertanejas para outras terras do país, algo que Castro classificava como um assassinato duplamente moral e físico, do qual a retirada e o envio de sertanejos para a Amazônia e para as hoje chamadas "fronteiras agrícolas" é o maior símbolo.

O traçado destas influências, destes "quadros", pode desvelar os motivos da ferrenha oposição de Castro - que não tem só base científica - às análises de Furtado e da Sudene sobre a pobreza dos solos dos sertões e as propostas de transferência populacional num processo de urbanização sem a devida atenção às conseqüências. O sertão, por ser mais que um lugar, por ser um lugar fluido, tem muito daqueles que falam dele, do seu povo, de suas tradições, tem muito da literatura, e por isso um "quadro literário", se referenciado, ganha enorme importância.

Tais quadros literários e sua importância estarão mais visíveis e tomarão maior corpo numa das últimas obras de Josué de Castro, condensando-se justamente num romance, onde a inspiração do artista e as impressões do poeta podem sobrepujar a alma do cientista. Neste romance, "meio autobiográfico" e escrito no exílio, Josué de Castro confere uma linearidade à reconstrução de sua memória e dos quadros sociais de sua infância, quando se reporta, novamente e com intencionalidade, à época que vivia, colado, a Homens e Caranguejos, época e intencionalidades que serão analisadas mais pormenorizadamente no segundo capítulo.

Entre Homens e Caranguejos – o prolongamento do latifundiarismo e do sertão.

> "Mas será este livro um romance? Ou não será mais que um livro de memórias? Talvez, sob certos aspectos, uma biografia?
> Não sei. Tudo o que sei é que, neste livro, se conta a história de uma vida diante do espetáculo multiforme da vida. A história da vida de um menino pobre abrindo os olhos

> para o espetáculo do mundo, numa paisagem que é, toda ela , um braço de mar – um longo braço de um mar de miséria''
>
> (...)
>
> "Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne"[59]

Homens e Caranguejos é um dos últimos escritos em forma de livro de Josué de Castro. Constitui UM desembocar de vários de seus impulsos literários, em sua maioria das décadas de 30 e 40[60], num romance que pretende, ao que parece, contar um pouco da história do Mangue. Mas contar mais uma história "vivida" tal como assume Halbwachs ao falar de memória, uma história que contenha carne, osso e nervos em cotidiana luta, mais ossos e nervos, no caso deste romance "um tanto magro" como o próprio Josué de Castro afirma.

Este romance de Castro se torna de grande importância para um melhor entendimento de aspectos de sua obra sobre o Nordeste e seus sertões. Embora não fale diretamente do sertão e se passe nos mangues do Recife, ou seja, na parte urbana, na capital do estado de Pernambuco, ele fala dos "filhos" do sertão, das conseqüências humanas das relações econômicas e sociais e das políticas governamentais que vigiam no sertão de sua época. Contando a história do Mangue, Castro procura contar também a história do sertão nordestino, ou melhor, mostrar, de uma maneira um tanto amargurada, o resultado das políticas que tiveram como foco o nordeste e do latifundiarismo secular tanto do sertão como também da zona da mata. Josué de Castro

[59] CASTRO, Josué de – *Homens e Caranguejos* – Rio de janeiro, Civilização Brasileira 2001 pp 9-10
[60] A maioria destes contos consta em seu livro "Documentário do Nordeste"

escreveu este romance no exílio, ou seja, no momento em que a ditadura militar se abatia sobre o país tomando para si as diretrizes e as políticas sociais implementadas no Brasil em geral e no Nordeste em particular, direcionando-as conforme o que se considerava como prioridade, direção que excluía brutalmente as vozes discordantes. Não é difícil imaginar as amarguras que o exílio pode impor a um intelectual atuante que, do exterior e sem poder atuar diretamente nos destinos de seu país via se distanciar a possibilidade de uma verdadeira transformação do Brasil. Esta amargura e denúncias transparecem das entrelinhas do romance. Aparecem neste, imbricadas, amargura e denúncia na estória de um menino, vivendo em meio a estruturas e iniqüidades sociais que não ele ajudou a construir fruto de intrincadas relações de poder e decisões. A história de João Paulo é uma espécie de grito de alerta de Josué de Castro com toda a carga de denúncias feitas pelo autor ao longo dos debates que ocorreram nos anos 50, a denúncia de que havia a necessidade de se pensar, além de na economia, também nas pessoas, na cultura e principalmente nas conseqüências do que se faz, como meio de promover um desenvolvimento verdadeiramente social.

Embora não fale diretamente dos sertões, este romance versa sobre seu *prolongamento,* provocado por aquela rede de relações de poder nacionais e internacionais, enredando decisões políticas. É neste sentido que se torna de grande interesse por ser, na ótica do autor, relato dos efeitos das decisões tomadas e implementadas, isto é, o projeto vencedor.

De características muito peculiares, *Homens e Caranguejos* é, ao mesmo tempo, ficção e reconstrução de memórias. Reconstrução dos quadros sociais de infância vividos pelo autor - filho de Pai sertanejo, "retirante" da seca de 1877, e mãe da Zona da Mata, filha de senhores de engenho- vivendo desde muito tenra idade, ao lado dos mangues do Capibaribe:

> "A casa em que nasci tinha ao lado um grande viveiro de peixes, de caranguejos e de siris. Se não nasci mesmo dentro do viveiro, como os caranguejos, já com dois anos estava dentro dele. Escorreguei um dia no barro de suas margens e fui retirado de dentro de suas águas meio afogado. Daí em diante, mergulhar nas águas do mangue tornou-se um hábito. Mudei-me depois para outro bairro mais perto do rio. Fomos morar na Madalena, numa velha casa colonial de um só andar, com seis grandes janelas de frente. Casa grande, acachapada com sua pesada massa arquitetônica, montada como uma fortaleza em seus altos batentes, por onde subiam os caranguejos em tempos de cheia até o terraço , os mais ousados entrando mesmo nas salas...."[61]

[61] CASTRO, Josué de – *Homens e Caranguejos* – Rio de janeiro, Civilização Brasileira 2001 pp 14-15

Dessa maneira, Josué de Castro, desde a infância, tomou contato com a sociedade de "homens e caranguejos" que eram "irmãos de leite" nos mangues do Recife e, a partir da reconstrução de suas lembranças de infância e deste "cenário" construiu as personagens de seu romance, onde a principal delas, João Paulo, era um menino - pobre como Castro também relativamente[62] o foi - morador do Mangue, que procurava sempre tentar entender o porquê de tanta miséria.

João Paulo, dos mangues, olhava os prédios luxuosos e casas do outro lado do rio, e perguntava:

> "- Pai, por que a gente veio morar aqui no mangue?".
> - Porque quando viemos do interior foi aqui que encontramos a nossa terra da promissão, o nosso paraíso – responde Zé Luís com uma voz tranqüila
> - Paraíso dos caranguejos – acrescenta em tom de revolta a mãe de João Paulo.
> Mas o menino volta à carga;
> - Mas por que aqui no mangue? por que não fomos morar na cidade, do outro lado do mangue? Lá é tão bonito, tão diferente, é como se fosse outro mundo.
> - Foi o destino João Paulo, que nos trouxe aqui – responde o pai
> - Lá do outro lado é o paraíso dos ricos, aqui é o paraíso dos pobres – diz-lhe a mãe fitando-o bem dentro dos olhos..."[63]

Neste fragmento emerge o choque que é a irracionalidade de uma ordem profundamente desigual, onde luxo e pobreza vivem separados por poucos metros. João Paulo é a própria vida, o próprio espírito indagador, abrindo os olhos diante do espetáculo da vida e da miséria. É uma criança que, não dispondo ainda de "muitos termos de comparação" como diz Halbwachs, e estando ainda bastante fora das "conversas dos adultos", não consegue compreender o porque desta situação, e a dúvida permanece, martelando constantemente em seu espírito. O "destino" como explicação não o satisfaz no sentido de dar conta da pobreza e da desigualdade que o rodeava.

A personagem João Paulo tem muito do menino Josué de Castro e torna-se, além de um poderoso instrumento de reconstrução de suas memórias, o retrato de uma perversa irracionalidade. João Paulo é a representação da profundidade com que as imagens da fome e da miséria, imprimiram-se no espírito do autor desde menino.

---

[62] Pode-se dizer que seu pai era um comerciante "remediado"
[63] CASTRO, Josué de – *Op Cit.*- pp 30

Através desta personagem Castro pôde reconstruir suas relações sociais de infância, seus amigos, e com isso recobrar, em cores vivas, o grande sofrimento dos moradores do mangue, algo que claramente intentava fazer:

> " Durante um bom pedaço(talvez o melhor pedaço) de minha vida morei perto dos dois[Cosme e Chico] bem junto à zona dos mocambos de Madalena: dos 8 aos 14 anos (...)Pretendo tratar de alguns retalhos da vida de dois indivíduos que foram meus amigos, que me impressionaram fortemente nos meus dias de criança e que viviam ao lado de nossa casa nesta cidade do Recife, que é, sob certos aspectos, a Hong Kong da América
> (....) Moravam lá a negra Filomena contadora de estórias da África e do reino, o mulato Nascimento Grande, valente de profissão, Zuza, mestre pastoril mais famoso do Nordeste e rei de um Maracatu do qual já esqueci o nome e Cosme e Chico que foram meus dois grandes amigos de infância"[64]

Todos estes amigos de infância, já lembrados em seus contos anteriores no livro "Documentário do Nordeste", se tornarão personagens no romance de Castro, a negra Filomena, será a negra Idalina; Nascimento Grande, será o Mateus "Vermelho", Cosme e Chico, os "melhores amigos" do menino Josué, serão eles mesmos....etc. No entanto, tais personagens, e a reconstrução das memórias de infância do autor abundantemente enxertadas no livro, dentro da narrativa do romance, obedecerão a uma certa linearidade, a uma lógica, que pode lançar forte luz sobre toda a obra de Castro, mesmo a científica, explicando suas posições políticas frente a projetos e assuntos que envolvem o sertão nordestino e a seca.

Se João Paulo tem muito de Josué de Castro, no entanto, não é Josué de Castro menino, não é a transposição total do autor em sua obra de romance; é um índice, um instrumento e uma projeção de um futuro provável. Se o pai e a mãe de João Paulo têm muito do pai e mãe de Castro eles não são o pai e a mãe de Castro, são também índices, instrumentos e projeções de futuro provável. Castro mistura suas próprias memórias aos personagens como meio de contar a história do homem sertanejo, ou melhor, do sertanejo excluído, transformado em homem caranguejo. Nisto reside um ponto interessante, senão central, de onde se pode apreender a lógica e a "mensagem" que perpassam todo o texto, ao qual voltarei mais à frente.

Com a separação dos pais, algo incomum para a época, Castro foi morar com a mãe próximo aos mangues do Recife, passando, então, a dividir sua vida entre os dois.

---

[64] CASTRO, Josué de – *Documentário*...pp 45

Morava e estudava com a mãe, que era professora, e ia passar as férias no sertão, na fazenda do pai. O pai era remediado, mas a mãe era pobre[65]. Com algum sacrifício, o pai custeou os estudos do filho na Bahia e no Rio de Janeiro. Josué de Castro não era exatamente "pobre" como os moradores do mangue; no entanto sua proximidade com eles lhe forneceu os quadros e as imagens utilizados na construção do romance, escrito como um índice da história do mangue, expondo sangue, nervos e cotidianos da memória histórica destes "lamaçais" e fazendo a projeção de um "futuro provável" destinado aos habitantes destas paragens, sombrio por sinal, caso nada seja feito em relação às causas da exclusão, que são, dentre outras, baixos salários, precária educação, latifundiarismo e atraso no campo. Na construção da história, Castro estará dialogando implicitamente com várias visões sobre o que é o mangue[66] de sua época e reordenando as imagens e quadros de infância através de uma criação literária coerente.

Neste diálogo, o autor parte de uma idéia, eminentemente original, que define aquilo do que se vai falar e dá o contorno daquilo que lhe interessa mostrar. No prefácio do livro, após traçar alguns processos de formação geológica, Josué de Castro formula seu conceito de mangue, ou melhor, da "sociedade dos mangues", que se forma a partir das iniqüidades estruturais no campo em nosso país:

> "....Desta sociedade que, economicamente também é anfíbia. , pois que vegeta nas margens ou bordas de duas estruturas econômicas que a história até hoje não costurou num mesmo tecido: a estrutura agrária feudal e a estrutura capitalista. Estruturas que persistem no nordeste do Brasil, lado a lado, sem se fundirem, sem se integrarem até hoje no mesmo tipo de civilização".
> A sociedade dos mangues é uma sociedade imprensada entre estas duas estruturas esmagantes. É uma sociedade que, comprimida pelas duas outras, escorre como uma lama social na cuba dos alagados do Recife, misturando-se com o caldo grosso da lama dos mangues "[67]

É desta sociedade, a sociedade da exclusão, imprensada e lamacenta que Castro pretende contar uma história viva. Através da narração de relatos, fictícios ou não, começa a delinear como ela foi formada, colocando as próprias pessoas para narrar

---

[65] "Meus pais se separaram quando eu tinha quatro anos. Nunca os conheci juntos. Eu morava com minha mãe no Recife (estudava com ela, que era professora) e as férias eu passava na zona seca do interior, no sertão, em fazenda do meu pai, oriundo da região" Citado por SILVA, Tânia Elias Magno da - *Imagens da Fome e o Itinerário Intelectual de Josué de Castro*. Natal, Revista Cronos v.1, n.2, p.73-92, jul./dez. 2000 pp 77

[66] Duas visões, diante das quais Josué de Castro toma posição original, são as visões "culturalistas", das quais Castro se distingue mostrando o "amargo" do "doce" dos mangues e da visão "higienista", à qual Josué interpõe o lado "doce" e rico dos mangues, mostrando que não é com remoções e violência que se anula o problema da pobreza e da moradia precária.

[67] CASTRO, Josué de – *Homens...* pp 14

as histórias delas mesmas e ele mesmo contando um pouco da história social do mangue*:*

> "Nesta noite insistiram com ele para contar como viera parar nos mangues, como viera habitar a Aldeia Teimosa(...)Começou tropeçando nas palavras, vencendo com esforço o emaranhado das idéias. Depois, foi tomando embalagem e a sua história corria como um rio, banhando de felicidade a alma de João Paulo.
> - História de fome não é história que se conte – começou Zé Luís -, é só tristeza. Tristeza e vergonha. História feia. Mas, se vocês querem, eu conto assim mesmo. Conto a tristeza e a vergonha que a gente passou na seca de 1877(...)"

(...)

> "eram retirantes de outras secas, tangidos pelo vento de fogo do sertão, como um monturo humano. Eram emigrantes expulsos do outro latifúndio – o do açúcar -, este bem mais protegido pela lei, onde não podia haver invasões de terra. O que havia era o regime do arrocho, do trabalho esfalfante no eito da cana, sem tempo nem permissão para se plantar um só pé de milho ou de feijão para ajudar a matar a fome da família E, assim, o latifúndio do açúcar secretava sempre seus excessos de gente que o latifúndio da lama absorvia como um mata-borrão(...) A metrópole pernambucana ia virando uma mocambópolis"[68]

Tal sociedade se formara, segundo seus próprios "cidadãos" o demonstram, das conseqüências de erros da agricultura, das vítimas dos salários de fome do operariado recifense e dos desempregados. Na formação dos mocambos, além dos retirantes da seca e do açúcar, Josué de Castro registra a existência de alguns poucos operários- como o "Mateus Vermelho" que, por seu apelido devido à cor de seus cabelos, era constantemente confundido como comunista, tornando-se vítima de muitas perseguições por parte da polícia – e muitos desempregados e subempregados de toda a sorte. O mangue, não obstante a sua bela cultura de Maracatus, Reisados e Bumba-meu-Boi, era a própria imagem do descaso do governo e do sistema. Governo que, freqüentemente, com sua sede de impostos e espaços atrapalhava ainda mais a já atribulada vida dos mangues.

> "Da campanha do governador fazia parte não só a destruição dos mocambos colocados às portas da cidade ou ao lado de suas principais vias de acesso, mas, principalmente,a interdição de que se construíssem novos mocambos. Só se permitia a construção de casas de telha como aquelas que estavam construindo os institutos de previdência e onde iriam morar os operários amparados pela lei. Mas esquecia

[68] CASTRO, Josué de – *Homens...* pp 106

> também o governador que os moradores dos mocambos não eram operários. Eram, em sua esmagadora maioria, desocupados que viviam de expedientes ou biscates, ou, em última instância,da pesca de caranguejo, por não encontrarem outro gênero de trabalho É que só o mangue e o mocambo estavam à altura de suas posses. No mangue, o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche, se avoluma e se estira, alaga a terra toda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos. Nestes calombos de terra levantam os retirantes os seus mocambos com as paredes de varas de mangue". traçadas e de lama amassada (...) O mangue é um camaradão. Fornece tudo: casa e comida, mocambo e caranguejo. Não era pois, fácil para esta gente de economia tão restrita romper assim com o mangue só para cumprir as instruções do governo. O que era necessário era burlar estas instituições"

Qualificando a sociedade dos mocambos, como e principalmente de que foi formada, Castro procurou mostrar como viviam e as agruras que sofriam. Procurava mostrar as privações por que passavam estas pessoas, que muitas vezes tinham que lutar "na marra" pelo simples direito de existir.

Para burlar instituições e lutar pelo direito de existir os habitantes dos mocambos usavam de criatividade e união, passavam a construir os mocambos fora das vistas da polícia, utilizavam-se de subterfúgios – tais como "festas iscas" barulhentas – para desviar a atenção dos fiscais e poderem construir seus mocambos à noite, alteravam a marcação e loteamento feitos pelos "grileiros" de terras do mangue amigos da situação, enfim utilizavam uma série de subterfúgios para poder sobreviver.

Tal espetáculo se desenrolava diante dos olhos abertos e do espírito indagador de João Paulo que, não compreendendo tanta miséria, se deleitava com as instruções, sabedoria e orientações de Cosme, um sertanejo que havia ficado paralítico devido às doenças que contraiu na Amazônia, para onde partiu mais jovem levado pelas promessas do surto da borracha e que, mutilado, voltara para ser vítima do desenvolvimento do latifundiarismo no sertão e que agora lutava pelo direito de, pelo menos, viver na lama. Esta proximidade com Cosme e a luta pela sobrevivência batiam fundo na alma de João Paulo e suas indagações existenciais iam num crescendo constante.

O desenrolar dos acontecimentos que envolvem João Paulo e o "crescer" de suas dúvidas quando o romance passa a caminhar para seu clímax, permite retornar à análise da mensagem e da lógica central do romance, em seu aspecto de índice e de projeção "futuro provável" para a gente do mangue..Com a figura de João Paulo se desprendendo mais nitidamente da figura do menino Josué de Castro ao final do romance - mostrando porque este autor não "era" João Paulo, o porque de Castro "não

saber" dizer se não era João Paulo, não saber se João Paulo era a sua própria autobiografia –, mais clara se torna a visão do próprio autor sobre as conseqüências das práticas e das políticas que vinham sendo aplicadas até então..

Na parte final do romance, após uma cheia dos rios que arrasou os mocambos e pôs a desnudo toda a vulnerabilidade das condições de vida daquela gente, fazendo grassar a fome e as doenças, tudo estava arrasado, tudo havia virado um mar de misérias:

> "A cheia foi a gota dágua que fez transbordar todo o fel da taça de amargura desta gente. E agora. Quando as águas baixavam, o amargor da vida se tinha espalhado por toda parte, contaminando tudo. Já não construíam suas casas como dantes, com música e cantoria. Mas num silêncio opressor de condenados à morte. Já não havia maracatus nem bumbas-meu-boi. Só havia tristeza e desolação. Apenas Joça, com o cérebro sempre ardendo na cachaça, conseguia manter-se bem humorado no meio da tristeza geral."[69]

Depois destes indizíveis dias, e de muitas perguntas sem resposta, a personagem João Paulo se ensimesmava, desiludida e decidida a achar de vez a resposta para suas indagações;

> "João Paulo já não era mais o mesmo. Estava mudado. Já não respirava o ar da vida com a mesma sofreguidão de outrora. Com a morte de seu amigo Cosme e a inesperada fuga da preta Idalina, levando com ela Oscarlindo, seu companheiro de jogo, a aldeia perdera para João Paulo suas grandes seduções. O mangue agora lhe parecia apenas um espesso e lodoso borrão de lama, sem nenhum interesse. Seus olhos já não vislumbravam na paisagem cores alegres Só cores sombrias lhe falavam no coração"

A partir deste momento, Josué de Castro contará o desembocar da estória desta gente, o final para o qual já havia chamado a atenção mais de 20 anos antes no conto do "Ciclo do Caranguejo", final que esboça um cenário de um futuro provável, caso não se dê maior atenção às causas do mangue, em todos os sentidos. A personagem de João Paulo, após se juntar à luta armada organizada pelos habitantes do mangue contra a opressão das forças do governo, desaparece em meio à lama dos mangues, preso ao quase inexorável ciclo do caranguejo, onde tudo é e será caranguejo:

---

[69] CASTRO, Josué de – *Op Cit.*- pp 161

> "É por isso que os habitantes dos mangues, depois de terem um dia saltado para dentro da vida, nesta lama pegajosa dos mangues, dificilmente conseguiam sair do ciclo do caranguejo, a não ser saltando para a morte e, assim, afundando-se dentro da lama"[70]

Com o capítulo "De como João Paulo, ouvindo a tempestade dos homens, virou caranguejo" encerra-se o romance e o mistério autobiográfico. João Paulo não era Josué, mas Josué poderia ter sido João Paulo, se houvesse tido menos sorte. Poderia ter ficado preso ao ciclo do caranguejo, promovendo sua continuidade. João Paulo, neste momento, torna-se índice da história do mangue, dos habitantes do mangue, do ciclo do caranguejo, onde qualquer um que esteja na corda bamba, no limiar tênue entre a pobreza e a miséria, pode precipitar-se ao menor desequilíbrio ou à mínima lufada de vento inconveniente, tornando-se presa da lama e, parodiando Bauman, uma "Vida Desperdiçada"

Neste ponto é que se avalia a importância das memórias de infância como "moldura" que envolve o panorama do sertão e suas mazelas pintadas por Josué de Castro, e que se desvenda a lógica das reconstruções das memórias de infância transformadas nas denúncias que se quis fazer, feitas por quem esteve perto desta realidade que não fora apreendida através da "Sorbonne":

> "A primeira sociedade com que travei conhecimento foi a sociedade dos caranguejos. Depois, a dos homens habitantes dos mangues, irmãos de leite dos caranguejos.Só muito depois é que vim a conhecer a outra sociedade dos homens – a grande sociedade. E devo dizer com toda franqueza que, de tudo o que vi e aprendi na vida, observando estes vários tipos de sociedade, fui levado a reservar, até hoje, a maior parcela de minha ternura para a sociedade dos mangues – a sociedade dos caranguejos e a dos homens, seus irmãos de leite, ambos filhos da lama"[71]
>
> (...)
>
> "Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe cujas águas, fluindo diante de meus olhos, pareciam estar sempre a contar-me uma longa história. O romance de suas longas aventuras de suas águas descendo pelas diferentes regiões do nordeste: pelas terras cinzentas do sertão seco,onde nasceu meu pai e de onde emigrou na seca de 1877 com toda a família, e pelas terras verdes dos canaviais da zona da mata, onde nasceu minha mãe, filha de senhor de engenho. Esta era a história que me sussurrava o rio com a linguagem doce de suas águas passando assustadas pelo mar de cinza do

[70] CASTRO, Josué de – *Op Cit.*- pp 11
[71] CASTRO, Josué de – *Op Cit.*- pp 13

> sertão, caudalosa pelo mar verde dos canaviais infindáveis e remansosas pelo mar de lama dos mangues, até cair nos braços do mar de mar. Eu ficava horas e horas imóvel sentado no cais, ouvindo a história do rio, fitando as suas águas correrem como se fosse uma fita de cinema[72]".

Todas estas memórias, que como diz o próprio Josué de Castro, lhe "entraram mais pelos olhos que pelos ouvidos" são reconstruídas e romanceadas no sentido de se evidenciar a ligação e o apreço que o povo do sertão tem para com sua terra e a perversidade do latifundiarismo do sertão e da zona da mata, que expele seres humanos que vão desembocar nos mangues para viverem como dejetos. A história que o rio conta é a própria metáfora da "retirada" tão abominada na literatura que o próprio Castro conhecia e reverenciava , com suas águas vindo desde os sertões, passando pela zona da mata e chegando aos mangues do Recife.

O mangue também é a própria metáfora da perversidade da industrialização e urbanização sem planejamento que respeite o homem, como já enfatizava o autor no conto "O Ciclo do Caranguejo":

> " Nesse tempo espalharam pelo interior um boato que o governo tinha criado um ministério para defender os interesses do trabalhador e que com os fiscais da lei , a vida na cidade estava uma beleza, trabalhador ganhando tanto que dava para comer até matar a fome. A família Silva ouviu esta história, acreditou piamente e resolveu descer para a cidade, para gozar das vantagens que o governo bom oferecia.
> Logo na chegada a família viu que a coisa era outra. Não havia dúvida que a cidade era bonita, com tanto palácio e as ruas fervilhando de automóvel. Mas a vida do operário, apertada como sempre. Muita coisa p'rôs olhos, pouca coisa p'rá barriga.."[73]

A reconstrução das memórias de Castro tem portanto sua lógica e linearidade, procurando legitimar seu conhecimento como algo "concreto", vivo e não um conhecimento "abstrato" portanto distante de salas de aula de universidades renomadas[74], que ele no entanto freqüentou. Tem o traço marcante da valorização do povo sertanejo e de denúncia das iniqüidades sofridas pelo povo brasileiro em geral.

---

[72]CASTRO, Josué de – *Op Cit.*- pp 16
[73] CASTRO, Josué de – *Documentário*...pp 25
[74] "Meu interesse pela fome não vem do que aprendo nos livros..." Citado em SILVA, Tânia Elias Magno da – *Op Cit* pp 90

Assim como Euclydes da Cunha e os romancistas nordestinos, Castro utilizou-se da arte para pintar os quadros lúgubres da fome, para torná-los vivos e se posicionar diante deles.

Analisando sua principal obra, suas lembranças de infância e a lógica de reconstrução e alocação de memórias de seu romance, pode-se entender a ferrenha defesa de uma reforma agrária que fixe o homem à terra, com renhida oposição às retiradas de população e projetos que "esvaziaram" os sertões, tomando-os como "pobres" e de "pouco potencial".

Sua obra, portanto, dá uma forma ao lugar fluido dos sertões sob a moldura dos quadros literários dos sertanistas e das imagens reconstruídas da infância, ao mesmo tempo em que busca denunciar as lâminas que sangram a gente do Sertão e da Nação precipitando-a na lama da miséria. É ao mesmo tempo uma denúncia e uma tentativa de resgate de um povo, uma nação de muitas potencialidades.

Com esta bandeira, Josué de Castro partirá para o debate sobre os planos de desenvolvimento do Nordeste, especificamente a *Operação Nordeste*, configurando um dos mais ricos debates teórico-políticos brasileiros até nossos dias. A derrota de seu projeto e a aplicação do que ele combatia teve profundas conseqüências sobre a transformação dos sertões do nordeste no sertão de nossos dias.

III- Celso Furtado: Intelectual, Nordeste e Sertões

Raros são os personagens da história brasileira que puderam entrar para a história da região onde nasceram, a um tempo, em três aspectos conjugados; o intelectual, o científico e o político. Considerado como um dos "demiurgos" do Brasil por Francisco de Oliveira, que o coloca em um verdadeiro "panteão" de pensadores ao lado, dentre outros, de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado certamente foi um destes raros personagens. A inserção abrupta e profunda deste sertanejo da cidade paraibana de Pombal nos destinos de sua região - o Nordeste em geral e o Sertão Nordestino em particular – teve lugar numa particular e rica correlação de processos históricos e acontecimentos contingentes naqueles idos e fervorosos fins dos anos 1950, que para o Nordeste foram não só febris mas também dramáticos. Foi no ano de 1958, que se quiséssemos utilizar uma noção histórica muito criticada de "marco" de ruptura, seria uma espécie de "ano que não terminou" para o Nordeste, que Furtado reuniu algumas pesquisas prévias que tinha feito junto ao Grupo misto CEPAL – BNDE - o qual produziu muitas das pesquisas que serviram de base para o plano de metas de Juscelino Kubitschek – e relatou-as em forma de diagnósticos e propostas em uma reunião convocada sofregamente por Kubitschek para se resolver "o que fazer" quanto ao nordeste. Já havia "estourado" o bombástico relatório do general Lafer descrevendo a situação criada pela seca de 1958 como caótica e ameaçadora à segurança nacional. JK, além de conviver com o clima tenso que envolvia a construção de Brasília, sofria o acosso da imprensa "opositora" com críticas contundentes envolvendo a situação nordestina. A fala de meia hora de Celso Furtado foi o sinal que Kubitschek esperava. Não perdendo a oportunidade, lançou a "Operação Nordeste" nomeando Furtado seu "comandante".

A partir deste ponto Furtado teve a rara oportunidade e um razoável poder de aplicar o pensamento de inspiração Cepalina e seus instrumentos a uma realidade concreta, na "Operação Nordeste"[75] que já nasceu, bem ao gosto do Presidente da República de então, como um projeto com status de "quase autarquia", "quase militar", características que se materializariam e tomariam corpo logo depois, na instituição da SUDENE[76]. No mesmo ano que ganha força e velocidade a "operação", em 1959, seriam publicados *Formação Econômica do Brasil*, *Operação Nordeste* e o documento *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*, três dos estudos que confeririam à obra de Furtado um status de "clássico" do pensamento que busca interpretar o Brasil, e que reúne em si os aspectos intelectual, científico e político pelos quais o autor enveredou. Dada a grande importância deste intelectual, tido como um clássico do pensamento social e econômico brasileiro, e a grande inserção que teve em vários âmbitos na história do pensamento sobre o Nordeste e na própria história do Nordeste, torna-se de grande relevância um recorte teórico metodológico que busque traçar as influências e os pressupostos contidos em sua obra, principalmente nos três documentos citados, como meio de se tentar melhor abordar o caráter das políticas públicas que envolviam o Nordeste e seus sertões.

O primeiro aspecto que cabe aqui abordar é algo que permeia as apreciações e propostas de Furtado não só sobre o sertão, mas que se configura marcadamente como uma das principais características de suas obras neste período, o seu forte apego à técnica, sua fé na racionalidade científica como algo que pode ser colocado "à parte" e muitas vezes acima da questão política. Para o economista, a apreciação "racional" seria capaz de suplantar as paixões políticas e de enunciar um diagnóstico verdadeiramente científico não só sobre o Nordeste, mas também sobre o Brasil e a América Latina. Com tal perspectiva, Furtado buscaria constantemente salientar sua posição de "técnico" e com isso fugir dos aspectos políticos das delicadas questões que abordava.

[75] Devido à sua instalação sôfrega e por estar baseada em estudos e propostas prévias produzidas pelo grupo misto CEPAL-BNDE e pelo GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) dos quais Furtado era o diretor e coordenador, as propostas de estrutura administrativa feitas por estes organismos foram adotadas, não obstante as resistências no congresso, quase na íntegra e seriam materializadas na lei que institui a SUDENE(Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em 15 de dezembro de 1959. O caráter quase-autárquico e seus "poderes" ficam bastante evidentes na lei, pois a SUDENE teria o poder de "aprovar" e "direcionar" créditos e investimentos e subordinaria vários organismos governamentais que já atuavam na região, dentre eles – o que suscitou uma série de querelas e resistências – o tradicional DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). Apesar de o conselho deliberativo contar com representantes de vários órgãos e dos Governos dos Estados, o fato de o cargo de Superintendente estar à época diretamente vinculado à Presidência da República, da qual Furtado tinha pleno apoio, conferia grande poder executivo a este órgão

[76] Lei 3962 de 15 de dezembro de 1959

Considerando determinados temas exageradamente "apaixonados", Furtado pensava realizar sobre eles apreciações "neutras". Com tal perspectiva, este autor subordinava a política à técnica – embora afirmasse o contrário - como se pudesse separá-las ou hierarquizá-las:

> "Devemos pensar numa lei de irrigação, e nesse sentido estamos trabalhando. Considero isso, na verdade, um problema de reorganização agrícola e de reforma agrária. E assim pretendemos ir, etapa por etapa, em cada região. E quando estivermos com os elementos na mão para sugerir, não me faltará coragem para dizer qual seja a solução. Mas se é oportuno ou não, não posso decidir, a política está acima da técnica, evidentemente também compreende que se existe um problema político, pode ser atacado de maneiras distintas, mediante todo tipo de manobras. O político sabe perfeitamente que o que quer nem sempre é exatamente o que está dizendo. Portanto, tem todo direito de fazer discursos sobre reforma agrária, de gritar e encurralar outros para galgar uma posição mais forte, da qual poderá fazer outra coisa amanhã. Eu não sou político, limito-me, portanto, a dar informações de técnico."[77]

Tal concepção particular de política e técnica pode ajudar na contextualização de suas propostas para o Nordeste e seus Sertões. Refugiando-se no campo da técnica, Furtado evitava os debates políticos mais prementes de sua época como podia, e o fazia de uma posição quase autárquica de "comandante" da operação nordeste. Seu discurso ganharia coloração diferente dependendo do contexto em que era proferido, mas mantendo os pressupostos fundamentais de suas propostas, perpassando os conturbados fins dos 50 e início dos 60 quase que intocados. A técnica aqui era a munição e a instituição do Estado era a arma. através destes, a luta seria árdua, e cegamente, empreendida:

> "Economistas e outros técnicos geralmente falharam na política, porque procuraram tornar-se partidários.. Deve-se ser político, mas não partidário. A batalha política deve ser levada a efeito pela força da técnica"[78]

Quanto aos objetivos de sua obra, de sua ciência e da Sudene, Furtado afirmava:

> "(...) Tratava-se de inventar técnicas que permitissem colocar diante da sociedade o horizonte de opções possibilitado pela estrutura existente e pelo esforço da mudança consentido; diríamos: está aqui o mapa de suas possibilidades; tudo tem preço, cada

[77] FURTADO, Celso – *Operação Nordeste* – Rio de Janeiro, ISEB, 1959 pp 65
[78] Entrevista cedida A Robock em 28/01/62 citada em COHN, Amélia – *Op Cit* - pp 156

> coisa que se obtém paga-se com outras a que renunciamos(...) Dessa forma , o sistema de decisões adquiria uma grande transparência, permitindo alcançar maior grau de racionalidade e de responsabilidade na política. Perguntávamos-nos se isso não era uma miragem, sendo a política permeada de irracionalidade e conflitos. Não, caso se tivesse em conta que o campo do conflito é o poder, e o que nos preocupava era criar instrumentos que dessem ao mesmo tempo eficácia e transparência ao poder"[79]

O poder que emerge aí é um poder intimamente ligado à técnica. A "técnica" que emerge do discurso de Furtado é uma espécie de entidade autônoma e em si, que, com sua força racional, torna-se capaz de "purificar" a política. Furtado, apesar de constantemente afirmar o caráter político do planejamento, acaba relegando à técnica um status próximo ao que esta tinha no positivismo de Comte, uma entidade capaz de estar acima das paixões dos homens, uma entidade positiva com um fim em si mesma. Neste sentido, a técnica torna-se algo quase irrefutável, por "ver melhor" ou mais profundamente a essência das coisas.

Com a "força da técnica" e a "racionalidade" - sob forte influência de uma ótica cepalina e das visões dualistas sobre Sertões - Furtado empreenderá sua "luta" pelo Nordeste, baseado em concepções "racionais" sobre esta extensa região, para ele sombria e problemática.

Furtado, discorrendo e atuando sobre o nordeste, modificou-o no nível do discurso e do "concreto". Suas propostas, pelo menos as iniciais[80], foram aplicadas quase que da maneira exata como foram enunciadas. A Sudene nascia com um status de quase ministério, onde eram manejados recursos vultosos, concedidos créditos para a industrialização e produzidos projetos de irrigação e colonização. Com um discurso de "reintegrar" a economia nordestina à brasileira e com a fé cega na industrialização como revolução econômica e social e na menos explícita, porém não menos cega, fé na essência "insofismável" da técnica, Furtado, através da SUDENE, partia para transformar o Nordeste e, dentro deste, seus sertões. Na base dos discursos, dos diagnósticos oficiais e das ações estaria uma concepção particular do que seria o Nordeste e seus Sertões, concepção esta delineada, corporificada e moldada quase que em sua totalidade com as idéias e representações de Celso Furtado sobre a região. Analisando, portanto, com que armas e idéias Furtado parte para a luta e o debate sobre

---

[79] FURTADO, Celso – *A Fantasia Organizada* - São Paulo, Paz e Terra, 1997 pp 239

[80] Tudo indica que, conforme será desenvolvido mais adiante, os temas mais próximos relativos ao que se conhece por "reforma agrária" começaram a entrar de maneira lenta e paulatina nas apreciações de Furtado quando Superintendente da Sudene e posteriormente ministro do planejamento de Goulart, e muitas resistências se levantavam à medida que estes temas iam aparecendo.

o desenvolvimento nordestino e principalmente como esta região, e seu interior sertanejo, aparecem na obra deste economista nordestino pode-se melhor compreender os caminhos e as "idéias-força" da política oficial sobre esta região em fins dos anos 50 e delimitar mais claramente as divergências e o cerne do debate desenvolvimentista sobre a terra e o homem do interior semi-árido nordestino.

A Formação Econômica do Brasil

Além de ser considerada pela maioria de seus comentadores como a principal obra de Furtado, *Formação Econômica do Brasil* é considerado por uma grande parte do *establishment* acadêmico das ciências sociais um clássico do pensamento sócio econômico brasileiro, ao lado, dentre outros, de clássicos como Caio Prado Júnior e Roberto Simonsen. Esta obra consiste de um misto de obra original e reunião e síntese de obras do próprio Furtado produzidas antes de 1959 - como "A Economia Brasileira" (1954) e sua tese de doutorado realizada na França denominada "L'Économie Coloniale Brésilliene: XVIe et XVIIe Siècles: eléments d'histoire economique apliqués" (1948) - e se constitui em uma análise histórico-estrutural da formação da economia brasileira através de elementos teóricos e metodológicos que utilizavam, a um tempo, a história e a economia – ciência que, no Brasil, àquela época, ainda engatinhava - como meio de interpretar a evolução da condição econômica brasileira desde seu descobrimento até a década de 50. Era uma obra original cujos elementos teóricos e metodológicos podem ser divididos em três "campos": A) o uso de elementos próprios da análise estruturalista Cepalina; B) a "atenção" diferenciada dada aos processos e fatores históricos (algo que se configura como um elemento de originalidade deste autor ante as teorizações de Prebish e da Cepal) e C) O uso de instrumental teórico-metodológico próprio da perspectiva Keynesiana da economia.

Furtado busca nesta obra inserir o descobrimento e a evolução da economia brasileira em um quadro teórico que busca dar conta dos aspectos internacionais e nacionais que influenciaram na formação econômica brasileira e de que forma estes contribuíram para o delineamento do Brasil de então, lançando mão do arsenal teórico metodológico descrito acima A análise da estruturação da economia brasileira contida em Formação Econômica do Brasil é construída de forma a evidenciar o papel das trocas internacionais, do processo de industrialização "aos saltos" e decorrente de conjunturas internacionais específicas, dos movimentos do fluxo de renda, elementos

típicos de uma visão estruturalista de base Cepalina e Prebischiana, mas também envolve aspectos históricos e geográficos que em grande parte estão ausentes do pensamento econômico mundial e que mesmo na perspectiva Cepalina aparecem de maneira marginal e específica, presentes, geralmente, na interpretação da história econômica brasileira por diversos autores brasileiros, dentre eles o amplamente utilizado, e um dos poucos citados, por Furtado, o economista desenvolvimentista Roberto Simonsen.. Enquanto Prebisch e a CEPAL, - grandes e assumidas influências do pensamento de Furtado - se preocupam mais com o papel das "deteriorações dos termos de troca" em uma perspectiva mais internacionalista e relacional, dando ênfase às relações de comércio exterior e problemas da balança de pagamentos dos países latino-americanos, que por vezes enveredava, particularmente no caso de Prebisch, para uma ampla defesa do protecionismo[81], Furtado, seguindo um pouco mais de perto a tradição científica brasileira e analisando uma economia específica, introduz fatores históricos e regionais como elementos que ajudam a explicar as imensas disparidades regionais e diferenças de produtividade da economia brasileira, que constituía, na ótica deste autor, um dos principais – senão o principal – problemas da economia brasileira.

Preocupado em fazer um verdadeiro diagnóstico dos problemas da formação econômica brasileira, em sua especificidade de economia subdesenvolvida radicalmente díspar em termos de produtividade e monetarização, Furtado irá analisar os diversos "ciclos" econômicos de nossa história em sua especificidade. Primeiro, enquanto colônia, lócus de instalação de uma verdadeira empresa colonial de alta produtividade, alta rentabilidade e alta concentração de renda, a empresa do açúcar do nordeste litorâneo, cuja opulência e quase domínio absoluto como principal atividade colonial fora entremeada pelo "ciclo do ouro" mineiro, que era também, embora em menor grau, concentrador de renda, depois, o Império, com a progressiva sobrepujança do café em relação ao açúcar, adentrando, finalmente pelo período republicano, onde, após o curto "ciclo da borracha" e a partir da década de 1930, ocorre uma incipiente industrialização autônoma como "defesa" ante às desorganizações do comércio mundial ocorridas em conseqüência de guerras e crises econômicas, processo este que estenderá seus efeitos até a década de 50.

Analisando as características econômicas dos diversos "ciclos" por que passou a economia brasileira, tenta entender em primeira instância, a contribuição de cada um

[81]BIELSCHOWSKY, Ricardo – *Pensamento Econômico Brasileiro*; *o ciclo ideológico do desenvolvimentismo - 1930-1964* - Rio de Janeiro, Ed Contraponto, 2004 pp 27

deles para a situação do Brasil em termos internacionais e nacionais em sua época e, em última instância, em que contribuíram estes ciclos, de maneira geral, para a situação econômico-estrutural do Brasil na década de 50. Ao analisar os diversos ciclos econômicos brasileiros e tendo em mente o objetivo de tentar entender sobretudo a economia brasileira da década de 50, seus problemas e suas possibilidades de desenvolvimento, Furtado, embora não explicitamente, impõe e procura responder a duas questões centrais. A primeira delas, seria tentar entender por que o Brasil é um país tão desigual em termos regionais e tão arcaico em termos econômicos em meio a abundantes recursos econômicos e naturais e a segunda saber quais são os obstáculos e problemas que obstam o desenvolvimento econômico brasileiro e o que fazer para superá-los. As respostas e propostas de Furtado a tais questões estarão imbuídas, além do pensamento Cepalino e por sua superficial atenção ao histórico-regional, de importantes aspectos teórico-metodológicos que podem ser atribuídos a uma de suas "grandes influências", o pensamento econômico de Keynes[82].

Assim como Keynes em relação à economia internacional e aos países industrializados, Furtado dá especial atenção ao efeito do caráter cíclico das crises do sistema capitalista, à questão do emprego e da renda e ao destino dado à poupança interna num país que, diferentemente do foco e dos países que Keynes tinha em mente, configura-se como de condição econômica específica, subdesenvolvida. Através do conceito Keynesiano de "Multiplicador", que consiste fundamentalmente no efeito de propagação de aumento de produtividade, dinamismo ou renda provocado por um fator ou relação de produção, Furtado analisará os diferentes graus "multiplicadores" dos diversos ciclos da economia e seus efeitos sobre a produtividade e distribuição da renda no país, como meio de explicar as disparidades regionais de produtividade, base de seu conceito de subdesenvolvimento. A análise e narrativa histórica de cada ciclo, tendo em foco o "efeito multiplicador", serão empreendidas de forma a identificar as possibilidades de crescimento propiciadas por cada ciclo e também seus possíveis efeitos negativos em relação à produção de base e possibilidades para o desenvolvimento e crescimento econômico.

[82] Comentando sobre a obra de Furtado, Francisco de Oliveira salienta seus elementos formativos: "Como síntese, seus elementos são ecléticos, vindos principalmente da fusão de uma visão histórica – imposta mesmo pelo fato de que as economias e sociedades latino-americanas não haviam nascido ontem – com os elementos teórico-instrumentais keynesianos. Esse é seu núcleo principal." OLIVEIRA, Francisco de – *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado* – São Paulo, Boitempo editora, 2003 pp 36

.Embora não explicitamente, a narrativa é feita de forma a hierarquizar os ciclos em termos de seu papel "multiplicador", ou seja, sua capacidade de propagar o aumento de produtividade e a dinamização da produção. Pode-se identificar nessa abordagem uma linearidade que parte do ciclo "menos multiplicador",o ciclo do açúcar (para ele o açúcar é responsável pela formação do setor econômico "menos multiplicador de todos", o "setor de subsistência" do Nordeste, que são seus Sertões) e chega ao ciclo "mais multiplicador", o ainda inacabado ciclo da industrialização. Esse movimento narrativo e explicativo se configura como um claro corpus teórico-científico justificador de uma ideologia desenvolvimentista industrialista e capitalista como uma espécie de "desenvolvimentismo científico". Da forma como está estruturado o texto, este "desenvolvimentismo científico" reflete-se quase como uma escolha que se impõe por sua poderosa racionalidade e estrita adequação à realidade histórica e estrutural dos fatos..

Tal aspecto pode ser identificado através de um vôo panorâmico por esta obra. Partindo primeiramente da análise da formação colonial, o autor busca evidenciar a intenção portuguesa de realizar um verdadeiro aproveitamento econômico "racional" das novas terras, o que, depois de algumas titubeações logrou alcançar grande êxito com a empresa açucareira. Centrando seus argumentos nas condições de crescimento desta atividade, sua produtividade e aproveitamento de fatores, seu efeito multiplicador, Furtado conceberá o sistema açucareiro como de alta produtividade, mas de pouco efeito multiplicador, por ser escravista, ter "abundância de fatores" e ser "quase auto-suficiente":

> "A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada em mãos da classe de proprietários de engenho. Do valor do açúcar no pôrto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5 por cento) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. Mesmo admitindo que para cada dez escravos houvesse um assalariado – mil e quinhentos no conjunto da indústria açucareira – e imputando um salário monetário de 15 libras anuais a cada um, chega-se à soma de 22500, que é menos de 2 por cento da renda gerada no setor açucareiro(....)"

Sobre os gastos açucareiros em outras regiões brasileiras Furtado conjeturava:

> "Supondo mesmo que os gastos com lenha e outros menores chegassem a dobrar essa cifra{100000 libras em gastos "exteriores", como bois para tração] os pagamentos

> feitos pela economia açucareira aos demais grupos estariam muito pouco por cima de 3 por cento da renda que a mesma gerava. Tudo indica, destarte, que pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana"[83]

Após dar certa atenção ao ciclo do ouro, que, embora menos concentrador, oi de escasso poder propagador de produtividade e, o autor parte para a análise do desenvolvimento do ciclo cafeeiro que, de escasso poder distribuidor de renda em sua fase carioca escravista, passa a ter importante papel multiplicador na fase paulista assalariada, sendo visto inclusive como marco divisor na história econômica brasileira.

> "É das tensões externas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira"[84]

Ao deter-se sobre a escravidão e o café, Furtado procura demonstrar, através da análise do papel da abolição da escravidão e do subseqüente emprego mais presente de mão-de-obra assalariada pelos cafeicultores paulistas o efeito propagador e distribuidor- ou seja, multiplicador - do assalariamento e sua importância na formação de um mercado interno que passa a demandar artigos manufaturados em progressiva monta, mercado este que exercerá importante papel na posterior incipiente e decorrente industrialização da década de 30 que, se estendendo até a década de 50, forma a base indispensável de um desenvolvimento autônomo do país. É ao ciclo industrial – que Furtado reputa de poderosos efeitos fomentadores de aumento de produtividade e renda, de estímulo à capitalização, à produção e ao desenvolvimento do mercado interno.- que o autor quer chegar e demonstrar seus efeitos dinamizadores, integradores e "libertadores", justificando teórico-metodologicamente que o caminho da libertação passa pela indústria.

---

[83]FURTADO, Celso - *Formação Econômica do Brasil* - Rio de Janeiro Ed Fundo de Cultura, 1964 pp 59

[84] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 52

> "Observado de um ângulo distinto, o desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se basicamente como um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração."[85]

E, mais à frente, Furtado sentencia:

> "O sistema de monocultura é, por natureza, antagônico a todo processo de industrialização. Mesmo que, em casos especiais, constitua uma forma racional (do ponto de vista econômico) de utilização dos recursos de terra, a monocultura só é compatível com um alto nível de renda *per capita* quando a densidade demográfica é relativamente baixa. Ali onde é elevada essa densidade – o que ocorre na faixa úmida do nordeste -, a monocultura impossibilita alcançar formas superiores de organização da produção. Com efeito, nas regiões densamente povoadas uma elevada densidade de capital por homem – condição básica para o aumento da produtividade- só se consegue com a industrialização."[86]

Além do elogio à industrialização, a análise e a narrativa histórica empreendidas sobre os ciclos estarão permeadas da e reforçadas por uma perspectiva de relações internacionais fundamentalmente Cepalina. Através da análise da posição do Brasil em relação dos termos de intercâmbio e da dinâmica centro-periferia, Furtado busca evidenciar a frágil e instável posição econômica que um país primário-exportador ocupa no âmbito da economia mundial, posição esta que só pode ser alterada, ou pelo menos atenuada, através de um processo de industrialização. Comparando o impacto de uma crise econômica em um país primário-exportador com uma em um país industrial, tendo como base a crise cafeeira no Brasil, Furtado teoriza:

> "A crise econômica, do ponto de vista de um centro industrial, apresentava-se como uma parada mais ou menos regular numa marcha firme para a frente. Essa parada permitia reajustar as peças do sistema, que numa etapa de crescimento rápido tendiam a descoordenar-se. A queda brusca da lucratividade significava a eliminação dos menos eficientes e dos financeiramente mais débeis, por outro lado exigia dos financeiramente fortes aumentarem sua eficiência e possibilitava a concentração do poder financeiro indispensável na etapa superior de desenvolvimento da economia capitalista. (...) Na economia dependente, exportadora de produtos primários, a crise

[85] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 271
[86] FURTADO, Celso – *Formação Econômica do Brasil Op Cit* pp 276

> se apresentava como um cataclismo, imposto de fora para dentro. As contorções que realizava essa economia, para defender-se da pressão esmagadora que vinha do exterior, não guardavam nenhuma semelhança com as ações e reações que se processavam na economia industrializada nos períodos de depressão e recuperação que sucediam á crise(...)"[87]

Mais adiante, ao descrever as contorções e crises, Furtado afirma:

> "Existia, portanto, uma situação perfeitamente caracterizada de desequilíbrio estrutural entre oferta e procura. Não se podia esperar um aumento sensível da procura resultante da elevação da renda disponível para consumo nos países importadores. Tampouco se podia pensar em elevar o consumo nestes países baixando os preços. A única forma de evitar enormes prejuízos para os produtores e para o país exportador era evitar – retirando do mercado parte da produção – que a oferta se elevasse acima daquele nível que exigia a procura para manter um consumo *per capita* mais ou menos estável a curto prazo. Era perfeitamente óbvio que os estoques que se estavam acumulando não tinham nenhuma possibilidade de ser utilizados economicamente num futuro previsível. Mesmo que a economia mundial lograsse evitar nova depressão, após a grande expansão dos anos vinte, não havia nenhuma porta pela qual se pudesse antever a saída daqueles estoques, pois a capacidade produtiva continuava a aumentar. A situação que se criava era, destarte, absolutamente insustentável"[88]

A Construção teórica elaborada pelo economista culmina numa narrativa histórica que procura demonstrar que a luta contra o subdesenvolvimento se dá através da industrialização, e que esta, devido a características internas dos países latino-americanos (como, por exemplo, poupança escassa e industrialização incipiente voltada a bens de consumo) e do comércio exterior (deterioração dos termos de intercâmbio, inelasticidade da demanda por bens primários) torna-se de difícil realização se for deixada às forças espontâneas da "mão-invisível" do mercado. Neste ponto, a idéia de orientação de investimentos e o papel do Estado ganham grande preeminência em seu discurso. Ao teorizar sobre os Estados Unidos e suas condições de crescimento, Furtado comenta em uma nota de pé de página, o salutar papel do Estado como fomentador do desenvolvimento:

---

[87]FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 195
[88]FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 210-211

> "Na primeira metade do século XIX a ação do Estado é fundamental no desenvolvimento Norte Americano. É somente na segunda metade do século – quando cresce amplamente a influência dos grandes negócios – que alcança prevalecer a ideologia da não intromissão do Estado na esfera econômica"[89]

Esta perspectiva industrialista, de caráter quase religioso, do desenvolvimento nacional permeará toda a obra do autor e só será matizada a partir de 1964, quando este, embora não o assuma, procurará responder pelo seu elitismo teórico-metodológico, seu exagerado tecnicismo, pela surdez ante as críticas e a ausência do povo em "carne e osso" em suas apreciações teóricas. Com o desenrolar do desenvolvimentismo e o acirramento do debate diante da inoperância, ou pior, do caráter fomentador da desigualdade social e do latifúndio, os ânimos se exaltam e passam a não permanecer despercebidos ou secundados a impressionante e extrema cautela com que Furtado aborda temas mais espinhosos como "reforma agrária" e sua chocante miopia diante da tendência à oligopolização do capitalismo industrial mundial. A fé dogmática com que Furtado seguiria no debate também não deixa de impressionar, o que, segundo Francisco de Oliveira, torna Furtado o: "menos clichezado e o mais ideológico de todos os intelectuais brasileiros"[90], cuja obra sofria de lamentáveis ausências, como a de uma visão crítica sobre a concentração do capital pelos oligopólios internacionais e sobre a importância do conceito de mais valia na análise de uma economia industrial.

O indisfarçável processo de concentração de renda, da manutenção de latifúndios, e de decréscimo de salários reais, ocorrido em grande intensidade justamente no momento de grande euforia desenvolvimentista e de intensa industrialização, fez com que a retomada da discussão sobre os problemas estruturais e de base da economia brasileira e sobre malogros e exageros do desenvolvimentismo industrialista tomasse extrema força e amplitude nacional no início dos anos 60, discussão que, tornando as omissões de Furtado no mínimo "fora de lugar", era brutalmente abortada pela ditadura que se instalava e se abatera também sobre ele, Furtado, cassado logo no primeiro ato institucional.

Formação Econômica do Brasil se configurará como uma verdadeira "ode" à industrialização, tomando-a como único meio de homogeneizar e integrar produtividades e regiões, como meio mais adequado de "multiplicar". Meio escondido

---

[89] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 128
[90] OLIVEIRA, Francisco de – *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado* –Op Cit pp34

no meio desta “homenagem” aparecerá, como indicado mais acima, o sertão nordestino. Será apresentado – tal qual o estigma que o segue ao longo da história - como o primo esmulambado, quase indigente, o menos multiplicador do nordeste pobre. Dentro da festa desenvolvimentista de Furtado será como um “penetra”, “inchado”(de gente) e “raquítico”(de solo), um problema, como alguém que não deveria estar ali e de preferência, ao que parece, deveria desaparecer.

Sertões e Nordeste em “Formação Econômica do Brasil”.

Embora Furtado fale na grande maioria das vezes em “Nordeste”, tentando captar uma dinâmica econômica brasileira em que a região nordeste se insira como um todo, o Sertão nordestino sempre tem um lugar particularizado neste discurso. O Sertão é “plasmado” em sua obra como um “outro”, como uma espécie de *hinterland* que, inicialmente se formando como apêndice da economia açucareira, tornar-se-ia um *locus* sócio-econômico específico, e *problemático*, da economia brasileira. Fugindo um pouco da tradição teórico metodológica de certa forma dominante nas apreciações ensaísticas e científicas sobre o Sertão, que o isolavam metodologicamente e que primeiramente pintavam um “quadro anatômico” de tipo de colonização, de fauna, flora, clima, terra, relações sociais para depois integrá-lo em um quadro mais geral, Furtado define Sertão a partir do Nordeste Açucareiro, como um produto deste, uma projeção da economia açucareira, inserindo-o numa espécie de “Complexo Econômico Nordestino”:

> “ Ao expandir-se a economia açucareira, a necessidade de animais de tiro tendeu a crescer mais que proporcionalmente, pois a devastação das florestas litorâneas obrigava a buscar a lenha a distâncias cada vez maiores. Por outro lado, logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar. . Os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações devem ter sido grandes, pois o próprio governo português proibiu, finalmente, a criação de gado na faixa litorânea. E foi a separação das duas atividades econômicas – a açucareira e a criatória – que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente na própria região nordestina”

Neste sentido, define-se a região nordeste em dois pólos que, embora ligados, se contrapõem em suas características. O sertão e o Nordeste açucareiro passam a ser vistos como pólos de uma espécie de “simbiose” que servia principalmente à indústria

açucareira do litoral. Tais pólos, entretanto, não são vistos por Furtado somente através do prisma da diferenciação - prisma que predominava na literatura e na tradição de "cunho histórico-antropológico" de apreciações científicas sobre o sertão -, mas também através de um prisma de *hierarquização*, onde o sertão como um todo, Terra, Homem, relações de produção etc é colocado como o lado dependente e "fraco", o pólo pobre e de pouco potencial do complexo econômico nordestino. Em contraposição à alta produtividade e rentabilidade da indústria açucareira, é colocada a baixa rentabilidade e produtividade da economia sertaneja, ao solo de massapê do litoral é contraposto o pasto e o solo sertanejos, onde "a carga que suportavam estas terras era extremamente baixa". A mão de obra sertaneja, embora essencialmente livre, era extremamente descapitalizada, vivendo quase no nível de subsistência. Algo que era incentivado principalmente pela natureza econômica da atividade criatória sertaneja e nordestina, que, por sua formação histórico-estrutural, absorvia uma mão-de-obra muito escassa (gerava pouco emprego); dependia de grandes extensões de terra (pobre); tinha baixa produtividade devido ao uso extensivo de terras e às grandes distâncias que separavam os sertanejos nordestinos dos centros econômicos da economia açucareira; tinha baixa capitalização, enfim, era produto e dependente da economia açucareira do nordeste litorâneo. Ao esboçar este retrato, Furtado delineia assim um Sertão pobre, quase de subsistência, onde o mesmo que se negocia se come, e se vive quase à margem do âmbito monetário da economia como um todo:

> "(...) A renda total gerada pela economia criatória do Nordeste seguramente não excederia cinco por cento do valor da exportação do açúcar. Essa renda estava constituída pelo gado vendido no litoral e pela exportação de couros. O valor desta última no século XVIII – quando se havia expandido grandemente a criação no sul - não seria muito superior a cem mil libras. Se nos limitarmos à região diretamente dependente da economia açucareira, a começos do século XVII, dificilmente se pode admitir que sua renda bruta alcançasse cem mil libras, numa época em que o valor da exportação do açúcar possivelmente superava os dois milhões."

Sobre a produtividade e capitalização, Furtado teoriza:

> "(....) A expansão pecuária consiste simplesmente no aumento dos rebanhos e na incorporação – em escala reduzida – de mão-de-obra. A possibilidade de crescimento extensivo exclui qualquer preocupação de melhora de rendimentos. Por outro lado, como as distâncias vão aumentando, a tendência geral é no sentido de redução da produtividade dentro da economia. Dessa forma, excluída a hipótese de melhora nos preços relativos, na medida em que ia crescendo a economia criatória nordestina, a renda média da população nela ocupada ia diminuindo, sendo particularmente

> desfavorável a situação daqueles criadores que se encontravam a grandes distâncias do litoral"

Ao lançar mão de uma estratégia metodológica que dá atenção aos aspectos histórico-estruturais e ao centrar seu foco na análise dos processos econômicos da economia nordestina Furtado constrói um Sertão Nordestino como o pólo "frágil" de um complexo econômico que já então se delineia essencialmente dual. O Sertão que emerge de Formação Econômica do Brasil já em tempos da colônia é, em termos econômicos, um apêndice, e pouco promissor - diga-se de passagem. - se mantida aquela estrutura econômica.

Mas o que chama a atenção na teorização de Furtado sobre o sertão não é tanto sua posição crítica quanto às relações econômicas e o arcaísmo predominante neste, posição compartilhada com quase a totalidade de escritores que tiveram como foco o sertão, o que diferencia a abordagem de Furtado de um tipo de abordagem sobre Sertão já tradicional na época é a maneira como o constrói e apresenta dentro do nordeste. Na verdade este autor subordina o sertão nordestino ao nordeste açucareiro não só teoricamente, mas também metodologicamente. Ao centrar sua análise de maneira quase exclusiva nos processos econômicos através dos paradigmas conceituais da ciência econômica (Fluxo de renda, produtividade, mão-de-obra, custos etc...) Furtado se distancia da já tradicional postura, encontrada também em economistas como Caio Prado Júnior e Djacir Menezes, de se fazer uma "Anatomização" um "Quadro complexo" antes de partir para considerações econômicas e sociais. Nesta postura "tradicional" o que está em jogo em termos metodológicos é procurar compreender os Sertões como especificidade não só econômica, mas também geográfica, geológica, social e cultural dentro de um todo, como meio de melhor entender o caráter desta especificidade e sua relação com este todo. Elegendo como foco exclusivo a análise dos processos econômicos e da formação de suas estruturas, Furtado subordina os aspectos da especificidade cultural, da ocupação como colonização e a disposição geográfica e geológica dos sertões a estas. Neste sentido, toma como algo "dado" a pobreza dos solos do Sertão e uma suposta "alta densidade demográfica" que seria efeito da crise econômica açucareira. Esta grande densidade demográfica, segundo Furtado, seria um dos principais problemas nacionais. Considerando o Sertão como um "setor de subsistência" da economia este autor busca salientar seu papel de absorvedor de excesso estrutural de mão de obra nas fases de baixa cíclica do setor açucareiro, processo este

que teria se tornado crônico com a crise definitiva do açúcar após a entrada do açúcar antilhano no mercado mundial. Sem aprofundar e problematizar o conceito de densidade demográfica[91] e conjeturando hipoteticamente, Furtado desenha um quadro onde a região "de subsistência" se torna um sério problema:

> " não havendo ocupação adequada na região açucareira para todo o incremento de sua população livre, parte deste era atraída pela fronteira móvel do setor criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira maior seria a tendência imigratória para o interior. (....) como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão, se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência. Não fora este mecanismo, e a longa depressão do setor açucareiro teria provocado, seja uma emigração de fatores, seja a estagnação demográfica. Sendo a oferta de alimentos pouco elástica na região litorânea, o crescimento da população teria sido muito menor não fôra esta articulação com o sistema pecuniário."

E, mais à frente, sentencia;

> "Numa região pecuária – porquanto a população se alimenta do mesmo produto que exporta – a redução das exportações em nada afeta a oferta interna de alimentos e, portanto, a população pode continuar crescendo normalmente através de um longo período de decadência das exportações..."

Sobre os efeitos deste processo, Furtado conjectura:

> "Se se tem em conta que na região nordestina existiam dois sistemas - o litorâneo principalmente exportador e o mediterrâneo principalmente de subsistência - os dados referidos permitem formular algumas hipóteses. Em primeiro lugar pode-se admitir que a população dos dois sistemas haja crescido com igual intensidade e que a

[91] Parece não ocorrer a Celso Furtado o caráter extremamente relativo da densidade demográfica. Este autor, ao falar desta densidade, embora considere a questão da produtividade, no tocante ao problema da ocupação da terra, não o liga a uma análise mais aprofundada sobre a potencialidade de ocupação das terras do sertão, o que o aproximaria de uma abordagem sobre a reforma agrária, abordagem esta que claramente evitou antes de 1964. Tomando a "pobreza de solos" como algo dado e sem dar a devida atenção ao problema da ocupação da terra, sua perspectiva de "densidade demográfica" soa algo neomalthusiana, e suas propostas sobre os Sertões seguirão a mesma toada.

> renda per capita do sistema de subsistência haja permanecido estável; neste caso, a queda da renda per capita do sistema exportador teria sido substancial. Em segundo lugar, pode-se admitir que tenha havido transferência de população do sistema exportador para o sistema de subsistência e que a renda per capita naquele se haja mantido; neste caso, mesmo que se mantivesse a renda per capita no setor de subsistência, haveria uma baixa na renda média da região, pois a produtividade era mais baixa no setor de subsistência. Em síntese, para que não houvesse redução da renda per capita, da região teria sido necessário que aumentasse substancialmente a produtividade no setor de subsistência, o que obviamente é uma hipótese inadmissível, pois durante essa época já se tornara notória a pressão demográfica sobre as terras agricolamente aproveitáveis da região. Portanto, cabe admitir que houve declínio na renda per capita dêsse sistema de economia brasileira, se bem não seja possível quantificá-lo rigorosamente"[92]

Neste ponto emerge um dos grandes problemas brasileiros

> "(...) A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores – estão assim ligadas a êsse lento processo de decadência da grande emprêsa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial agrícola mais rentável de nosso tempo"

Desta forma, o discurso Furtadiano sobre os sertões nordestinos parece condená-lo de antemão não só em termos econômicos, mas também em termos geográficos e demográficos, configurando-se assim o interior nordestino semi-árido como um problema de dimensões regionais e nacionais. Em um processo de concentração regional de renda - causado principalmente pela decadência acentuada de um sistema econômico açucareiro escravista e a fulminante valorização internacional de um produto, o café, do qual o Brasil detinha três quartos da oferta mundial e teria sido produzido com base em relações assalariadas de produção , as quais teriam possibilitado a emergência de um mercado interno e cujos capitais, não imobilizados em escravos, teriam sido a base do investimento industrial -, a situação de uma região "pobre em todos os sentidos" e dependente de um sistema em forte decadência e concentrador torna-se alarmante, pois:

[92] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 170

> " Uma vez iniciado este processo, sua reversão espontânea é praticamente impossível. Em um país da extensão geográfica do Brasil, é de esperar que tal processo tenda a prolongar-se extremamente. A causa de que se forme e agrave esse tipo de fenômeno está, via de regra, ligada á pobreza relativa de recursos naturais de uma região. Com efeito, coexistindo duas regiões dentro de uma mesma economia – integradas pelo mesmo sistema monetário – aquela mais pobre de recursos naturais, particularmente de terras, tenderá a apresentar uma mais baixa produtividade por unidade de capital invertido. Em termos monetários, o salário de subsistência da população tende a ser relativamente mais elevado ali onde é mais baixa a produtividade do homem ocupado na produção de alimentos."[93]

Tal aspecto do problema desenhado por Furtado deve-se principalmente, portanto, ao fato de que em uma região de subsistência, de elevada densidade demográfica e de recursos pobres, os gêneros alimentícios tendem a ser mais caros, o que elevaria o valor monetário do salário e que traria problemas, justamente, àquilo que se configuraria como a "salvação" desta região, a industrialização, pois:

> "Com efeito, nas regiões densamente povoadas uma elevada densidade de capital por homem – condição básica para o aumento da produtividade – só se consegue com a industrialização."[94]

Reputando este problema da concentração de renda e da tendência ao aumento das disparidades nacionais em termos de produtividade como um problema nacional, de política nacional, Furtado busca salientar sua seriedade, que segundo o autor transborda às raias de questões como "segurança nacional" e "integração nacional":

> "À medida que se toma consciência da natureza deste problema, no Brasil, as tensões de caráter regional – que se haviam reduzido substancialmente nos decênios anteriores – poderão voltar a apresentar-se.(...) A solução desse problema constituirá, muito provavelmente, uma das preocupações centrais da política econômica no correr dos próximos anos. Essa solução exigirá uma nova forma de integração da economia, distinta da simples articulação que se processou na primeira metade do século."[95]

Depreende-se deste discurso que um dos maiores problemas até "para épocas posteriores[a 1959]" em nível nacional, na questão das disparidades

[93] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 274
[94] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 276
[95] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 275

regionais,.concentração demográfica e relações de produção de subsistência em uma "área imprópria" é a área do sertão nordestino. A esta faceta do problema, soma-se outra, a de que o sertão nordestino insere-se já problemático na própria solução integradora do autor, a industrialização, pois esta região se configura como pobre de recursos, de elevada densidade demográfica e de baixa produtividade para Furtado. Neste ponto o sertão nordestino, já inferiorizado geográfica e demograficamente, é inferiorizado economicamente, e esta inferiorização tomará delineamentos definidos nos documentos analisados em seguida, onde se proporá, como solução, basicamente a sua "supressão" e seu "espraiamento".

Não se trata aqui, é importante assinalar, de negar em bloco as concepções de Furtado reputando-as puro "preconceito" para com uma região. O que se está tentando assinalar é que a preeminência extrema dada às análises de cunho econômico e a posição metodologicamente subalternalizadora destinada aos sertões – além da hierarquização que permeia o livro em prol de uma justificação da industrialização – engendrou uma visão bastante superficial sobre estes, fazendo Furtado presa do discurso de "senso comum" ante estes lugares, vendo-os como lugar de inexorável pobreza, pobreza de tudo.

Furtado constrói de antemão o Sertão como produto e como problema. Um sertão "seco" emerge de seu quadro teórico-metodológico, e se articulará intimamente com as idéias e propostas traçadas na "Operação Nordeste" e em "Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste", embasando os pressupostos de sua política de "desenvolvimento" - ou seria de desaparecimento? – do Sertão.

Os Sertões Demográficos – Uma Política de Desenvolvimento Para o Nordeste

Em abril de 1959, em meio ainda aos efeitos da "explosão" nordestina, numa seca calamitosa e as ligas camponesas, vinha à tona o principal documento sobre o nordeste, documento este que estenderia seus efeitos além dos marcos em que foi produzido. Com base nas pesquisas de anos anteriores realizadas pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (G.T.D.N.), Furtado e seus colaboradores

emitiam um diagnóstico que seria ao mesmo tempo um plano de desenvolvimento para o Nordeste, conduzido pelo Estado, abrangendo litoral, zona da mata e sertões.

Mais uma vez Furtado fala, na maioria das vezes, em "Nordeste" englobando a faixa úmida, o agreste e o semi-árido. No entanto, como será demonstrado, o Sertão ganhará espaço especial e específico em sua teorização, pois não se poderá deixar de falar dele porque o fenômeno da seca atingia quase a totalidade de sua área naquele momento.

Por ser um documento de caráter oficial e por ter sido produzido em tese[96] pelo grupo comandado por um economista, que era Celso Furtado, este terá um caráter eminentemente econômico combinado com pinceladas, diga-se de passagem pouco embasadas e justificadas, sobre a situação do "suporte físico" do Nordeste. A importância destas "pinceladas" no documento não é de maneira nenhuma de pequena monta, pois, logo em sua abertura, Furtado identifica e enuncia - antes de propriamente relatar o diagnóstico - como três grandes problemas do Nordeste a "escassez relativa de terras aráveis"; a "inadequada precipitação pluviométrica" e o fato da drenagem da renda nordestina pelo centro sul.[97]

O grande plano de desenvolvimento do Nordeste apresentado pelo autor, em suas considerações iniciais baseava-se principalmente no objetivo da industrialização, bem ao espírito do nacional-desenvolvimentismo tão presente em economistas como Roberto Simonsen, em grupos intelectuais como o ISEB e até de certa forma nos teóricos socialistas da tese da "Revolução Burguesa".

O principal objetivo que, segundo Furtado, deveria ser levado a cabo através de uma política estatal de desenvolvimento para o nordeste seria, antes de tudo, o de integrar a economia nordestina ao "ritmo de produtividade" da economia do resto do país, mormente à economia do centro-sul, tornando-a capaz de atrair para si investimentos que provocassem o impulso dinâmico necessário à industrialização. Buscando chamar a atenção para a importância dos investimentos produtivos e ao mesmo tempo criticando o assistencialismo governamental, o autor afirma:

---

[96] O próprio Furtado assumiria a autoria do documento em algumas ocasiões, como o fez em uma entrevista concedida a Maria da Conceição Tavares, Manuel Corrêa de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira em 1998: "(...)Fiz o texto, então, do trabalho "Uma nova política para o Nordeste" – TAVARES, Maria da Conceição, ANDRADE, Manuel Corrêa de, PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado* - .São Paulo, Perseu Abramo, 1998 pp 64. Este trabalho ao qual se refere Furtado seria convertido, com a mudança de título, no texto de "Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste"

[97] Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N. - *Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste* – 2ª Ed, Recife, SUDENE, 1967 pp 10

> "Não se pode elidir o fato de que os recursos transferidos pelo setor privado são capitais em busca de melhores oportunidades de aplicação e, se invertidos na região, criariam oportunidades de emprego permanente para a população, ao passo que as transferências do Governo Federal têm em grande parte, o caráter de simples gastos assistenciais"[98]

Tais investimentos seriam importantes ao grande objetivo que permeia o documento e toda a obra de Celso Furtado, a industrialização. A industrialização seria,em última instância, o elemento capaz de elevar a produtividade social do Nordeste e desenvolvê-lo:

> "A política de industrialização visa ao tríplice objetivo de dar emprego a essa massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que atualmente tendem a emigrar"[99]

Além de desenvolver o nordeste, a industrialização, na perspectiva de Furtado, seria responsável por uma nova mentalidade, criando uma classe dirigente nova. Partindo desta base ideológica e a fim de contornar os entraves ao desenvolvimento do desta região, o autor pautará seu projeto em 4 diretrizes fundamentais: A intensificação de investimentos industriais; A transformação da economia agrícola da faixa úmida; transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas e o deslocamento da fronteira agrícola do nordeste.[100]

Fazendo a análise propriamente dita do problema nordestino o autor aborda, dando grande destaque, a questão do *suporte físico* desta região. Considerando-a como uma das regiões menos desenvolvidas – e mais populosas – do hemisfério ocidental, o autor salienta que, dentre outros, sua "pobreza física", ou seja, pobreza relativa em termos de recursos naturais em geral, seria um problema importantíssimo a ser atacado e contornado:

---

[98] Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N – *Op Cit* pp 11
[99] Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N - *Op Cit* pp 12
[100] Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N – *Op Cit* pp 14

> "Sem embargo, como a acumulação de capital é, por si mesma, sintoma do estádio de desenvolvimento, infere-se que a verdadeira causa do atraso da economia nordestina, em face do centro Sul do Brasil, está na pobreza relativa do seu suporte físico. É este um dado fundamental do problema, e a ele teremos de voltar adiante(...) Já observamos que a baixa produtividade da agricultura nordestina tem duas causas fundamentais; menor quantidade de terra por pessoa ocupada e mais reduzida dotação de capital por unidade de terra(...)"[101]
>
> (...)
>
> "(...) A causa básica da baixa renda da agricultura nordestina está na sua pobreza relativa de recursos naturais, e não, principalmente, no grau de capitalização"[102]

Tal problema, segundo o autor, será uma das principais limitações nordestinas a serem contornadas, e terá grande peso em sua política.. A "resolução", ou melhor dizendo, o "contorno" deste, será realizado principalmente através de dois pilares essenciais da política Furtadiana de desenvolvimento do nordeste, pilares estes que , devido à forma de construção do diagnóstico emergem quase que "automaticamente " como políticas "lógicas", que são os pilares da *política de fomento da industrialização* e da *política de transferência de população*, segundo ele capazes de livrar o Nordeste de uma dependência excessiva para com seu setor exportador internacional e nacional.

Esta "dependência excessiva" para com o setor exportador, segundo Furtado, configurava-se como algo essencialmente negativo, pois seria duplamente desfavorável a todo o nordeste, onde ao já descrito problema da tendência à deterioração dos termos de intercâmbio por parte dos produtos primários - mormente o açúcar, cujo mercado já estava repleto de competidores – somar-se-ia o problema da política cambial do governo brasileiro da época, que desfavorecia o Nordeste.

Esposando as teses Cepalinas, o autor apontava os problemas que a especialização em produtos primários trazia e os perigos que representava. Como já abordado anteriormente, tais produtos, de acordo com o pressupostos da escola cepalina, tenderiam à estagnação, à inelasticidade de demanda, o que limita em muito a lucratividade e a sustentabilidade da produção de tais produtos.

---

[101] Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N – *Op Cit* pp 17
[102] Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N – *Op Cit* pp 18

Quanto à questão cambial, Furtado considerava que, mantendo um câmbio favorável às importações de bens de capital, parte de uma política desenvolvimentista gestada mesmo antes do Governo JK, o governo federal acabava provocando um efeito paradoxal em termos regionais, pois as divisas geradas através da taxação do setor exportador nordestino, acabavam sendo utilizadas como cobertura cambial das importações de bens de capital, que eram em grande parte realizadas pelo centro sul, que oferecia melhores "atrativos" para este tipo de investimento, e que geraria uma espécie de "drenagem" das divisas nordestinas.

Além destes, um terceiro aspecto do problema nordestino seria ainda abordado pelo economista para explicar a estagnação do nordeste brasileiro. A questão de que nesta região os investimentos, o "capital" empregado, configurava-se normalmente pouco produtivo, pois ou era, em termos privados, aplicado em uma atividade econômica de pouco efeito multiplicador – a agroindústria açucareira – ou, em termos públicos, era aplicado de forma emergencial em gastos pouco produtivos por ocasião das secas periódicas, e suas famosas e famigeradas "frentes de trabalho". Através desta configuração, onde produção, política cambial e investimentos se concatenariam em uma espécie de "simbiose estagnadora", o Nordeste primário exportador permanecia estagnado e dependente e ainda de certa forma financiava a industrialização do centro-sul. Segundo o autor, tal situação de configuraria como extremamente perigosa. Se deixada "livre", mais do que consolidar a estagnação de uma região, consolidaria as - tão temidas pelo Economista- disparidades regionais e ameaçaria seriamente, em última instância, a "unidade nacional".

A industrialização aqui assumiria um importantíssimo papel, a de mecanismo de salvação do Nordeste, diminuindo sua dependência do setor exportador e aumentando sua poupança interna. Seria ainda o único elemento capaz de "contornar" as grandes "limitações" nordestinas que Furtado aponta: a pobreza de sua base física, a escassez de terras aráveis e o excesso de mão de obra "ociosa" e em grande parte (mal) ocupada em minifúndios de subsistência e vulneráveis a crises de abastecimento (como as secas).

> "Deve-se observar que, sendo uma região escassa de boas terras aráveis e de elevada densidade demográfica, o nordeste dificilmente poderá alcançar um nível alto de renda apoiado na exportação de produtos agrícolas"

(...)

> "é necessário ter em conta que elevação da renda não significa apenas aumento da oferta de bens e serviços, e sim, também, diversificação dessa oferta, e que a única forma de diversificar uma oferta crescente é aumentar as exportações de produtos agrícolas ou industrializar-se. Por conseguinte, diante da escassez da oferta de terras adequadas, a única saída é a industrialização"[103]

A industrialização seria portanto o mecanismo capaz de contornar tais limitações. Ajudado por pequenos "ajustes" externos - seria capaz de "passar por cima" da estrutura monopolista da terra, da monocultura, da "pobreza física", da deteriorização dos termos de troca etc. O projeto de Furtado, portanto iria subordinar a agricultura, a infra-estrutura e a mão de obra etc. à salvação, que, em sua ótica, seria, e só poderia ser, a indústria. Tudo estaria voltado para ela. Tudo mesmo, inclusive os Sertões.

Uma Política para o Sertão

Tratado como terra de pouca potencialidade, de alta densidade demográfica e sujeita a crises climáticas, o sertão nordestino tomaria lugar específico no projeto de Furtado, sendo, como outros aspectos, subordinado à idéia de industrialização.

O sertão que emerge deste projeto é um sertão algo condenado. Uma região onde as limitações climato-geológicas e de ordem demográfica apresentam-se com peso ampliado ante as outras regiões do nordeste. No semi-árido, nem mesmo a industrialização seria capaz, sozinha, de resolver o problema da mão-de-obra e da carga demográfica

[103] Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N – *Op Cit* pp 51

> "contar com essa industrialização para dar emprego às grandes massas demográficas excedentes da região semi-árida seria desconhecer a natureza real do problema e sua amplitude"[104]

A este complexo e intrincado problema se junta sua limitação física, seu pouco potencial

> "Infelizmente não é possível substituir a atual economia da região semi-árida por outra com base na grande açudagem e na irrigação As possibilidades reais desta última são limitadas, e ainda mais limitadas se pensarmos no seu custo real. A questão básica continuará a ser como adaptar a economia às condições do meio físico"[105]

A idéia básica de Furtado no sentido de contornar os problemas apresentados pelo sertão nordestino era instaurar uma política estatal que direcionasse o investimento do Estado, na forma de créditos ,assistência técnica e investimento em infra-estrutura de modo a dar um impulso dinâmico industrializador. Para absorver a mão-de-obra flutuante e diminuir a pressão demográfica no semi-árido nordestino o autor propõe uma política de transferência de populações para as terras úmidas maranhenses, no sentido de que estas sejam utilizadas na produção de alimentos necessários ao projeto de incremento da industrialização, necessários a uma política industrialista. Tal política, segundo Furtado, teria o mérito de, ao mesmo tempo, criar uma economia resistente às secas(monetarizada e de baixa pressão demográfica) e de atacar o problema da inelasticidade da oferta de alimentos, cuja elasticidade ou inelasticidade de oferta influi bastante no custo da mão-de-obra. Este aspecto alimentar se configura de grande importância na política de Furtado para a industrialização do Nordeste e seu interior seco. Através dele chega a tangenciar o problema da estrutura agrária, de distribuição de terras, tomando-a, entretanto, como algo apenas arcaico e como apenas uma limitação, sendo a conseqüente questão da "reorganização da produção" tratada através de uma visão essencialmente tecnicista, que não se aprofunda em aspectos como opressão e latifúndio.

---

[104] Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N – *Op Cit* pp 54
[105] Brasil, Conselho de Desenvolvimento, G.T.D.N – *Op Cit* pp 73

. Ao apresentar seu plano de ação - propõe a congregação de diretores e técnicos de diversos órgãos, tais como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas(DNOCS); Grupo de trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste(GTDN); Companhia do Vale do São Francisco; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico(BNDE); Ministério da Agricultura; Banco do Brasil etc. – prioriza três pontos(Reformulação da política de aproveitamento de solos e águas na região semi-árida; Reorganização da economia da região semi-árida e a abertura de frentes de colonização e aumento da oferta de alimentos nos centros industriais) e a "Primeira meta" de seu projeto, a de criar uma economia resistente às secas, diz respeito diretamente ao semi-árido.

Embora pugne pela necessidade de estudos, Furtado, neste documento, afirma peremptoriamente as "limitações físicas" dos sertões. A "alta densidade demográfica" é apresentada como um "dado" sem maiores explicações e o discurso leva a uma decisão do tipo "não há outra escolha", escolha esta que conduz a uma condenação e esvaziamento do semi-árido.

Tais afirmações peremptórias, que parecem passar por cima de uma sólida tradição literária sobre esta região interiorana, só não soam mais estranhas porque uma das características principais das propostas Furtadianas de políticas públicas para o nordeste é que estas excluem completamente os interesses e participação de operários e trabalhadores rurais. Estes não são sequer mencionados, não existem nas propostas de Furtado, a não ser como variáveis (mão de obra flutuante; mercado consumidor). O projeto é concebido como uma ação racional essencialmente "de cima", direcionada pela Sudene e tendo a participação de membros de outros órgãos do Estado. A industrialização era vista como o vetor propulsor que, ajudada por outras "reorganizações" criaria, quase que automaticamente, uma nova classe dirigente. Esta, na verdade, era a real preocupação de Furtado, a classe dirigente. O povo, os trabalhadores, eram apenas "variáveis", moldáveis ou manejáveis conforme a "racionalidade" exigisse .

Tal perspectiva sobre o sertão, a despeito das discussões e críticas, permaneceria em grande parte intacta com o passar dos anos de instituição da Sudene. Embora sendo obrigado a abordar temas que flagrantemente evitava, o economista manteria a essência de sua visão praticamente inalterada, condenando o sertão, sua terra e sua gente.

O Sertão Político – "Operação Nordeste"

.

No dia 13 de junho de 1959 Celso Furtado pronuncia uma conferência no ISEB sobre a já alardeada Operação Nordeste para uma platéia - além de isebianos como o amigo pessoal de Furtado, Roland Corbisier - de técnicos ligados ao Estado, deputados e militares interessados na questão nordestina. Esta palestra acabou ganhando versão publicada sob o nome - que Furtado assumiria como "jornalístico" – *Operação Nordeste*. Consiste basicamente da apresentação dos quadros teóricos em que o diagnóstico sobre o Nordeste foi feito e de uma apresentação sucinta da política a ser implementada pela SUDENE, seus pressupostos, objetivos e grupos a beneficiar.

De lançamento posterior ao documento oficial "Uma Política de Desenvolvimento Para o Nordeste" esta palestra-texto compõe-se de uma apresentação política e pública daquele, é um "submeter" o autor do documento a uma espécie de "sabatina pública", onde, inevitavelmente, alguns temas prementes da época seriam, e foram, levantados. Ë a oportunidade de o autor expressar sua opinião mais claramente acerca de tais assuntos, já que vinha sendo bombardeado por críticas e opiniões de todos os lados, desde a direita política até a extrema esquerda comunista.[106].

A preocupação central de Furtado nesta apresentação é delinear em que termos o Nordeste é considerado um problema nacional, no sentido de justificar uma verdadeira "Operação", a criação de autarquias e a mobilização de todo um aparato estatal. Uma nova seca e a "redescoberta do nordeste" que estava acontecendo naqueles anos e principalmente a emergência e consolidação das Ligas Camponesas em meio a

[106] A partir de abril de 1959 muitos artigos foram publicados a respeito de "Operação Nordeste", não só na imprensa especializada (revistas de economia, sociologia, política, de institutos etc) mas também na grande imprensa. O espectro de opiniões e críticas que se apresentou rapidamente tomou caráter bastante abrangente em termos políticos. Liam-se afirmações desde "O Marxista Celso" até "Furtado como ideólogo da burguesia" ambas em tom acusatório e reprovador. Em abril de 1959 Furtado e Josué de Castro debateram abertamente num programa de rádio, depois publicado em texto escrito na revista especializada em assuntos ligados à economia chamada *O Observador Econômico e Financeiro,* os pressupostos da política de Furtado para o Nordeste. Por mais que Furtado se esforçasse para não abordar certos temas, segundo ele "encharcados" de paixão, não poderia evitá-los sempre. A palestra *Operação Nordeste* denota claramente isto.

um contexto mundial de intensa guerra fria, levaria o economista a enfatizar o perigo que representava a situação nordestina como estava, do verdadeiro perigo para a "segurança nacional" que representava o subdesenvolvimento do Nordeste, usando uma justificativa política para uma política econômica.

Nesta perspectiva, Furtado tentará evidenciar o perigo que o desenvolvimento econômico não planejado pode trazer, o perigo que é uma região nascida de um empreendimento comercial colonial altamente concentrador de renda cujo principal produto de exportação há séculos experimentava estagnação e decadência comercial e que tinha uma espécie de hinterland superpovoado, de subsistência e semi-árido ser deixado "ao léu" em uma situação de dependência ante uma região que, graças a um sistema menos concentrador, pôde criar um mercado interno e industrializar-se. A disparidade regional aqui é revisitada, e ganha caráter mais dramático:

> "O desenvolvimento econômico, no mundo todo, tende a criar desigualdades.(...) Permito-me dramatizar esta afirmação inicial porque estou convencido de que as crescentes disparidades regionais constituirão o mais grave problema de nosso País nesta segunda metade do século XX – problema principal, não só para nossa geração mas seguramente para as duas gerações que nos seguirão. Não se trata de problema que possa ser resolvido por um Governo ou por um grupo de homens, e é como tal que desejo que seja compreendido"[107]

Este grande "perigo", que é o agravamento progressivo das disparidades regionais, das disparidades de ritmos de crescimento e produtividade, será o centro das preocupações de Furtado e o "pano de fundo" da atuação da Sudene, tendo de ser resolvido em termos inter-regionais e intra-regionais.

Retomando a argumentação esboçada em Formação Econômica do Brasil, o autor desenha um panorama das relações desiguais e de dependência do Nordeste inter-regionalmente. Produto de uma empresa econômico-exportadora altamente concentradora e secularmente decadente, o Nordeste tornou-se, em sua perspectiva, uma região desprovida de mercado interno que provesse um impulso dinâmico de capitalização da região, ao contrário do que teria acontecido no Centro-Sul cafeeiro, onde se imbricavam elementos como a fortíssima valorização do café no mercado internacional, relações de produção assalariadas e terras de ótima qualidade para a

[107] FURTADO, Celso – *Operação Nordeste* – Rio de Janeiro, ISEB, 1959 pp 11

produção deste produto. O Centro-Sul rapidamente tornar-se-ia o "centro dinâmico" da economia brasileira, segundo o autor, com efeitos multiplicadores consideráveis devido às relações de produção imperantes neste, efeitos estes capazes de formar um mercado interno que progressivamente seria o maior consumidor dos produtos do nordeste. Primeiramente o fim da escravidão e posteriormente a crise cafeeira teriam consolidado o Centro-Sul como pólo dinâmico da economia, pois possibilitaram o redirecionamento do investimento para a esfera industrial, fator responsável pelo crescimento econômico da região:

> "O desenvolvimento econômico do Brasil, nos últimos decênios do século XIX e em toda a primeira metade do século XX, assumia a forma de articulação cada vez maior dessas ilhas econômicas [Nordeste açucareiro e pecuário, Norte seringueiro e Centro-Sul industrial]. Tal articulação se fez em torno do mercado, em constante expansão, da região Centro-Sul, que encontrava nas exportações de café seu impulso de crescimento. Assim, por exemplo, quando a economia do açúcar entrou em colapso, com a desorganização do mercado mundial desse produto, sua sobrevivência tornou-se possível graças à reserva de mercado na região Centro-Sul. Caso análogo ocorreu com a economia da borracha, que entrou em total colapso com a plantação sistemática de seringais fora do Brasil. Em seguida a um período de grandes dificuldades, essa economia pôde subsistir apoiando-se no mercado do Centro-Sul"[108]

O Grande perigo, preocupação central de Celso Furtado, seriam as conseqüências da institucionalização de tais relações de troca, que se configurariam "desiguais" e nocivas para o nordeste, perpetuando a estagnação econômica desta região frente à prosperidade do centro-sul, algo que ameaçaria a integração nacional. Politizando e dramatizando mais o discurso em relação ao documento oficial "uma política de desenvolvimento para o Nordeste", falando em "tendência à exploração", a principal conseqüência negativa para ele deste processo, que não é tanto a estagnação do nordeste , mas sim a ameaça à integridade nacional:

> "Não podem coexistir, no mesmo país, um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração"[109]

[108]FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 11-12
[109]FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 13

(...)

> "A desigualdade econômica, quando alcança certo ponto, se institucionaliza. Tal fato, que observamos nas sociedades humanas – a tendência das desigualdades a se institucionalizarem e a formar classes - também pode ocorrer entre as regiões do mesmo país. Quando a desigualdade entre níveis de vida de grupos populacionais atinge a certos limites, tende a institucionalizar-se"[110]

(...)

> "Se tal fenômeno vier a ocorrer no Brasil, país de grande extensão geográfica, a formação de grupos regionais antagônicos poderá ameaçar a maior conquista de nosso passado: a unidade nacional"[111]

É neste quadro analítico e "justificador" que estará inscrito o Nordeste, seus sertões e a Operação Nordeste. Para que tal situação seja atenuada, ou revertida, para que não haja "ameaça" à unidade nacional, deve-se empreender ação planejada, uma intervenção estatal capaz de mudar vetores e lançar as bases de uma nova situação econômica nordestina, de uma política capaz de libertá-lo da camisa de força das disparidades regionais:

> "E quando um fenômeno econômico [disparidades regionais] desta ordem obtém sanção institucional, sua reversão espontânea é praticamente impossível. Além disso, como os grupos economicamente mais poderosos são os que detêm o comando da política, a reversão mediante a atuação dos órgão políticos também se torna extremamente difícil"[112]

(...)

> "Estamos diante de um problema de grande complexidade. Nenhum de nós pode alimentar a ilusão de solucioná-lo a prazo curto. O que almejamos, o que pretendemos, é modificar a tal ponto a maneira de encarar o problema, que não seja possível voltar atrás. Como um astrônomo que, ao provocar pequena alteração na posição de seu telescópio, desloca a objetiva através de enormes distâncias siderais;

[110]FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 14-15
[111]FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 16
[112]FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 15

> acreditamos poder condicionar todo um processo histórico, modificando elementos estratégicos e alterando tendências de setores fundamentais"

Justifica-se a política de intervenção estatal no "problema" do Nordeste, de caráter eminentemente "racional" - técnico (o "astrônomo" e sua "objetiva") - capaz, ainda, de contornar, dificuldades acima das paixões políticas ou das brigas pelo poder, de estar "além" dos órgãos políticos. O modelo de "Superintendência", da Sudene, iria casar-se perfeitamente com esse modelo de ação estatal, com predominância sobre outros órgãos tais como DNOCS e DNER em relação a políticas para o Nordeste e com relativa autonomia, principalmente em relação à alocação de recursos. Além disto, A Sudene iria coadunar-se ao estilo marcadamente "Kubitschekeano" de governar, dando preferência a criar outros órgãos "contornadores" a reformar os já existentes.

Este aparelhamento estatal, "técnico" e autônomo basearia sua ação, como vimos, em um diagnóstico particular sobre o problema do Nordeste, e dentro deste, inevitavelmente, apareceria o "problema dentro do problema", os Sertões Nordestinos, mais uma vez, semi-áridos, pobres e superpovoados.

Com o mesmo estilo e argumentos, o autor analisa a "caatinga" do sertão nordestino

Retomando-a como o setor da pecuária, da subsistência e de alguma circulação monetária, a "caatinga" é novamente apresentada como o *hinterland* que, por ter absorvido a mão-de-obra expurgada pela decadência do açúcar e por ter um fácies climático-geológico específico, sujeito a colapsos periódicos de precipitação pluviométrica., configura-se como um problema de excesso populacional:

> "Essa economia do açúcar, baseada no aproveitamento das terras úmidas litorâneas, também permitiu o povoamento do *hinterland* nordestino, cuja pecuária forneceu ao litoral uma fonte de proteínas e um instrumento de trabalho – o boi. Esse povoamento se fez com uma técnica extremamente primitiva, à medida que o gado penetrou no interior o homem seguiu a boiada. O gado, ao encontrar a floresta amazônica, do lado do Maranhão, parou; e se deteve ao encontrar as regiões mais áridas da depressão sãofranciscana. Formou-se assim esse grande bolsão que é o Nordeste, particularmente o chamado Nordeste oriental, onde a população tem crescido sem cessar. Porque toda economia de exportação estimula a produção de gêneros em regiões marginais subsidiárias – produção esta que, em épocas de crise das exportações, involui para uma economia de subsistência. Esse tipo de economia permite um crescimento persistente da população, mesmo que sua produtividade se mantenha estacionária ou decresça(....)Se observarmos mais de perto o fenômeno,

> veremos que o crescimento da economia do Nordeste , em grande parte, foi tão-somente uma forma de decomposição e desagregação da economia açucareira"[113]

No entanto, as afirmações mais categóricas relativas à pobreza de sua base solo-agrícola estão mais atenuadas, embora ainda presentes, em relação ao documento "Uma Política de Desenvolvimento Para o Nordeste". Atenuadas em prol de um diagnóstico mais centrado na questão da produtividade e de aproveitamento de recursos, dentre eles a terra

Considerando esta região como uma região *sui generis* - semi-árida, e não "árida" – diferentemente do primeiro diagnóstico Furtado dá maior atenção a uma "relativização" da questão econômica. Abordando o problema da seca, afirma:

> "Ora, esse fenômeno não teria tanta gravidade se outro tipo de economia se houvesse formado no Nordeste, e não o que lá existe. E neste ponto reside a medula do problema que temos pela frente"[114]
>
> (...)
>
> "E se na caatinga existisse apenas uma economia pecuária, o fenômeno das secas estaria longe de assumir a gravidade com que se apresenta. Essa gravidade decorre da maior densidade demográfica da região, conseqüência de certo tipo de agricultura que lá coexiste com a pecuária".[115]

A "medula do problema" como colocada por Furtado consiste nesta imbricação de uma economia de pouca monetarização - quase em sua totalidade, combinando economia de subsistência produzida nos interstícios da pecuária – com a alta densidade demográfica decorrente de seu papel "absorvedor" de população da crise açucareira. A esta medula somar-se-ia o sistema climático-geológico específico de seu território, o que o sujeitava a crises de superprodução:

---

[113] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 21
[114] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 26
[115] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 27

> Se abstrairmos a chamada zona úmida do litoral e observarmos em conjunto o hinterland semi-árido, que ocupa praticamente todo o estado do Ceará, todo o Estado do rio Grande do Norte, grande parte dos Estados da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e uma pequena parte do Piauí, Sergipe e Alagoas – esse hinterland onde habitam uns 12 milhões de nordestinos – deparamos com extensa zona de um milhão de kms quadrados sujeita a colapsos periódicos de precipitação pluviométrica. Embora nunca seja total a queda de precipitação, em algumas regiões pode alcançar 90 por cento. A seca se configura quando a baixa da precipitação alcança 50 por cento em região suficientemente extensa para afetar algumas centenas de milhares de pessoas. Além da queda na precipitação, a seca também se caracteriza por maior irregularidade nessa precipitação. (...) O fenômeno da seca, na forma como se apresenta no Nordeste, é quase único em todo o mundo. Existe coisa parecida em certas regiões, como por exemplo no centro de Madagascar. Mas não existe paralelo, pelo menos em área tão extensa e tão povoada"[116]

Nesta zona "sui generis", o sertão nordestino - que Furtado chama por vezes de semi-árido e mais freqüentemente de caatinga - de fracos pastos, se formou um tipo de economia baseada na pecuária e na subsistência, economia e região estas "saturadas" de gente:

> "No período de chuvas, a caatinga esverdece e formam-se as pastagens. Se bem que fracos, em razão do longo período seco, os pastos comportam certa carga animal – e, conseqüentemente, também certa carga humana. Essa carga humana tem de ser, evidentemente, pequena"

Apesar de dar ênfase nesta palestra-documento à produção e à situação do sertanejo "pobre", mencionando de maneira menos explícita e dando menos ênfase a aspectos como "pobreza física dos solos" do que no documento original "Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste." Furtado se aferra ainda à questão da suposta alta densidade demográfica da região. Sem dar explicações suficientes sobre esta afirmação, o que se dá a entender é que a pouca potencialidade do sertão permanece ainda como um "dado", o que justificaria uma espécie de esvaziamento populacional "necessário economicamente".

Na questão econômica, o economista irá abordar, diferentemente do primeiro documento, o aspecto das relações sociais de produção como um outro ângulo do

[116]FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 25-26

problema sertanejo. Aqui, as relações de produção e até mesmo a questão da posse da terra aparecem:

> "A fazenda típica da região sertaneja combina a pecuária com o algodão-mocó, o trabalho assalariado na pecuária com a "meação" na agricultura. Se visitarmos uma fazenda dessas, encontraremos um conjunto de famílias de "moradores" – chamam-se moradores porque não são propriamente empregados, não têm salário monetário, são, digamos, sócios nos riscos e na venda da produção algodoeira, com direito a casa e a uma faixa de terra para lavoura de subsistência.(...)O algodão plantado dura vários anos – o meeiro faz a capinagem, cuida da plantação, faz a colheita é dono da metade do produto. O dono da terra tem a outra metade – mas o seu gado constitui para ele importante fonte de renda adicional, tanto mais que representa de certo modo um capital móvel, capaz de ser transferido, em épocas de seca, para pastagens melhores(...) Quanto ao meeiro de algodão, não tem outra fonte de renda além da meação, mas tem quase sempre o seu pequeno pedaço de terra, baixada ou várzea que seja, onde plantar os seus "legumes", para prover à sua alimentação e à de seus dependentes. E aí se fecha a economia. Ele planta para comer, mas também possui renda monetária."

Tal forma de utilização da terra e de relações de produção seriam, segundo Furtado, a essência do problema sertanejo. Não tanto pelas relações em si, mas pelos efeitos que esta provocou. Segundo o autor, tal formação social teria desencadeado uma fixação excessiva da população no sertão, e uma fixação de uma forma precária e vulnerável a qualquer colapso de abastecimento, como uma seca. Abordando um pouco das conseqüências deste fenômeno, o autor afirma:

> "A seca, que ocorre periodicamente, embora de forma imprevisível, não afeta gravemente o algodão-mocó, que é uma xerófila(...) A Produção de alimentos é a mais afetada. A grande massa de meeiros fica praticamente sem ter o que comer. Meio século de "Obras contra as secas" em nada modificou esse elemento do problema, que, com o crescimento da população, tende a agravar-se dia-a-dia, ou melhor, de seca em seca. Não tendo o que comer, não adianta sequer ao homem ficar à espera da renda proporcionada pelo algodão. É esse o homem que sai para a estrada, que se "retira", em busca de alguma fonte de emprego que lhe permita sobreviver."

Deste modo está esboçado o quadro do "problema" sertanejo, como uma economia inadaptada ao meio e ao clima. Tal diagnóstico, pelo menos da forma como foi apresentado, se afasta, de maneira que chega a ser um pouco surpreendente, do

diagnóstico anterior do documento do GTDN que dava muito maior peso à questão da pobreza da base física do solo dos sertões em particular, e mesmo do nordeste em geral, excetuando-se a faixa dos massapês.

Furtado irá pautar a forma de operar sobre a economia sertaneja, para se tentar criar uma economia resistente às secas. Para tanto, de forma um pouco surpreendente, defende a necessidade de se realizar estudos sobre a caatinga, que "encerra ainda muitas possibilidades"[117]:

> "O sistema econômico que existe na região semi-árida do nordeste constitui um dos casos mais flagrantes de divórcio entre o homem e o meio, entre o sistema de vida da população e as características mesológicas e ecológicas da região. Já nos referimos a este fenômeno extraordinário de adaptação da flora ao clima, a caatinga, que representa toda uma riqueza vegetal. Esses recursos vegetais, todavia, ainda não foram devidamente estudados. Ainda não se pensou em criar uma economia da caatinga. Explora-se de modo rudimentar o algodão-mocó e algumas outras xerófilas. Mas a caatinga encerra ainda muitas possibilidades, e pode proporcionar forragens arbóreas, resistentes às secas. Alguns idealistas têm procurado contornar a falta de estudos introduzindo plantes exóticas , como a algaroba, que está penetrando no sertão. A verdade, porém, é que após 50 anos de lutas contra as secas, continuamos sem saber qual o tipo de economia que pode subsistir na caatinga."[118]
>
> (...)
>
> "Em síntese: sendo pobre a base agrícola da economia do Nordeste, devemos envidar esforços para ampliar essa base, conhecendo melhor os recursos naturais da região. Só mediante persistente estudo do meio, do desenvolvimento de técnicas agrícolas adaptadas às regiões tropicais, teria sido possível criar no Nordeste condições para a formação de uma economia de alta produtividade. Ao invés de procurar conhecer melhor o meio, de desenvolver técnicas de produção próprias, limitamo-nos a transplantar soluções. Particularmente nos últimos dois decênios, acentuou-se a tendência ao abandono dos estudos de base, no âmbito da ação oficial no Nordeste."[119]

Entretanto, no plano de ação, as questões relativas ao solo e à densidade demográfica voltam a sobressair. A criação de uma economia "racional", de mais alta produtividade para o sertão, segundo Furtado, fatalmente implicaria em uma redução do rebanho e criaria excedentes populacionais "que deverão ser absorvidos alhures". Novamente aqui, embora considerando a necessidade de "conhecer melhor a região" a

[117] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 30
[118] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 30
[119] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 32

condenação do sertão é retomada sem muita cerimônia, e produz-se a "deixa" para justificar-se a inclusão do Maranhão na região nordeste:

> "O Problema é simples. A atual fronteira agrícola do Nordeste foi estabelecida quando a técnica de deslocamento do homem era muito primitiva. O homem penetrou onde o gado podia penetrar. O gado foi detido nos contrafortes da selva. Mas, hoje em dia, dispomos de outras técnicas e podemos transpor esses contrafortes. Podemos fazer crescer o Nordeste. Podemos incorporar ao Nordeste precisamente aquilo que lhe falta: terras úmidas, terras com invernos regulares. Isso que o homem, com a técnica mais ou menos primitiva do século XIX, não conseguiu fazer, cabe-nos realizar agora, abrindo estradas adequadas, colonizando, organizando uma economia adaptada ao meio"[120]

À necessidade de conhecer melhor a região, seus recursos, mobilizando crédito e assistência técnica estatais e à necessidade de se ampliar a fronteira agrícola nordestina, incorporando terras úmidas do Maranhão iria juntar-se uma outra, que, embora o autor advirta que não se pode tomá-la como um postulado a priori, configura-se como central no projeto de Celso Furtado: A necessidade de forte aumento de investimentos industriais, que, segundo o autor, seria a única medida capaz de aumentar radicalmente a produtividade nordestina e a única capaz de absorver a massa já excedente nas partes urbanas da região, essa espécie de *lumpemproletariado* flutuante pelas ruas das grandes cidades.

> "Portanto, a terceira linha de ação é a de um forte aumento dos investimentos industriais na região. É a linha de industrialização do Nordeste. Mas não se deve aceitá-la como um postulado, a priori, e sim como decorrência da própria transformação da economia nordestina. Essa industrialização tem como primeiro objetivo absorver a massa enorme da população que já está sobrando nas zonas urbanas da região. Estima-se que há mais de meio milhão de pessoas, em idade de trabalhar, quase totalmente desocupadas, flutuando nas cidades do nordeste. Só se poderá dar emprego a esta população por meio de um grande aumento das atividades do setor secundário, isto é, nas indústrias."[121]

[120]FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 33
[121] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 33-34

É neste ponto que a questão agrária e do abastecimento irão se imiscuir no projeto do autor. Embora haja a "recomendação" de não se colocar a industrialização como uma necessidade a priori, claramente, o texto e o projeto estão estruturados a colocar a industrialização como "o" instrumento capaz de tirar o Nordeste e seus sertões de sua triste condição. A questão agrária será abordada pelo autor como subordinada à questão industrial, como uma base de funcionamento desta, como algo que deve estar voltado para seu funcionamento:

> "A terceira linha de ação é, portanto, um grande aumento dos investimentos industriais para absorver a crescente população semimarginal, e também um esforço para diminuir a disparidade de ritmo de crescimento entre o nordeste e o Centro-sul. (...) mas não será possível seguir essa linha de ação, no setor industrial, se não resolvermos outro problema – o do abastecimento de alimentos nas zonas urbanas do Nordeste. Poder-se-ia argumentar que devemos começar pelos alimentos, porque é este o aspecto fundamental para o homem. Mas, como economista, quero demonstrar que, ou aumentamos a produção de alimentos na região, resolvendo o problema agrícola, ou a industrialização não poderá realizar-se. E se não se realizar a industrialização, não haverá desenvolvimento no Nordeste."[122]
>
> (...)
>
> "O ponto nevrálgico da economia nordestina está, portanto, em sua agricultura. Se não resolvermos o problema da utilização adequada das terras da faixa úmida – subutilizadas nos grandes latifúndios do açúcar e nos chamados vales úmidos da zona litorânea – não poderemos criar, no Nordeste, uma indústria capaz de sobreviver."[123]

Apesar de usar termos como "subutilização" e "latifúndio", Furtado empresta a estes significados mais técnicos que políticos. Ao falar de agricultura e por estar numa "apresentação" da operação nordeste inevitavelmente teria de abordar o tema de que fugira no documento do GTDN e nos debates sobre o tema do problema nordestino. O tema dos latifúndios, da estrutura agrária e das relações de produção no campo são apresentados pelo Economista muito mais como uma limitação do que como um nó estrutural da economia brasileira. O autor busca, ao falar destes temas delicados, reforçar sua posição de "técnico", relativizando tais termos, falando em lados positivos

[122] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 36
[123] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 37

e negativos, tal como afirma em relação aos latifúndios açucareiros da zona da mata; "O mal maior não está em que seja latifúndio, mas em que seja açucareiro"[124].

Ao fazer apreciações sobre a necessidade ou não de uma reforma agrária Furtado tenta, através de um contorcionismo teórico separar o "lado econômico" do lado político da questão:

> "Temos de acabar com a lenda de que as terras só produzem açúcar, não dão outra coisa. Temos de estudar os solos e aproveitar muito mais racionalmente o conjunto das terras, e isto sem prejudicar em nada o atual plantio de cana. Introduzindo a irrigação, como se começa a fazer, é possível reduzir a extensão do plantio de cana, elevando os rendimentos por hectare, que ainda são baixíssimos no Nordeste, e aumentando a disponibilidade de terras para outros fins. Se para tanto é necessário tomar as terras das mãos do fazendeiro, impor a apropriação ou desapropriação pelo Estado, esse já não é um problema econômico mas um problema político(...) O que tenho a dizer, com toda a franqueza, é que se a grande maioria quiser adotar esta ou aquela solução, por exemplo, tomar as terras de uns e dar a outros, não sou eu quem vai se opor a isso, nem o técnico, nem o indigitado latifundiário. O que não posso é acobertar, na qualidade de técnico, uma bandeira política qualquer. Antes teria de dizer que falo como simples cidadão ou aprendiz de político"[125]

Tal afirmação não deixa de ser surpreendente, já que poucas linhas antes o autor afirmava:

> "Mas, vamos ver o lado negativo do latifúndio açucareiro. O dono da terra não permite, por princípio, quase por doutrina, que se plante coisa alguma a não ser açúcar. O morador, mesmo que haja terra disponível, não ocupada pela cana-de-açúcar, não pode plantar outra coisa. Primeiramente, porque o proprietário da terra tem medo que o indivíduo crie qualquer benfeitoria e ao sair queira indenização; em segundo lugar, porque quer que o morador plante cana. De modo que há tremenda resistência contra toda forma de cultura que não seja açúcar"[126]

É com esta perspectiva tecnicista e relativizante, e através destes contorcionismos, envolvendo a questão da terra e da reforma agrária que Celso Furtado faz a análise da questão agrária na "caatinga". O autor identificará nesta região uma estrutura agrária irracional em relação às suas condições climato-geológicas. Economia,

[124] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 61
[125] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 62-63
[126] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 61-62

condições mesológicas e demografia mais uma vez se coadunam, sob uma roupagem de coloração mais política que no documento do GTDN , para apresentar o mesmo diagnóstico que condena a densidade demográfica do sertão. Oscilando em julgamentos sobre a caatinga, o autor apresenta sua visão de reforma agrária, técnica::

> "Na economia da caatinga, a divisão de terra seria o tiro de misericórdia na economia, inclusive com a possível liquidação da pecuária. Reforma agrária, para o homem da rua, significa divisão da terra, eliminação do proprietário do latifúndio, eliminação da renda da terra. Se fizéssemos isso na caatinga, nós a despovoaríamos, desorganizando completamente a economia da região, o que seria grave erro. Dadas as condições ecológicas da caatinga e dado o tipo de técnica que ali se utiliza, a subdivisão das terras viria despovoá-la porque nenhum homem pode subsistir na caatinga com uma propriedade pequena, mesmo média. Uma propriedade de 25 hectares, na região, somente provida de uma tomada de água pode subsistir. A unidade de produção na caatinga, para subsistir, precisa ser relativamente grande, pois as terras são pobres e, de certo modo, têm de compensar em quantidade sua deficiência qualitativa."[127]

A reforma agrária possível na caatinga para o economista, configurar-se-ia como uma reforma em prol da média propriedade, de um modelo de propriedade mais "racional" em oposição ao minifúndio insuficiente e irracional, de baixo nível de produtividade. Para ele o "racional" se configura em relação ao potencial agrícola da região, ao que, no entender do economista, seria "possível" produzir:

> "Assim sendo, na caatinga não se poderia jamais caminhar para a pequena propriedade, porque a pobreza do solo, o clima da região e a pequena carga animal que suportam os pastos não permitem uma economia de grande densidade demográfica. Ao contrário, é preciso reduzir a carga da população sobre os recursos. (...) Para implantar nessa área uma economia desenvolvida, de alta produtividade, que possa, portanto, proporcionar salários mais altos, devemos partir de uma unidade de produção agrícola de tamanho médio, ou de dimensões a determinar, de acordo com a subregião."

A questão do despovoamento, entretanto, parece um pouco deslocada, pois, linhas acima, o autor demonstrava uma "preocupação" quanto ao possível "despovoamento" da caatinga caso fosse realizada uma reforma agrária segundo as

[127] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 57

concepções do "homem de rua". A preocupação logo se desvanece nos parágrafos seguintes, onde justamente se propõe a redução de "carga populacional" da região:

> "Para adotar essa economia de mais alta produtividade, na caatinga, como em qualquer parte do mundo, é indispensável reduzir a quantidade de gente. Porque o processo de evolução na agricultura, o meio normal de desenvolvimento agrícola, é a substituição de uma forma primária de energia por outra mais complexa(...) o homem, como fonte de energia, se libera das fainas agrícolas, de tal sorte que, em qualquer país desenvolvido, muito pouca gente trabalha na agricultura. Os Estados Unidos, por exemplo, com uma economia agrícola poderosíssima, têm somente 8% da sua população ativa trabalhando na agricultura. No estado de São Paulo vamos encontrar 42%; no Nordeste são 75%. Essa é a forma de evolução."[128]

Esta estranha recorrência, estranho contorcionismo, onde, ao mesmo tempo critica-se e pugna-se por um "despovoamento" só pode ser entendido no quadro da importância que Furtado dá à industrialização. A mão-de-obra liberada só poderia ser absorvida pela indústria, carro-chefe do desenvolvimento. Assim, a reforma agrária "racional" passa a ter um fim "racional", dar base e estar subordinada à industrialização. A população "excessiva" do sertão teria, portanto dois caminhos "aconselháveis", ir para o Maranhão ou "urbanizar-se".

O Sertão que (re)aparece nesta palestra-documento, apesar do tom do discurso, é um sertão mais uma vez condenado a desaparecer. A perspectiva "técnica" que Furtado apresenta da reforma agrária, que faz parte de sua estratégia de evitar o lado político desta, o que o obrigaria a tomar posição mais firme acerca da estrutura da propriedade e das relações de produção, pontos explosivos dos quais tentou fugir até perto do Golpe Militar, não deixa escolha ao sertão. Suas afirmações de melhor conhecimento da região aparecem neste ponto deslocadas e fora de propósito, pois o diagnóstico fundamentalmente não mudou e não poderia mudar, a não ser que se mudasse grande parte dos pressupostos básicos da criação da Sudene. Para justificar sua posição, o autor aferra-se ao discurso técnico, à técnica, pretensamente neutros por serem "científicos". Este seu colocar a técnica separada e, em minha perspectiva, acima da política tornou-se posteriormente o grande telhado de vidro de suas obras,

[128] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 58

juntamente com sua famosa característica de não citar ninguém em seus textos e a característica comum aos “grandes” intelectuais de nunca admitir equívocos.

Fugir da questão insofismável da reforma agrária custaria caro à coesão e coerência de sua obra, fato incrivelmente ignorado por muitos de seus exegetas. Com o poder que obteve e com o prestígio que tinha, seu silêncio custou caro também aos que pugnavam pela reforma agrária “social”, atropelados pela repressão e pelo complexo agro-industrial da ditadura.

Neste sentido, o debate paradigmático ocorrido em abril de 1959 entre Josué de Castro e Celso Furtado ganha ares de crônica de uma tragédia anunciada, tragédia esta que o próprio Furtado abordaria, embora essencialmente culpando os outros e as circunstâncias, contando a melancólica destruição de seus sonhos, contando suas fantasias desfeitas, porém sem avaliar os efeitos da aplicação de seus projetos desenvolvimentistas. Talvez fosse esperar demais que Furtado admitisse debater outros caminhos alternativos de desenvolvimento, como os propostos por Josué de Castro, seu principal interlocutor nos projetos sobre sertão e nordeste.

No capítulo IV transcrevo como anexo o debate que Celso Furtado “esquece” ter havido, em entrevista concedida em 1998.

IV- Celso Furtado e Josué de Castro – debate, controvérsias e esquecimentos

Em Agosto de 1998, Celso Furtado concedia uma entrevista a Manoel Corrêa de Andrade, Maria da Conceição Tavares e Raimundo Rodrigues Pereira que abordava o tema do Nordeste. Abordava justamente, dois dos grandes "problemas" sofridos por esta região ao longo de sua história e que seriam os elementos do sugestivo título deste livro: *Seca e Poder*[129].

Nesta entrevista seriam abordadas as principais experiências e idéias do autor quanto a estes dois temas. Seriam rememorados aspectos desde sua experiência com a SUDENE até idéias e opiniões quanto à situação do Brasil e do nordeste de então(1998). Nesta entrevista, deixa transparecer a magnitude do impacto da seca de 1958 e sua importância quanto à instituição da "Operação Nordeste". Uma seca que pegara "desprevenida" a euforia desenvolvimentista do governo JK, obrigando o "poder" político a movimentar-se contra a seca:

> "Houve a seca de 1958. Por causa dela, Juscelino me chamou, pois precisava fazer alguma coisa. Eu era diretor do BNDE [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico] naquele momento. Então, disseram ao presidente que havia uma pessoa que entendia daquilo tudo e de planejamento. Essa era a minha área, na qual me especializei nas Nações Unidas. Disseram-lhe que eu poderia fazer um plano para o Nordeste."[130]

A seca e a "movimentação" do governo JK ante a calamidade provocaria a agitação de interesses e posições políticas históricas em relação ao Nordeste, sejam posições tradicionais, sejam posições progressistas. Partidários de uma ou outra linha se movimentavam e se concentravam ante a possibilidade de uma intervenção planificada no Nordeste e no sertão nordestino. Tal possibilidade acirraria os ânimos e geraria pressões, sentidas fortemente por aquele que estava à frente da "Operação":

---

[129] TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Corrêa de & PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Seca e Poder; entrevista com Celso Furtado* – São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998

[130] TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Corrêa de & PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Op Cit* pp 61

> "Eu apareci como um meteoro, ninguém me conhecia, pois eu tinha vivido no estrangeiro. Eu me recordo que quando saiu no jornal a notícia de que eu faria um plano para o Nordeste, recebi enormes pressões, queriam falar comigo. Como pode? O pessoal de Pernambuco perguntava como um indivíduo que ninguém sabia quem era poderia opinar sobre o Nordeste. Havia perplexidade."[131]

Inevitavelmente, portanto, tal clima tenso incitaria ao acirramento de posições em relação ao debate e às ações em torno da política de desenvolvimento, várias vozes de diversos matizes políticos apareceriam com força em meio a este debate e a estas ações e Celso Furtado figuraria então com destaque em meio a nomes e posições teóricas de prestígio:

> "Eu sabia que aqui muita gente era pessimista com respeito ao país. Eugênio Gudin, por exemplo, achava que a raça era inferior, que o clima era inadequado, e outros economistas da época pensavam da mesma forma. Quis buscar uma explicação. E foi aí que comecei a perceber que a classe dirigente brasileira era incapaz, que no Brasil faltava liderança, faltava uma política de industrialização, faltava alguma coisa para romper essas amarras. O Brasil começou a se soltar depois da segunda guerra mundial(...) Daí a criação do BNDE e do Banco do Nordeste. É que havia muita fé no desenvolvimento e nas possibilidades do desenvolvimento. Tenha em conta que nesses primeiros dez anos após a segunda guerra mundial o Brasil passou na frente de todos os demais países latino-americanos, porque teve uma política de industrialização."[132]

Furtado se lembra bastante bem, como não poderia deixar de ser, de alguns dos principais intelectuais, debates e ações políticas da época. No entanto, sua memória, surpreendentemente, não se revela tão boa quanto a alguns campos do debate em torno da idéia do desenvolvimento e da direção e premissas a serem seguidas numa política desenvolvimentista. Neste largo campo de debate, dentre as ausências de temas e debates, sobressai um "esquecimento" um tanto surpreendente, o "parcial esquecimento" de um debate e de um interlocutor direto dos planos de desenvolvimento do Nordeste , Josué de Castro.

Perguntado a respeito de uma possível querela em torno do tema da transferência de populações e da suposta pobreza física do solo nordestino com Josué de Castro, Furtado afirma:

---

[131] TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Corrêa de & PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Op Cit* pp 61

[132]TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Corrêa de & PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Op Cit* pp 62

> "Não me recordo. Mas para falar a verdade, isso é uma questão de senso comum, todo desenvolvimento engendra redução de população rural. No mundo inteiro é assim , sem exceção, a menos que a região seja, desde o início, colonizada como foi Israel. A população do Brasil, na época em que criei a Sudene, era 70% rural"[133]

Tal "esquecimento" se revela um tanto surpreendente, pois em torno destes temas foi travado um caloroso debate entre os dois intelectuais. E se revela estarrecedor, já que algumas páginas depois, nesta mesma entrevista, Furtado diz:

> "Visitei todo o Nordeste em 1958 e acumulei material e informação. Fiz o texto, então, do trabalho "Uma nova política para o Nordeste", que despertou um grande interesse pela região. Muita gente começou a escrever também, Josué de Castro tinha escrito Geografia da Fome, que é um livro muito interessante, mas de uma pessoa que não tem conhecimento técnico – ele era médico e não economista. Mas tinha uma imaginação muito forte e intuiu muita coisa certa. Houve outros também, como Guimarães Duque, que foi meu mestre. Lendo os trabalhos dele aprendi muito sobre o Nordeste"[134]

Algumas páginas mais à frente, perguntado sobre a querela da transferência de populações com Josué de Castro:

> "Raimundo Rodrigues Pereira – Do que você lembra do livro de Josué de Castro, ele achava que a população poderia e deveria ser mantida lá?
> Celso Furtado - É. Eu acho que sim. Os políticos estavam contra. Esvaziar era diminuir o curral eleitoral deles. Não sei o que pensava Josué quando escreveu isso, mas é verdade que eu encontrava resistência de muitos os lados"[135]

Em uma outra oportunidade, participando de uma homenagem ao seu interlocutor, por ocasião dos dez anos de sua morte, Furtado reconhecia sua importância no cenário intelectual e no debate sobre o desenvolvimento do Brasil e demonstrava conhecer sua obra:

> " Esse foi o grande momento de sua vida. Foi quando ele compreende que se para uma parte da humanidade os problemas de nutrição decorriam da própria afluência, da abundância, para outra parte enorme da humanidade decorriam da pobreza, da insuficiência. Ele, por esses momentos de intuição genial que alguns homens têm,

[133] TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Corrêa de & PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Op Cit* pp 46
[134] TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Corrêa de & PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Op Cit* pp 64
[135] TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Corrêa de & PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Op Cit* pp 75

> percebeu que faltava um conceito no estudo dos problemas sociais, que era o conceito de Fome. Foi um dos livros(Geografia da Fome), mais marcantes do século. E havia exatamente introduzido um conceito que permitia superar as fronteiras das Ciências Sociais, unificá-las e iria representar um grande passo no caminho do que será um objetivo muitos anos depois, que á a interdisciplinaridade no campo das pesquisas e das ciências sociais. Daí seu interesse pela geografia humana, pela economia, pela demografia. Em todos os campos atua como intuitivo, com coragem intelectual, como curioso, mas como um homem vindo de nenhuma disciplina rígida das ciências sociais e estava aberto à improvisação e, portanto, ao exercício da imaginação do campo na forma mais ampla. Ele nos dá, portanto, uma lição das próprias limitações que nos criam a compartimentação nas Ciências Sociais que induzem a certos prejuízos metodológicos"[136]

De difícil compreensão tornam-se, portanto, estes "esquecimentos" do economista Celso Furtado ante temas e personalidades reconhecidamente – inclusive por ele mesmo – de grande relevância no debate desenvolvimentista que tomou lugar com a Instituição da Operação Nordeste. No entanto, tais lapsos de memória podem ser compreendidos se abordarmos os pontos que estavam em jogo neste debate. Como abordado mais acima, a lógica da reconstrução de memórias, da construção de um discurso sobre a realidade, sobre o papel de homem público e da construção de uma visão sobre um tema, no caso abordado, a visão de Celso Furtado sobre as potencialidades da terra e do homem do sertão nordestino, são imperativos para iluminar aspectos da política desenvolvimentista sobre o semi–árido do nordeste. Entretanto, além disso, pode-se dizer também, em relação a estas políticas, que os "esquecimentos" também têm grande importância pois se dão em torno dos temas mais polêmicos que envolviam a Operação Nordeste e temas que, conforme abordado acima, envolviam uma tomada de posição de Celso Furtado para com a região fluida semi-árida nordestina. Posições estas que envolviam desde a fé no acerto das teorias e na racionalidade científica e econômica como instrumentos capazes de estar acima de "paixões" ou "preconceitos", passando pela fé cega nos efeitos "multiplicadores"(não só econômicos, mas também políticos) de uma política de industrialização, chegando até a suposição da "pobreza física" do solo nordestino e à proposta de transferência de populações sertanejas nordestinas para o Maranhão.

---

[136] Pronunciamento feito por Celso Furtado na Faculdade C6andido Mendes em 1983 por ocasião dos dez anos da morte de Josué de Castro. Este trecho encontra-se transcrito em *Josué de Castro: Por um mundo sem fome* – Projeto Memória 2004 Petrobrás/Ministério da Cultura. Pp 35-36

A despeito do "esquecimento" de Furtado em relação às polêmicas, o debate aconteceu , diretamente, entre Ele e Josué de Castro. Em abril de 1959 dois nomes e duas opiniões se confrontavam e debatiam, com projetos e pontos-de-vista distintos, uma política para o futuro do Nordeste em geral e do semi-árido nordestino em particular.

Operação Nordeste: Dois Nomes e Duas Opiniões

Em abril de 1959, ainda sob o grande impacto do lançamento da Operação Nordeste, iam a debate direto sobre o tema, no programa "Cartas na Mesa" da rádio nacional, o "comandante" da Operação, Celso Furtado, e o homem público, o parlamentar e cientista Josué de Castro. Era a grande oportunidade, para ambos os intelectuais e homens públicos, de expor suas idéias e posições. Para Furtado, era a oportunidade de divulgar os pressupostos da "Operação" e se fazer conhecido – através de uma grande e prestigiada emissora de rádio - junto ao grande público, já que aparecera "como um meteoro" na cena política brasileira. Para Castro era a oportunidade de expor e debater diretamente suas "reservas" para com o plano de desenvolvimento elaborado pelo economista visando o Nordeste.

O debate estruturou-se em torno das reservas[137] de Castro em relação ao plano, que se dão, principalmente, em relação a: deslocamento da fronteira agrícola (que engloba a questão do suposto excesso de população e do emprego da mão-de-obra); a suposta pobreza física nordestina e a concepção de reforma agrária.

Pobreza física, deslocamento, mão-de-obra e população

A primeira grande reserva de Castro apresentada ao economista Celso Furtado se refere a um dos pontos chaves da concepção do economista sobre o sertão nordestino,

[137] A palavra "reservas" usada por Castro é um tanto "eufemista" para expressar o real teor das críticas feitas ao plano de Furtado. Na verdade, tais "reservas" seriam mais bem denominadas de "divergências". No entanto, para seguir as regras de polidez em um debate a um tempo político e acadêmico e com a intenção de deixar claro que sua divergência não era completa e que aplaudia a iniciativa de se "olhar pelo nordeste" Castro preferiu utilizar o termo "reservas"

a questão da suposta "pobreza física", "pobreza do fator terra", fator supostamente constituinte do Nordeste em geral e do sertão nordestino em particular:

> "(...) São os seguintes, Dr Celso Furtado, os pontos em que foram levantadas reservas: (...)Em primeiro lugar, o relatório afirma e quase que tem uma de suas diretrizes de base no conceito de que existe no nordeste um excesso relativo de população. Em face disto, a "Operação Nordeste", ao mesmo tempo em que tenta impulsionar a economia local, tenta deslocar esse eventual excesso de população , disseminando-a numa área maior – como diz o relatório – procurando ampliar as fronteiras do Nordeste. De qualquer forma, haverá uma mudança na atual distribuição dessa população. A reserva neste caso é que não estamos de acordo em que haja esse excesso de população e debateremos o problema no momento oportuno. (...)O segundo ponto é aquele em que o relatório, ao analisar as causas fundamentais do marasmo econômico do Nordeste, da defasagem entre a economia do Nordeste e o sistema econômico do Sul, baseada principalmente na subprodutividade regional, diz que esta subprodutividade visivelmente é conseqüência da pobreza física: mais da pobreza física do nordeste do que das condições econômico-sociais. Entre as condições econômico-sociais não faz nenhuma referência ao tipo de estrutura agrária da região, que eu considero – e levantei o problema – extremamente grave, como fator de estrangulamento da economia regional pelo seu arcaísmo. A nosso ver o sistema de "tenença" da terra no Nordeste me parece um fator que precisa ser modificado, sob pena de dificilmente termos um rendimento positivo na Operação Nordeste.(...)O terceiro ponto é aquele em que o relatório preconiza que na zona semi-árida do sertão do nordeste se concentrem todos os esforços na exploração do cultivo das plantas xerófilas. Essa zona, como nós sabemos, é até hoje uma zona de exploração econômica mista, de agropecuária, de uma agricultura extensiva, realizada através de processos primários e de uma pecuária também primária, com processos rudimentares, sem seleção dos rebanhos, sem outros atendimentos, sem estabulação. Sugere o relatório que se transforme esta região em uma região de agricultura de plantas xerófilas, principalmente das do algodão e outras fibras. Também aí fazemos uma certa reserva. Considerando a gravidade do problema do abastecimento do Nordeste, somos de parecer que esta região, na parte que pudesse ser irrigável, deveria ser aproveitada também para as culturas de sustentação(que são altamente rendosas neta região) através de um tipo de agricultura superintensiva, como estão fazendo outros países do mundo"[138]

Respondendo e reafirmando os diagnósticos feitos no documento oficial "Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste" o economista afirma:

> "Sabemos, modernamente, existir um elemento que determina a forma, como é economicamente possível combinar os fatores de produção. Esse elemento é a técnica. Ë a tecnologia que tem de ser absorvida. Ora, a tecnologia que nós absorvemos no Brasil, numa economia subdesenvolvida como a nossa, não é exatamente a tecnologia que corresponde à disponibilidade relativa de fatores. Não é a tecnologia que corresponde, digamos assim, à constelação de fatores que aí temos.

[138] FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Operação Nordeste: Dois Nomes e Duas Opiniões* in *O Observador Econômico e Financeiro,* Rio de Janeiro Abril de 1959 núm 278 pp 26-33 pp 27

> E, por isso, temos aquilo que os economistas chamam um desequilíbrio ao nível dos fatores de produção Esse desequilíbrio ao nível dos fatores de produção significa, simplesmente, que nós jamais poderemos conseguir o pleno emprego de todos os fatores. Se empregarmos totalmente o capital disponível não poderemos empregar a totalidade da mão-de-obra. E se quiséssemos empregar a totalidade da mão-de-obra teríamos que regredir na tecnologia a tal ponto que, por isso mesmo, não seria possível utilizar o tipo de capital, os equipamentos disponíveis. (...)Desse desequilíbrio resulta o que chamamos de um excedente estrutural de mão-de-obra. Eu fiz uma tentativa um tanto audaciosa de inovação, em meu informe, para medir esse excedente apenas nas zonas urbanas do Nordeste. Na zona urbana o emprego deriva primariamente da indústria e secundariamente de serviços ligados à indústria e finalmente de outros serviços que estão ligados ao nível de renda da população. Há uma certa interdependência entre os serviços ligados à indústria e o nível de renda e, portanto, os outros serviços. Daí, haver uma certa interdependência entre todos os serviços e o emprego da indústria.(...) Dando um passo adiante nas observações eu chamaria a atenção para um outro aspecto da questão de excedente populacional, que é aquele que chamei de deslocamento de fronteira agrícola. Na verdade, se se considera que o Nordeste é um sistema econômico relativamente pobre do fator terra – porque esse é um princípio básico de toda a nossa concepção do problema – se se tem um excedente estrutural, relativamente ao sul do Brasil; se é possível incorporar esse fator terra ao sistema econômico nordestino ; se é possível aumentar a oferta de terra , obviamente estaremos caminhando para uma possibilidade de combinação mais harmônica dos fatores. Daí a concepção de deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste. Trata-se de incorporar ao Nordeste aquilo que é escasso no Nordeste, que são as terras úmidas, as terras com precipitação pluviométrica regular.
> Esse problema do deslocamento da fronteira agrícola leva-me diretamente àquele outro que o professor Josué de Castro muito bem levantou do aproveitamento das terras semi-áridas do polígono das Secas”[139]

Emergem, já de início, duas concepções que, embora comunguem de certas perspectivas quanto à questão do desenvolvimento, se configuram como bastante distintas quanto a concepção de “caminhos” a serem trilhados em sua direção, principalmente em relação ao Nordeste e seus sertões. Ë de grande importância mapear tais perspectivas diferentes pois estas se configurarão em dois projetos de desenvolvimento que, embora partam de um mesmo pano de fundo de um diagnóstico “dualista”[140], tomam perspectivas e caminhos distintos quanto a pontos chaves do

[139] FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Op Cit* pp 28

[140] A perspectiva teórica “dualista” concebe a formação histórica brasileira e sua estruturação econômica como um processo onde a um sistema econômico moderno e “rentável” se superpõe um sistema econômico “arcaico” ou “de subsistência” de tênues ligações com o moderno. Tal perspectiva se tornou “clássica” principalmente na análise das diferentes estruturações econômicas brasileiras, mormente a diferença entre “sertões” e litoral. O dualismo concebe a existência de uma espécie de “sistema feudal” no interior nordestino, fechado(não monetarizado, fechado e de subsistência, como na idade medieval européia), de relações sociais de cunho feudal (onde a “parceria” o “foro” , o “arrendamento” seriam os correlatos brasileiros das relações de servidão da idade média européia) e isolado do seu entorno. Tal perspectiva do “feudalismo brasileiro” recebeu críticas teóricas e metodológicas profundas, que afirmavam as diferenças entre o sistema brasileiro e o sistema europeu, afirmando energicamente o caráter capitalista de todo o sistema econômico brasileiro e o papel de “complementaridade” que a economia interiorana exercia em relação à economia do litoral. Dentre estas críticas, se destaca a “Crítica

processo de desenvolvimento. Enquanto Celso Furtado parte da questão física como um dado fundamental do problema, Castro parte da questão social. Na perspectiva de Furtado, o problema físico, a pobreza física, determina de antemão a possibilidade de aproveitamento de fatores, ou seja, mormente mão-de-obra, insumos e tecnologia. Com a base estrutural pobre, torna--se necessário ampliar esta base, torna-se necessário incorporar novos fatores, que, na visão do economista, seriam as terras úmidas do Maranhão. Outro aspecto importante que emerge desta perspectiva de Furtado é o "pouco futuro" que enxerga na questão agrícola como fator. Tal questão aparece, conforme abordei mais acima, subordinada à "multiplicadora" industrialização. Deve produzir em função de fornecer à indústria os insumos necessários, alimentos e matéria-prima, à produção e à "baixa de custos". Furtado concebe a industrialização como a única capaz de absorver grande parte do excedente estrutural de mão de obra, sendo o restante absorvido através do deslocamento de populações para o Maranhão no intuito de produzir alimentos e insumos para a própria indústria. No jogo de "soma zero" de Furtado a "pobreza física" e o "excesso de gente" são "dados puros", realidades insofismáveis e objetivas que só uma política de industrialização poderia contornar.

Josué de Castro, ao partir das questões sociais, concebe a questão da "pobreza física" e do "excesso de gente" como algo extremamente relativo[141]. Partindo do "homem social" concebe as "limitações" como algo que depende da técnica e das relações antes do que de algo "dado". Tais relações englobam não só as relações de trabalho entre homens, mas também as relações de propriedade entre eles o que o leva a considerar como o grande problema nordestino não a sua "pobreza física"- que negava desde seu trabalho "Documentário do Nordeste" e também em "Geografia da Fome" – mas suas relações de produção e propriedade, que perpetuavam uma situação de pobreza e falta de reservas para muitos.

Tais aspectos metodológicos se configuram de grande importância quanto à elaboração dos diferentes projetos de desenvolvimento, principalmente em relação à questão da mão-de-obra. Diferentemente de Furtado, Castro não vê nenhuma justificativa para a transferência de população devido a, principalmente, quatro

---

à Razão Dualista" de Francisco de Oliveira, que busca evidenciar a estreita ligação e complementaridade econômica existente entre sertões e litoral brasileiros.

[141] A perspectiva de Castro fica clara quando este afirma: "(...) *mas essa proporção* [quantidade de pessoas por terra ocupada] *eu considero um problema econômico humano e não um problema físico. Problema físico é o tipo de solo, sua fertilidade, seu potencial biótico. Nós podemos dizer que uma zona desértica é fisicamente pobre, em comparação com um vale úmido, desde que não haja água para irrigá-la.mas o volume de população que ela exige não pode ser incriminado de condição física. A população é uma condição humana, não física*". Furtado, Celso & Castro, Josué de – *Op Cit* pp 30

concepções suas: 1 – O Nordeste, e seu sertão, não é superpovoado, e sim, em muitos aspectos, subpovoado; 2- transferência de população para a região norte se configurou, historicamente, como uma medida inviável, cara, fora de propósito, antipatriótica e, sob certos aspectos, assassina; 3- A irrigação, se feita sob o signo da utilidade social, para o homem, poderia criar na zona semi-árida uma agricultura alimentícia, conforme havia abordado e relatado em Geografia da Fome e 4 – Devido a experiências que presenciou em outros países do mundo, principalmente na China, é possível a criação de uma agricultura superintensiva, que combine satisfatoriamente a mecanização e o uso de "gente", de braços humanos. Segundo Castro, portanto, o desenvolvimento do nordeste se faria, inevitavelmente, através da modificação da estrutura, das relações de trabalho e do uso social da terra, não descartando a industrialização, mas defendendo que, a condição fundamental para uma industrialização equilibrada e para uma dinamização da economia é uma reforma agrária social, pois considera que o desenvolvimento não se faz sem gente ou com gente faminta, vulnerável e sem-terra:

> "O problema que eu gostaria de chamar atenção é o seguinte: eu creio que o Dr Celso está de acordo que não se pode considerar que há excesso de população quando se faz um estudo comparativo de densidade de população entre o nordeste e várias outras regiões do mundo. O nordeste tem de ser considerado, dentro desse aspecto como uma região subpovoada, talvez uma região medianamente povoada, nunca uma região superpovoada. Isto é uma tese de princípio de geografia econômica ou geografia humana.
> Eu estou plenamente de acordo em que existe um excesso de mão-de-obra estrutural em face da falta de horizonte de trabalho, da falta de possibilidades, da falta de recursos, ou melhor, em face da falta de investimentos que tenham provocado a dinamização da economia daquela região. Isto significa que não há excesso de senão em face da improdutividade do Nordeste. Estou de acordo que no Nordeste o grosso da população não trabalha. Há o que se chama de desemprego disfarçado ou o subemprego, tanto na região urbana quanto na região rural. Quanto à região urbana, fui talvez dos primeiros a denunciar aquele fato das mocambópolis em torna da cidade em que nasci, o Recife, com cerca de 150.000 indivíduos vivendo nos mocambos, dentro do "ciclo do caranguejo"; marginais, sem terem nada que fazer a não ser pescar caranguejo, lançar os seus dejetos ali mesmo para o caranguejo comer e comer o caranguejo outra vez. É, por isso, que eu disse que ali tudo é, foi, ou vai ser caranguejo. E, como se sabe, o caranguejo caminha para trás.
> Não havia possibilidade nenhuma de desenvolvimento, senão de regresso econômico e social para aqueles grupos humanos. Longe de mim, portanto, ser contra a industrialização que deve absorver esse excedente de população, que não tem ocupação em face de ter sido expulso da zona rural por uma conjugação de fatores naturais e culturais; o fator natural do fenômeno da seca mais o fator de base que é o subdesenvolvimento da zona rural, a subprodutividade agrícola, o atraso econômico da região.
> Agora, pergunto eu, será esse desequilíbrio estrutural, impossível ou difícil de corrigir? Talvez seja mais fácil corrigi-lo do que deslocar essas populações, desde que o que visa exatamente o plano chamado Operação Nordeste é dinamizar a economia

> tanto rural quanto urbana da região de um lado através da industrialização e de outro lado através da utilização racional da terra."
>
> (...)
>
> "Eu daria o exemplo da China, que era considerada um país tipicamente superpovoado, com seus 600 milhões de habitantes- a maior massa de população do mundo – com algumas áreas com a densidade demográfica de 1500 pessoas por quilômetro quadrado (população rural, não urbana). Esta China é o país da superpovoação. País onde Malthus parecia ver consagrada a sua teoria, a China, com dez anos de trabalho intensivo de desenvolvimento econômico, tanto no campo industrial quanto no campo rural, veio provar que nem havia excesso de gente nem falta real de terra, como se apregoava. E a demonstração disso é que a china agora, nesse ano de 1959, vai cultivar apenas um terço das terras que eram cultivadas anteriormente. Um terço vai ser para a restauração de suas florestas. O outro terço vai ficar em repouso. A China, através dos métodos agrícolas superintensivos, sem máquinas, - (não é mecanização, mas uma conjugação de fatores de produção, de técnicas manuais) – aproveitando o seu aparente excesso de gente, pôde promover um tipo de agricultura superintensiva que absorveu uma grande parte de sua população. Sem absorver inteiramente a população, permitiu que uma outra parte fosse para a indústria. Reequilibrou esse excedente estrutural de mão-de-obra em face da aparente escassez de terra. Ora, como o plano do Dr Celso Furtado visa exatamente a um aproveitamento racional de recursos, não me parecesse que a premissa de um excedente estrutural de mão-de-obra autorize o deslocamento. A estrutura está em movimento. É dinâmica. É exatamente sobre essa estrutura que vamos agir."[142]

Tal perspectiva se configura como diametralmente oposta à perspectiva de Furtado. Esta oposição se configura de certa forma radical devido a algumas características intrínsecas da concepção de Furtado para além de sua suposição da pobreza física e estrutural do Nordeste.. As concepções do economista, por claramente evitar abordar a questão da "reforma agrária", reputando-a uma questão espinhosa e sujeita à "paixões", vão à direção de considerar a terra como um fator *escasso* no Nordeste e o economista preferirá a tentativa de incorporar este fator alhures à modificar a estrutura de posse existente. Embora muitas vezes o economista afirme - e uma olhada superficial em seus textos deste período nos dê a impressão de haver - um compromisso com a reforma agrária, tal reforma não é mais que um "contornar" as "limitações" existentes. Incorporando este fator alhures possibilitaria evitar-se o confronto direto e aberto com o latifundiarismo e possibilitaria manter, algo que o autor sempre fez questão de manter em alta conta, uma posição "neutra" e "técnica", "precisa" e "de economista" em relação a questão. Possibilitaria, portanto, na perspectiva do economista, contornar um problema espinhoso sem empunhar uma bandeira política:

[142] FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Op Cit* pp 29

> "quando eu penso em reforma agrária no Nordeste, ou seja, em reorganização da economia agrícola nordestina, eu estou pensando em criar uma agricultura, isto é, uma economia agrícola adaptada à região. Se é necessário modificar o regime de propriedade da terra para poder utilizar as terras irrigáveis – e disso eu estou convencido – do polígono para fins de produção de alimentos para tornar a economia mais resistente às secas, cabe ao Dr Josué e aos deputados que com ele estão no Congresso tomar as providências necessárias, dar-nos os instrumentos legislativos adequados para que possamos atuar. Eu não posso de maneira nenhuma conceber que o governo ponha enormes recursos no sistema de irrigação do Nordeste, seja no São Francisco, seja no polígono das secas e essas terras depois não possam ser utilizadas com um fim social.: com o objetivo de tornar a economia resistente ao fenômeno das secas. Eu pretendo, Dr Josué de Castro, e penso equacionar esse problema sistematicamente, racionalmente, na medida em que ele se apresente no Nordeste, dentro da realidade nordestina. O que eu temo – porque no Brasil já se demonstrou ser contraproducente - é formular o problema em termos imprecisos e levantar contra uma soluça racional , que poderia ser perfeitamente aceita por uma grande parte da população do País, uma onda de incompreensão. Evidentemente, em torno de slogans ou em torno das frases feitas se reúnem muitos interesses que nem sempre são perfeitamente definidos. Quando eu digo criar economia resistente no Nordeste, digo irrigar o Nordeste, digo produzir aquilo que é possível racionalmente, mas digo, principalmente, criar uma economia em que a população esteja defendida contra este estado de indigência a que ela hoje se encontra reduzida pela seca."[143]

> (...)

> "Dr Josué de Castro, eu sou um economista, um homem extremamente racional.. Exatamente por isso que sou um economista. Eu não sou político. Eu não sou sociólogo. Não sou filósofo. Um problema para mim tem que ser formulado em termos extremamente precisos. Não quero usar mais nenhum adjetivo e nenhum advérbio. Eu encontrei a expressão reforma agrária, em muitas partes do mundo, ligada a coisas muito distintas. O que nós necessitamos no Nordeste é algo de extremamente simples e que está definido na constituição desse país; é poder utilizar a terra, não uma terra qualquer, uma terra que pertença à coletividade, ao governo, pelo simples fato de que se ela tem valor é porque o governo está colocando dinheiro nela"[144]

A concepção de reforma agrária que emerge do discurso de Furtado é uma concepção que busca demarcar o seu "âmbito técnico" e o economista busca nitidamente circunscrever sua atuação num âmbito racional e técnico. Ao definir responsabilidades, Furtado faz questão de deixar o lado político "com os políticos" dentre eles Josué de Castro, enquanto ele fica com a parte da "precisão" da

[143] FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Op Cit* pp 31
[144] FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Op Cit* pp 32 . O interessante é confrontar estas palavras com a "homenagem" feita por Furtado a Castro em 1983 transcrita mais acima, onde aquele louva a interdisciplinaridade deste. Talvez 24 anos de reflexão poderiam ter levado a isto [sic]

"racionalidade", pois afirma ser um economista e "não um sociólogo"; "filósofo" ou coisa parecida.

A perspectiva de Castro é diametralmente oposta, como não poderia deixar de ser, pois este considera a reforma agrária como um imperativo histórico para o Nordeste e para o Brasil. Para tanto, considera necessário o comprometimento de intelectuais e da sociedade civil para com esta bandeira, dentre eles de Celso Furtado. A reforma agrária, para Castro, não seria apenas uma medida "racional" inserida dentro de um processo industrializante de crescimento econômico, mas também um instrumento de trazer à esfera política e de uma vida digna populações inteiras presas de um sistema aniquilante em termos políticos, sociais e biológicos:

> "Dr Celso, eu estou realmente satisfeito em ouvir essas palavras em que o senhor assevera que não concebe fazer nenhuma irrigação, nem estruturar e fortificar a economia agrícola do Nordeste com a estrutura agrária existente atualmente na região. Isto significa que é absolutamente necessário, indispensável, portanto, uma reforma agrária, senão na escala nacional, pelo menos regionalmente. A conjugação de fatores que lá atuam na forma em que atualmente se encontram dispostos, transforma-se num fator de emperramento da expansão da economia regional e da utilização racional dessas terras. Ora, se o Dr Celso Furtado está de acordo com isso, acha que nós parlamentares devemos, por todos os meios, promover a aprovação de uma reforma estrutural da economia da região, uma reforma agrária, é lamentável que seu relatório não tenha nada sobre isso. A ausência de uma referência nesse sentido se constitui como um fator negativo para a campanha que é necessário fazer para formação de uma opinião pública favorável a fim de que se aprove uma reforma agrária no Brasil. O senhor sabe, Dr Celso, muito bem, os enormes interesses em jogo no problema da reforma agrária em qualquer parte do mundo. E, no Nordeste, sabemos que existem lado a lado os dois fenômenos mais graves: o açambarcamento da terra, o latifúndio, e a pulverização da terra, que é o minifúndio. Ora, se encontrássemos no seu relatório – mas eu espero encontrar em outras declarações suas – expressões nítidas de que essa reforma é indispensável e essencial, ela não poderia ser interpretada como uma demagogia ou como uma medida puramente de finalidade política. Ela é uma necessidade, um verdadeiro imperativo histórico do momento, sem o que nada será feito de positivo. Daí o meu interesse em provocar-lhe esse pronunciamento a fim de que não se pense que a Operação Nordeste foi concebida sem pôr em linha de conta aquilo que eu chamo um pré-requisito para o desenvolvimento da agricultura, que por sua vez, é ao meu ver, um pré-requisito para a industrialização racional do Nordeste. Era isso que eu gostaria de precisar e estou contente com as declarações do Dr Celso Furtado"[145]

Ao contrário de Celso Furtado, que concebe a industrialização como o principal mecanismo libertador, capaz de formar uma nova *classe dirigente*, Castro concebe a

[145] FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Op Cit* pp 31. é interessante notar o tom irônico de Castro em relação às declarações de Furtado, pois este claramente evita o tema da reforma agrária, este tom ir6onico aparece em vários pontos da entrevista.

reforma agrária como um imperativo histórico capaz de trazer à esfera das decisões e participação política um grande contingente da *população* alijada da efetiva participação política

> "Josué de Castro – Daí a necessidade de uma codificação legal do problema agrário no Brasil, sem o que as ações serão pouco efetivas, deficientes, por falta de ação, em face da fluidez dessas estruturas que escapam à ação governamental. O senhor sabe que um dos fenômenos mais graves do subdesenvolvimento do Nordeste é a existência das chamadas propriedades de porteiras fechadas, onde a lei não penetra e o dono da propriedade faz e desfaz, manda e desmanda. É necessário que a legislação penetre até lá e possa realmente levar os benefícios ao maior número possível, a toda coletividade.
> Celso Furtado – Isto, professor Josué de Castro: "se a lei não chega lá". Isto justamente é o que me preocupa, a mim como economista. Porque se a lei não chega é porque a estrutura social não está ainda madura sequer para receber esse tipo de lei que o senhor está pensando.
> Josué de Castro – Nem nunca ficará madura com a estrutura arcaica, feudal, que é a estrutura agrária do Nordeste. É preciso quebrar esta infraestrutura para que aí penetre a educação, que aí penetre no sentido político, com os direitos e os deveres em face da coletividade.
> Celso Furtado – E uma das formas de quebrar esta estrutura , Dr Josué – estou convencido – é industrializar o Nordeste. Se nós criarmos no Nordeste, digamos, um sistema industrial e, para isto nós já dispomos de mão-de-obra, de energia e de outros elementos, eu estou certo de que criaremos outra classe dirigente para o Nordeste. Criaremos outro tipo de homem que opinará e que irá na Câmara Federal representar o Nordeste"[146]

(...)

> "Josué de Castro – Se me permite um aparte, eu lhe mostraria como foi a estrutura da terra que fez com que ela não fosse irrigada. Não interessa ao grande latifundiário promover nenhum investimento em sua terra. O que interessa é a terra esperando a valorização natural. Daí o desinteresse do chamado poder político do Nordeste em tomar uma posição progressista que leve o progresso real em benefício das grandes coletividades. Se a terra fosse melhor dividida, essas novas coletividades se tornariam mais progressistas, mais conscientes desse sentido social e teriam os representantes que o Dr Celso Furtado almeja que venham ao Parlamento. E assim ter-se-ia já irrigado essas terras com as águas que hoje servem apenas para espelhar o céu do Nordeste na mais inútil das inutilidades. Há um problema social, de estrutura, que fez com que não se promovesse o desenvolvimento econômico pelo uso de técnicas adequadas.
> Celso Furtado – Dr Josué, provavelmente o Sr tem razão. Escapa a meu campo de observação parte das afirmações que o senhor faz. Mas eu quero afirmar ao senhor o seguinte: como muito menos recursos do que aqueles que colocamos no Nordeste para as obras contra a seca nós poderíamos haver irrigado pelo menos algumas centenas de milhares de hectares.
> Josué de Castro – Não tenho a menor dúvida. O dinheiro derramado no Nordeste foi jogado fora. E esse é um dos problemas mais graves. Não foi feita nenhuma política de valorização do Nordeste. Eu disse no começo desse debate – e já o tinha dito há 3 anos num discurso que fiz na câmara – que o problema mais grave do Nordeste está longe de ser o problema da seca. A seca é apenas uma gota d'água que, paradoxalmente, faz

[146] FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Op Cit* pp 32

> transbordar a miséria Nordeste. A seca é secundaríssima. O problema mais grave é o da estrutura agrícola O que eu lamento é não poder concordar com o Dr Celso Furtado quando diz que vai fazer um plano estrutural , procurando atacar a estrutura da região para dinamizá-la, isto é, mudar o impulso dinâmico da economia da região de acordo com as suas virtualidades e as possibilidades, e que se deixe de lado esse problema da estrutura da terra, que me parece essencial, não só para a agricultura como para a indústria. Eu me permito dizer-lhe que não creio num plano de industrialização do Nordeste se a região não tiver um mínimo de base agrícola que permita realmente o seu abastecimento de matérias-primas com um custo de produção econômico para serem industrializados.
>
> Celso Furtado – tenho grande satisfação em ouvir suas palavras e estou seguro de que o senhor, no parlamento, me dará esses instrumentos para que a transformação seja mais rápida.
>
> Josué de Castro – Com toda satisfação. Não creio que esteja lá para outra coisa, senão para me esforçar por essas conquistas sociais.
>
> Celso Furtado – Estou convencido, Dr Josué, de que mesmo que o senhor não consiga estes instrumentos, essa reforma, essa revolução agrária no Brasil, ainda assim, estou convencido de que poderemos fazer muito no Nordeste. Poderemos levar muitos recursos para o Nordeste. Poderemos criar muito emprego para muita gente no Nordeste. Poderemos fazer no Nordeste pelo menos aquilo que já se fez no sul do Brasil, sem a audácia que é um atributo de sua inteligência e que é para o Nordeste um presente, uma oportunidade para ir ainda mais rápido que o sul do Brasil"[147]

Emergem portanto aí, dois projetos distintos de desenvolvimento. O de Celso Furtado, industrialista, com fé cega na industrialização, nas classes dirigentes e na pobreza física do Nordeste, e um outro, de cunho humanista, com "fé" na reforma agrária como imperativo histórico libertador. Ambos enfrentaram resistências das forças mais reacionárias do Nordeste, entretanto o de Celso Furtado, por ser "contornador", por não ferir totalmente interesses emergentes de um clima ideológico desenvolvimentista e, principalmente e em decorrência, por ter o aval do governo Federal como "Operação" triunfou e pôde ser aplicado, com exceção à algumas desapropriações, projetos de irrigação e "reformas agrárias racionais" previstas no projeto original da SUDENE - que continha alguns projetos onde Castro e Furtado estavam de razoável acordo - em quase a sua totalidade. Os financiamentos industriais e assistência técnica foram regularmente realizados sob a supervisão de Furtado, que participou não só do governo de Juscelino Kubitschek, mas também do de Jânio Quadros e de João Goulart, neste último como ministro do planejamento.

---

[147] FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Op Cit* pp 32-33. É interessante notar a irritação de Furtado para com as ironias de Castro, para com a sua "audácia", mormente porque Castro, com a afirmação em uma das discussões do debate, que "não houve nenhuma política de valorização do Nordeste" claramente ironiza a visão otimista que Furtado tinha para com o café e para com o caráter "anticíclico" da política de valorização do café do governo Vargas, visão esta expressa em *Formação Econômica do Brasil*.

Quanto a Josué de Castro, elaborou uma lei de reforma agrária que, obviamente, foi rejeitada. Seguiu sendo interlocutor, e até em alguns pontos defensor, da intervenção planejada no nordeste. Constantemente alertava quanto aos perigos e desvios de uma política que virava as costas ao pão e só tinha olhos para o aço, na esperança de que tais desvios fossem corrigidos. A onda de acontecimentos de 1964 os pegou, a Castro e Furtado, no auge de um outro debate que se somava a este, o das reformas de base. A consciência se voltava cada vez mais para o social quando a longa noite da ditadura tinha seu começo com seus atos institucionais que “tiraram de circulação” algumas das mentes mais brilhantes do país, e algumas nem tão brilhantes assim.

Quanto a Sudene, esta continuou seu curso, integrando a economia do Nordeste ao resto do país. Quanto às disparidades, estas continuaram e até se agravaram, surgia um novo Nordeste, produto, a um tempo, de esperanças, da surdez e da miopia de técnicos e economistas “racionais”

V- O Novo Nordeste – Industrialização, Surdez e Miopia

Nos anos que se seguiram à operação nordeste saltava aos olhos a impressionante miopia de Furtado quanto às críticas e aos reparos sugeridos ao projeto de desenvolvimento para o Nordeste. A postura de Furtado e sua fé na racionalidade fez com que ficasse surdo às críticas e míope ante os acontecimentos e tendências. A Ausência de uma postura mais firme e decidida quanto à reforma agrária e sua "falta de visão" ante as possíveis conseqüências da industrialização fez , no mínimo, com que a industrialização e o aumento da produtividade não significasse muita coisa ou quase nada para a população, ou seja, para aqueles que deveriam ser os maiores beneficiados.

O Novo Nordeste que emergiu foi um Nordeste mais integrado ao resto do país, com infra-estrutura bem desenvolvida, com energia elétrica. Entretanto, como em toda política de desenvolvimento, cabe refletir *para quem* estes benefícios foram realmente efetivos e relevantes.

Cabe aqui, portanto, abordar alguns aspectos centrais do pensamento de Furtado e, conseqüentemente, dos planos da Sudene, com atenção às suas possíveis conseqüências.

O primeiro aspecto a ser abordado aqui é, justamente, o papel da industrialização como mecanismo "multiplicador" do emprego e da renda, algo que precisa ser relativizado e que Furtado surpreendentemente não o fez. A grande questão a ser colocada é a seguinte: Até que ponto a industrialização pode ser uma garantia de criação de empregos e de incremento da renda da população? Foge ao escopo deste trabalho fazer uma abordagem pormenorizada deste problema, no entanto algumas indicações podem ser feitas a título de reflexão. A correlação entre industrialização e emprego não pode ser feita de maneira direta e conseqüentemente seu papel "multiplicador" não pode ser tido como uma decorrência lógica pelo motivo de que a industrialização se faz, na intrínseca intenção de aumentar a produtividade e reduzir

custos, na maioria das vezes utilizando equipamentos poupadores de mão-de-obra, principalmente nas chamadas grandes indústrias de bens de capital e de consumo. Em uma conjuntura econômico-política de favorecimento da industrialização, com mecanismos fiscais facilitadores de importação de equipamentos e bens de capital, muito provavelmente a industrialização se faz sem grande incremento no nível de emprego, pelo menos dos empregos diretos da grande indústria. Esse incremento só poderia dar-se se o ritmo de crescimento ultrapasse em larga escala o nível de incremento de mão-de-obra - desde que esta estivesse em condições de qualificação compatíveis com os avanços tecnológicos – ou se o emprego de mão-de-obra humana fosse evidentemente vantajoso em termos de custos e que, com ela, se mantivesse uma razoável produtividade. Nos dois casos, o efeito multiplicador se tornaria de difícil realização, ainda mais se pensarmos que o objetivo da política de desenvolvimento preconizada por Furtado era de absorver o excesso estrutural de mão-de-obra, a população flutuante e subempregada das cidades, que, em termos de educação e qualificação, dificilmente se enquadraria na nova indústria emergente.

O resultado da industrialização, em termos humanos, empreendida pela Sudene, pode ser vislumbrado através dos seguintes dados de final da década de 60:

> "recente pesquisa mencionada no estudo da SUDENE, "A nova etapa do Desenvolvimento Nordestino" indica que 26% dos chefes de família em Recife estavam desempregados e 23% recebiam salários abaixo do mínimo legal. Do total de oferta de empregos gerados no Nordeste, em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Guanabara apenas 14,5% foram gerados no Nordeste, região que conta com uma população de quase 305 da brasileira, ao passo que somente em São Paulo, cuja população é tão-somente de 18,6% do total, gerou 64,3% dos empregos"[148]

É difícil conceber como um economista de renome e inserção internacional como Celso Furtado não ter abordado o problema com mais profundidade. Podemos talvez localizar este 'lapso" em dois aspectos de seu pensamento: seu keynesianismo quase que religioso e sua pouca inclinação a discutir o pensamento Marxista ou Marxiano em sua obra. A discussão do conceito de mais-valia e do pensamento de Marx poderia ter lhe dado a oportunidade de abordar algumas possibilidades e tendências do capitalismo, não que ele devesse adotá-lo, algo inviável se considerarmos suas

[148] ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C. – *Planejamento Regional: O Caso da SUDENE* – in *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro 11(3):, Jul-Set de 1971 pp 97-103 pp 102

perspectivas teóricas, mas teria de discuti-lo e refutar suas premissas, com atenção ao suposto efeito "multiplicador" de Keynes. O que Marx poderia ter-lhe dado de oportunidade é a própria discussão do conflito "capital x trabalho", já que o pensamento Marxiano está inclinado para a premissa de que o capitalista sempre tenderá a redução de custos que atinjam diretamente a questão da mão-de-obra, seja em termos de salário, produtividade ou "quantidade".

Um outro aspecto, dentro da questão industrialização que é importante abordar seria a possibilidade de se falar na possibilidade de uma *industrialização nordestina.* O que garante uma industrialização do nordeste, voltada para o Nordeste? Tal problema se acresce ao problema da criação de empregos e da dinamização do mercado nordestino.

A SUDENE foi uma autarquia que financiava projetos de industrialização através de empréstimos, incentivos fiscais e assistência técnica que supostamente beneficiariam o Nordeste. No entanto, podemos perguntar, o que faz uma empresa ser nordestina? O que faz um capital ser um capital nordestino? Nas condições do capitalismo de então estas questões eram de difícil resposta, e foi agravada com a famosa resolução 34/18 da SUMOC[149], que garantia incentivos fiscais e capitais a baixo custo para as empresas que se estabelecessem na área do Nordeste. A resolução 34/18 provocou uma autêntica correria das empresas do Centro-Sul do país para se estabelecer no Nordeste e desfrutar das vantagens dos incentivos, financiamentos, assistência técnica e da proximidade de centros produtores de matérias primas. Tais empresas , na realidade, passaram a concorrer com as indústrias tradicionais nordestinas pelos financiamentos e com um nível tecnológico e de produtividade alto. Tais empresas produziam não para uma dinamização do mercado nordestino, mas para o mercado do centro-sul, e a maioria dos lucros conseguidos graças a créditos e incentivos eram remetidos para suas sedes:

> "na realidade os projetos implantados no Nordeste concentram-se, devido a restrições de mercado, na produção de bens intermediários e de capital , sendo que no período de 1960-1965 os investimentos projetados para novas fábricas de bens de consumo, mediante facilidades do mecanismo 34-18 representam somente 9,1% do total.(...) tal tendência deve-se ao fato de que o mercado local não foi ampliado durante o processo em decorrência da ineficácia da força criadora de novas oportunidades de emprego. Assim sendo, as indústrias que se estabeleceram na área da SUDENE, só o fizeram

[149] Artigo 34 da lei n 3995 de 14 de dezembro de 1961, que permitia a dedução do imposto de renda de pessoas jurídicas de recursos destinados a investimentos na região nordestina.

> como um recurso para o barateamento subsidiado do custo de sua produção, já que, como se observa, a maior parte da produção industrial retorna ao Centro-Sul"[150]

Pode-se perceber que a política desenvolvimentista da SUDENE fez muito mais integrar o Nordeste em um mercado nacional mais amplo, e neste ponto tem-se em conta a infra-estrutura de transportes e energia construída por este órgão, do que propriamente "desenvolver" a região. Apesar do clima psicológico favorável criado em torno da SUDENE devido à melhoria dos indicadores de crescimento – não de desenvolvimento - econômico da região, a médio e longo prazo tal crescimento não se confirmou num aumento considerável da participação da região no produto interno bruto do país no que tange aos setores secundário e terciário. As disparidades regionais, longe de cessar, até se intensificaram em alguns pontos que se refletem na participação da região no PIB nacional. Os não muito animadores resultados da industrialização nordestina ficam claros nas tabelas I, II e III(Anexo II)

Quanto aos indicadores relacionados a condições de vida, saúde e assistência médica até o final da década de 60 os resultados não eram muito positivos:

> "Em termos de condições de vida, saúde e assistência médica, alimentação, mortalidade infantil e expectativa de vida, déficit habitacional, analfabetismo etc., as condições do Nordeste indicam uma sociedade extremamente subdesenvolvida. Exemplificando, a população alfabetizada do Nordeste era 49% do total em 1968 ao passo que em São Paulo era 78,1%, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 74,9% e Minas Gerais e Espírito Santo, 62,8%"[151]

A ausência de uma perspectiva firme e decidida em relação à questão agrária, a reforma agrária, se configurou de extrema gravidade para o futuro do nordeste e, especificamente, seus sertões. A perspectiva industrialista foi seguida à risca e até exagerada pela ditadura e transformou os tradicionais latifúndios em verdadeiros complexos agro-industriais, uma verdadeira indústria agrícola que soma às vicissitudes de uma grande indústria moderna, as vicissitudes do latifúndio, O crescimento do latifundiarismo é um verdadeiro "dado", juntamente com a decorrente manutenção de oligarquias políticas e a decorrente intensificação das lutas em torno da terra.

---

[150]ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C – *Op Cit* pp 101
[151] ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C – *Op Cit* pp 102

No sertão nordestino tal conjuntura constitui a base da manutenção de um quadro triste, que atravessa a modernização das estruturas atual:

> "Não é sem razão que, nos momentos de irregularidade de chuvas, ocorridos nos anos recentes, as tradicionais "frentes de emergência" (como são chamados os programas assistenciais do Governo) alistam número enorme de agricultores (2,1 milhões de pessoas em 1993). Nessas áreas, nos anos de chuva regular, os pequenos produtores, rendeiros e parceiros produzem, mas não conseguem acumular: descapitalizados ao final de cada ciclo produtivo, são incapazes de dispor de meios para enfrentar um ano seco. Nesse quadro, portanto, não houve mudanças significativas, e as que aconteceram, em geral, tiveram impactos negativos, como o desaparecimento da cultura do algodão. De positivo, a extensão da ação previdenciária, cobrindo parte da população idosa e assegurando uma renda mínima, mas permanente, a muitas famílias sertanejas."
>
> (...)
>
> "E, após tantos anos de dinamismo econômico, a questão fundiária permanece praticamente intocada, apesar da miséria alarmante dominante nas áreas rurais do Nordeste. Segundo o Mapa da Fome feito recentemente pelo IPEA, dois terços dos indigentes rurais do País estão no Nordeste.(...) Na zona semi-árida, onde se reproduz a estrutura desigual do resto do Nordeste, a situação é agravada pela presença de "latifúndios maiores": lá a área média do 1% dos maiores estabelecimentos (1.914 hectares, em 1985) é superior ao tamanho médio desses estabelecimentos no resto do Nordeste (1.002 hectares). No semi-árido, o acesso à terra é feito por formas precárias (parceria, por exemplo), caracterizando maior instabilidade, e se registra maior presença de grandes posseiros em comparação com o resto do Nordeste"[152]

Diante de todos estes dados é de impressionar portanto, a miopia de um economista de renome internacional como Celso Furtado quanto às possíveis conseqüências de seu projeto industrializador. O Nordeste que emerge de todo este projeto é um Nordeste ao mesmo tempo modernizado e conservado, é a modernização conservadora que faz com que em pleno início de século XXI, ainda se veja acontecer no sertão nordestino fatos semelhantes aos acontecidos na grande seca de 1877 – 1880.

A surdez de Furtado diante das críticas relevantes a seu projeto pode ser "iluminada" se levarmos em conta alguns móveis do pensamento deste economista abordados mais acima e um dos principais é a sua fé profunda na racionalidade econômica. A sua insistência em conceber o problema em termos "racionais" e a sua positivista insistência em separar os problemas econômicos das "paixões" causou grave dano a seu "campo de observação". Furtado não percebia, ou melhor, só percebia

[152]ARAÚJO, Tânia B de – *Nordeste, Nordestes, Que Nordeste?* - Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e Urgências. 2000.

quando lhe convinha, que os temas que abordava jamais poderiam ser depurados de "paixões" ou de um caráter político. Seus "contorcionismos" para fugir do caráter político do tema da reforma agrária empobreceram em muito suas perspectivas em relação aos problemas nordestinos e principalmente em relação ao sertão. Sua concepção sobre o sertão não foi construída à luz de observações, mas suas observações foram construídas à luz de suas concepções sobre o sertão, que seguramente envolviam, dentre outras coisas, seus quadros de memória de infância, memórias de um sertão de atraso, obtusidade e escuridão entrelaçados em uma perspectiva dualista que praticamente via o interior nordestino como um sistema econômico que subsistia em um outro "tempo". Mais uma vez é importante ressaltar que não se trata de negar em bloco todas as perspectiva de Furtado sobre os sertões nordestinos e nem de afirmar que o sertão era uma espécie de *éden*, de paraíso perdido, mas sim de tentar ressaltar que o lugar e o destino do sertão já estava de antemão determinado em suas perspectivas teóricas.

Quando passou a incorporar mais explicitamente o tema em seus trabalhos já se entrava pela ditadura à dentro.

Outro ponto bastante problemático do pensamento de Celso Furtado é, além de seu elitismo teórico, seu elitismo político. Raramente em seus escritos, pelo menos os de antes da ditadura, vemos alguma alusão a possíveis interesses de grupos populares, de trabalhadores, rurais ou urbanos. A preocupação central de Furtado, como ficou nítido no debate com Josué de Castro era com a formação de uma "Elite Dirigente". Os "populares", o povo, quando muito são vistos através de metáforas e conceitos coletivizantes, homogeneizantes e subalternizantes, como "fatores"; "mão-de-obra"; "mercado consumidor" etc e o próprio projeto da Sudene era extremamente tecnocrata e congregava - o que Furtado considerava como a fina flor da democratização das decisões - políticos e técnicos ligados à alta cúpula governamental, como bancos, estatais e governos de Estado, não se ouvindo falar de representação de interesses dos trabalhadores, do povo em geral. Nestes moldes, o projeto só poderia assumir a forma que assumiu, elitista e vertical.

E o mais interessante e chocante, e também, algo que causa, ou deveria causar, bastante tristeza para todos aqueles que se ocupam do Nordeste são algumas de suas declarações "pós-milagre". A sua surdez aqui fica demarcada, e, Furtado, não podendo fugir do "julgamento da história" é obrigado a falar dos resultados de seu projeto e de suas "omissões". No entanto, quando fala deles, o fala de uma maneira que

faz parecer que não era ele que estava à frente do projeto da instituição da SUDENE. E, ao propor "soluções", acaba sugerindo justamente aquilo ao que vinha sendo chamado a atenção e que ele mesmo se recusara ouvir. Em um artigo de 1981, que seria um dos capítulos de seu livro "Brasil Pós-milagre", Furtado fazia os seguintes diagnósticos do desenvolvimento do Nordeste:

"A forma assumida pela industrialização recente, ao favorecer certo tipo de integração com o Centro Sul — as indústrias modernas do Nordeste produzem insumos para as do Centro-Sul e destas recebem equipamentos e outros insumos —, apagou progressivamente a referida autonomia. Sempre existe um certo grau de dependência comercial, pois a região continua a manter um saldo positivo com o Exterior e, além disso, os produtos industriais do Centro-Sul são subsidiados quando exportados para o Exterior mas não quando o são para o Nordeste. Contudo, este já não é o problema principal. Mesmo que se admita que a produção industrial do Centro-Sul seja competitiva internacionalmente e que a drenagem de recursos financeiros para fora da região já não tenha expressão (o sistema fiscal pode operar como vetor de recursos compensatórios), a dependência permanece de forma insidiosa. Com efeito, ao transformar-se num espaço em que se localizam atividades industriais complementares da economia do Centro-Sul, o mercado de bens de consumo nordestino teve de adaptar-se à estrutura da oferta de produtos industriais que se origina na região de maior desenvolvimento relativo. A nova dependência reside exatamente na subordinação à lógica de uma industrialização que abarca o conjunto do País e é comandada do Centro-Sul, transformando-se o Nordeste em simples apêndice de um mercado dominado por uma clientela de nível de renda mais alto e onde se exacerbam as tendências consumistas."[153]

(...)

"As relações estruturais que vieram a prevalecer fazem que a industrialização nordestina seja, no essencial, uma prolongação do desenvolvimento industrial do Centro-Sul, e só secundariamente uma resposta aos requerimentos da população local. Por outro lado, a oferta no mercado local, alimentada pela indústria do Centro- Sul, alcança um elevado grau de sofisticação, comparativamente ao nível médio de renda da população. Os obstáculos que em outras partes do mundo limitam o processo de modernização — e que se originam na balança de pagamentos e na insuficiente dimensão do mercado interno em face das exigências da tecnologia moderna — na região do Nordeste são contornados graças à integração industrial com o Centro-Sul (...) A concentração de renda dentro da própria região a que deu origem essa forma de dependência tem projeções no setor agropecuário, o qual permanece praticamente fora do processo de integração nacional. Assim, a demanda de produtos da pecuária é favorecida pela concentração da renda; a necessidade de mobilizar recursos para responder com oferta interna repercute negativamente no setor agrícola produtor de alimentos de consumo geral. Em conseqüência, a capitalização no agro, sob a forma de modernização da infra-estrutura e de investimentos para a satisfação dos setores mais dinâmicos da demanda, repercute negativamente no emprego rural. A população se desloca para as zonas urbanas sem maiores perspectiva de melhoria das condições de vida, pois a industrialização integrada com a do Centro-Sul tampouco favorece a criação de emprego"[154].

[153] FURTADO, Celso – *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* – Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo v. 1, 1, p. 12-19, dez. 81- pp 14
[154] FURTADO, Celso – *Op Cit pp 14-15*

Quanto à questão agrária, Celso Furtado analisa:

““O setor agrícola produtor de alimentos para a massa da população tende a acumular atraso, declinando sua produtividade tanto com respeito ao setor industrial como relativamente à agricultura de exportação e à pecuária. Se se compara o Nordeste com o Centro-Sul vê-se que o diferencial nos níveis de produtividade tende a reduzir-se no setor industrial e a aumentar na agricultura ligada ao mercado interno, particularmente na produção de gêneros alimentícios de consumo geral. Assim, a reprodução da população continua a realizar-se independentemente do processo de integração industrial com o Centro-Sul. Mais precisamente: essa integração, ao intensificar a concentração da renda, reforça as formas tradicionais de dominação social que prevalecem nas zonas rurais. Em síntese, o quadro estrutural das relações inter-regionais que emergiu da industrialização recente opera no sentido de aprofundar a dependência do Nordeste (...) Desemprego e miséria se espraiam em torno a pequenas ilhas do espaço social em que uma minoria se empenha em ascender a formas cada vez mais sofisticadas de consumo.”[155]

Quanto à questão populacional, Furtado afirma:

“Em face da escassez de emprego na região mantém-se a corrente migratória, principalmente na direção dos grandes centros urbanos do Centro-Sul, nos quais se definiu uma estrutura social que comporta todo um estrato inferior de nordestinos,subsistema cultural em parte submerso e com precária proteção social. A hipótese de intensificação desse fluxo migratório, que não seria solução para o Nordeste, aumentaria a pressão no mercado de trabalho do Centro-Sul, onde os salários reais tenderiam a crescer ainda mais lentamente e os problemas sociais não poderiam deixar de agravar-se. Basta observar a insuficiência das infra-estruturas urbanas e a massa de menores abandonados para convencer-se de que nos subúrbios das grandes cidades do Centro-Sul não existe solução para os problemas que afligem as massas destituídas do Nordeste.”[156]

No intuito de corrigir estas distorções, Furtado propõe, dentre outras políticas, a seguinte ação visando o setor agrário:

“O trabalho de reconstrução estrutural a realizar é considerável, e somente conduzirá a bom porto se contar com a efetiva participação da população rural. Em uma primeira fase, tratar-se-ia de liberar o pequeno produtor da exploração escorchante fundada na parceria ou no pagamento de foro ou renda da terra. Como justificar que o trabalhador pague aluguel pela terra que utiliza quando, mobilizando a totalidade da força de trabalho da família, não consegue tirar dessa terra o correspondente a um salário mínimo? Em uma segunda fase se criariam as condições, mediante a liquidação do minifúndio”[157]

---

[155] FURTADO, Celso – *Op Cit pp 15*
[156] FURTADO, Celso – *Op Cit pp 15*
[157] FURTADO, Celso – *Op Cit pp 16-17*

Para que isto tenha eficácia efetiva, Furtado toma como necessário, portanto, a transformação das massas em massas ativas politicamente e que uma reforma estrutural é indispensável para que isto aconteça. Tais considerações foram justamente as objeções que Josué de Castro havia feito a seu projeto no fim da década de 50 e que Furtado se recusara a ouvir, devido ao seu enfoque tecnocrático e seu elitismo teórico :

> "O enfoque tecnocrático, que com seu misto de medo e desprezo do povo pretende cobrir-se contra todo risco, é obtuso em face de problemas dessa ordem. Uma sociedade não ascende a formas mais complexas de organização pela simples graça do Príncipe. Mas desgaste e perda de tempo podem ser evitados quando a ação política é capaz de canalizar e orientar as forças sociais que a mesma política contribui para ativar"[158].

Em um outro texto seu, de 1984, Furtado aborda um pouco mais corajosamente as questões das distorções e do malogro de sua política de desenvolvimento. No entanto, da mesma maneira que aborda as outras questões, evitando, na medida do possível, "colocar-se" dentro deste malogro. Na verdade, o que se pode depreender é que tais distorções estavam tão evidentes que seria praticamente impossível não serem abordadas por qualquer economista, e Furtado não poderia, por mais que se esforçasse, escapar disto:

> "Ora, se é verdade que houve melhora considerável na infra-estrutura física, particularmente nos setores de transporte e energia,, não é menos evidente que os salários reais de grande massa da população em nada refletiu esse crescimento econômico, e que a grande maioria da população rural em pouco ou nada se beneficiou. Ë verdade que a classe média, antes raquítica na região, passou a ocupar um espaço importante. Em compensação a taxa de subemprego invisível (pessoas ganhando até um salário mínimo de ocupação principal) se mantinha em 80% até 1989. A emergência de uma classe média afluente, em meio à pobreza absoluta da maioria da população, é a evidência maior do malogro da política de desenvolvimento seguida na região"[159]

Diante da evidência dos malogros desta política, entretanto, Furtado demonstra que se aferra ainda a velhos conceitos de reforma "racional" e de pobreza física dos solos, ms cobre-os de um colorido mais progressista, falando em "libertação"dos trabalhadores rurais através de uma reforma agrária, algo que, se estava presente nos

---

[158] FURTADO, Celso – *Op Cit pp 17*

[159] FURTADO, Celso – *O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento*, Revista de Economia política v 4 n 3 jul-set de 1984

seus documentos, estava de uma maneira um tanto obscura. Neste texto, em 1984, Furtado escrevia:

> "No diagnóstico de há um quarto de século dizíamos claramente que era necessário abrir os olhos para a evidência de que a raiz da fragilidade da economia nordestina estava em seu setor agrário. Convinha não esquecer que a região era pobre em solos agricultáveis, comparativamente ao Centro-Sul do País. No documento referido chama-se atenção para o fato de que a quantidade de terra por trabalhador no Centro-Sul era quase o dobro do que se observava no Nordeste. Em segundo lugar estava o fato de que, historicamente, os melhores solos não produziam para dar de comer à população regional, dedicados que eram à produção de excedentes de exportação.(...)Esta visão da realidade explica que três das quatros diretrizes básicas do plano que sugerimos em 1959 se hajam, referido à necessidade de empreender a reconstrução do conjunto do setor agrícola"[160]
>
> (...)
>
> "O sistema atual, em que o produtor de alimentos de consumo geral – os pequenos proprietários, arrendatários e posseiros – é esmagado por uma pir6amide compacta de intermediários comerciais e financeiros somente poderá ser modificado se esse produtor chegar a ser suficientemente forte para organizar-se em cooperativas, ter acesso direto ao crédito oficial e gerar poder de mercado. Nenhum avanço real será realizado se não se lograr elevar o nível de vida dos produtores pequenos e médios, pois somente eles tem aptidão para criar uma agricultura ecologicamente adaptada à região semi-árida e absorvedora de mão-de-obra "[161]

Furtado aqui parece esquecer-se que em seu projeto original ele preconizava a transferência de população para regiões úmidas e considerava como o principal vetor absorvedor de mão-de-obra a industrialização. Como procurei demonstrar mais acima, nos textos de fins da década de 50, a preocupação com os "pequenos" estava praticamente ausente, a despeito dos alertas em contrário.

Quanto à questão industrial , Furtado em meados da década de 80 demonstra que se aferra ainda a este princípio, adicionando uma esperança em "mecanismos corretores" :

> "Todo esforço deve ser envidado no sentido de se obter uma maior integração das indústrias no âmbito regional, vinculando-as progressivamente ao mercado local. Isso exige que se estabeleça um regime de reserva de mercado – um protecionismo regional –para as indústrias que se localizem na região e adotem opções tecnológicas compatíveis com uma significativa criação de emprego. Indústrias com outra

[160] FURTADO, Celso – *Op Cit pp 5*
[161] FURTADO, Celso – *Op Cit pp 6*

> orientação tecnológica também poderão localizar-se na região, mas não há razão para que se beneficiem de estímulos oficiais. O sistema de subsídios e o de reserva de mercado deverão ser postos a serviço do desenvolvimento do mercado local, da homogeneização social" [162]

Aqui parece que Furtado está propondo que se peça, se obrigue ou se incentive o empresário de grande porte a não incorporar progressos técnicos poupadores de mão-de-obra em troca de uma reserva de mercado nordestina ou de incentivos. Furtado parece esquecer que tal medida não garantiria que a massa de lucro gerado na região ficaria na região, pois as empresas de grande porte atualmente utilizam capitais de várias origens, inclusive estrangeiros. Tal medida só seria plausível se contemplasse preferencialmente os micro e pequenos empresários e as indústrias artesanais, que geralmente são mais absorvedoras de mão de obra e mais localizadas. No entanto, tão ponderação não está presente nas propostas de Furtado.

Por fim, Furtado pugna por uma nova reinstitucionalização da SUDENE, propondo um modelo ainda mais vertical, nos moldes da autarquia dos anos 50, moldes que a tornou presa do centralismo e elitismo e das jogatinas políticas em torno de incentivos fiscais e financiamentos. Sobre uma nova SUDENE Furtado afirma:

> "Em primeiro lugar, evidentemente, estão as tarefas, no plano nacional, de reconstrução do quadro constitucional e de plena legitimação do poder. Nessa fase de reinstitucionalização devemos reivindicar uma adaptação do quadro federativo à realidade atual do país, a fim de que uma região como o Nordeste possa preservar sua identidade e adquirir peso específico nas decisões que afetem as condições de vida de seu povo. À SUDENE deveriam ser restituídas suas prerrogativas originais de órgão que assessora tanto o presidente da república como o Congresso nacional e que participa do sistema de decisões do poder executivo no mais alto nível. Se não dispomos de instrumentos adequados de ação política, continuaremos reduzidos ao papel de pequenos satélites numa Federação que se rege cada vez mais em função de interesses econômicos que nos escapam."[163]

Pode-se perceber que, a despeito de visíveis malogros, o economista, através de uma série de contorcionismos teóricos busca adequar a realidade a seus prognósticos iniciais, dotando-os de um colorido mais progressista e relativista que originalmente não tinham.

---

[162] FURTADO, Celso – *Op Cit pp 8-9*
[163] FURTADO, Celso – *Op Cit* pp 10

Diante de todo este panorama do pensamento de Furtado, suas idas e vindas, são de caráter assustador algumas de suas declarações em algumas de suas entrevistas. Em entrevista de 1998, ao falar de reforma agrária:

> "Raimundo Rodrigues Pereira: Na sua opinião, a questão da mudança na estrutura agrária é uma questão crucial?
> Celso Furtado: é uma questão política
> RRP: Como é que esta questão evoluiu com a criação da SUDENE. De Juscelino para Jânio e Jango...
> CF – O aspecto político não evoluiu
> RRP -Com Juscelino, como foi?
> CF – Juscelino me apoiou. Mas para Juscelino, um assunto desses não era prioritário. À seu ver, era um projeto do Nordeste, como outro qualquer
> RRP – E Ele também não estava a fim de brigar com os latifundiários
> CF- Ele brigou, brigou para me manter na SUDENE. Houve uma onda tremenda contra mim, com esses projetos, quando mostrei que queria mudar alguma coisa importante, como era o caso da estrutura agrária..."

> (...)

> "Raimundo Rodrigues Pereira- A questão da reforma agrária foi uma grande questão destes anos não?
> Celso Furtado – A idéia estava começando a penetrar: a opinião pública começava a amadurecer nessa direção. Havia o movimento das ligas camponesas, que chamava muita atenção. Havia forças de esquerda muito ativas nessa época e o próprio partido comunista tinha força, prestígio, mobilizava gente. Ele nunca me apoiou, mas, pelo menos, não criou dificuldades maiores. A reforma agrária estava na agenda do debate. " [164]

Em uma entrevista mais recente, no ano de 2002, Celso furtado afirmava:

> "Aspásia Camargo- E os bolsões de pobreza rural que sempre o preocuparam? O Senhor é um homem do Nordeste, da Paraíba mais especificamente. Como isso se deu?Ciclos decadentes alimentavam essa mão-de-obra barata?
> Celso Furtado – Em primeiro lugar, devemos pensar no quanto o Brasil é desigual. Desde o início de sua formação, essas desigualdades existem . Mas acho que você está pensando na razão de haver esses bolsões de pobreza. Se o acesso à propriedade da terra tivesse sido outro, a situação seria muito diferente. Veja o exemplo dos Estados Unidos, que dividiram o patrimônio, o território, a terra, que fizeram o que se chama reforma agrária. Isso não aconteceu aqui.Há regiões no Sul, como Santa Catarina, em que a terra foi mais dividida. Mas existem regiões em que a terra estava nas mãos de latifundiários – o Nordeste, por exemplo. Aí percebemos um caso político-institucional, que só pode ser resolvido por ação política.

[164] TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Corrêa de & PEREIRA, Raimundo Rodrigues – Op Cit pp 66 e 70

> AC – Quer dizer que a economia não basta para resolver?
> CF- Não, com a SUDENE, o Nordeste cresceu mais que o Sul e se desenvolveu. Mas a renda concentrada era determinada pela estrutura latifundiária. Ë preciso compreender que o desenvolvimento do Nordeste não se faz sem reformas estruturais"[165]
>
> (...)
>
> "Num determinado momento, percebi que teria uma visão mais precisa, justa e técnica da sociedade se direcionasse minha atenção para a economia. Como disseram no século XIX, a economia é a anatomia da sociedade. Minha vocação era para as Ciências Sociais em sentido amplo, para uma visão global das coisas. E essa visão tinha de começar e terminar com a antropologia"[166]

O que se pode dizer disto tudo é que a visão Celso Furtado pode ter começado por qualquer coisa, menos pela antropologia e pela interdisciplinaridade, pois estas exigem a intenção de pensar complexamente os problemas, e tal intenção estava manifestamente ausente do pensamento do economista, pelo menos até fim da década de 1950. Se a economia é a "anatomia da sociedade", ela só enxerga uma parte, pois o corpo não é só anatomia, mas também sistemas que interagem entre si

[165] Celso Furtado entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002 pp20-21
[166] Celso Furtado entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola – Op Cit pp 14

VI- Considerações Finais

O sentido de se abordar um debate como este tem alcance amplo, dependendo do ponto de vista que se queira abordar. Mas o principal ponto, que espero ser a maior contribuição é, primeiro resgatar debates de tempos a meu ver heróicos ante os dias de hoje, onde a mais comemorada conquista é a quebra de tarifas em relação a algum produto agropecuário brasileiro. Tais debates se davam em torno da idéia de construção de uma nação, algo visto, no mínimo, como "fora de moda" atualmente. Segundo, a possibilidade de que este debate e suas conseqüências reais possam servir como alguma espécie de alerta em relação à necessidade de se pensar complexamente quando se fala em desenvolvimento, principalmente privilegiando o fator humano.

Não poderia afirmar se o projeto de desenvolvimento proposto por Josué de Castro fosse executado, provocaria a "redenção" brasileira, se a adoção de algo parecido com o que se adotou na agricultura da China ou em outros países poderia funcionar aqui ou não, mas posso afirmar, à luz deste pequeno estudo, que não se pode deixar de pensar no "homem" em primeiro plano numa política de desenvolvimento, levando–se em conta os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais que constituem seu ser. O Homem, portanto, não pode ser reduzido a uma "variável", pois as pessoas têm suas necessidades, seus medos, suas "paixões", sua cultura, seu nível educacional, seu potencial etc. Qualquer política de desenvolvimento que não considere as pessoas "de carne e osso", que não vise o povo, que não incorpore análises e estudos de diversas áreas do conhecimento, estará seguramente fadada ao fracasso.

Uma política de desenvolvimento que via o povo como "fator" foi aplicada radicalmente ao "lugar fluido" do sertão nordestino, e em relação a seus resultados, chega-se à conclusão de que um de seus pressupostos mais básicos, a criação de uma economia resistente às secas no semi-árido nordestino, não se concretizou. Tristemente hoje em dia se assiste, ainda, a "estragos" trazidos à tona por um fenômeno natural e por demais conhecido atualmente. Após o estudo do fenômeno *El niño* as condições de

previsibilidade de uma seca melhoraram bastante. O que impressiona, nisto tudo, é que em pleno século XXI haja sofrimentos semelhantes aos que tantos cientistas, publicistas e escritores deixaram registrados em suas obras, em relação às grandes secas de fins do século XIX e início do XX. Claro que em termos de magnitude o impacto é menor, no entanto, se pensarmos que nos dias de hoje os transportes, a tecnologia, a interligação entre as cidades, as comunicações, os acessos e as técnicas agrícolas e de irrigação estão infinitamente superiores, evoluíram em "progressão geométrica", torna-se absurdo que fatos como mortandade de gado e de gente, fome, miséria e perda de colheitas ainda tomem lugar, mesmo que em magnitude menor, no quadro de uma irregularidade de precipitação pluviométrica. Tal persistência acaba tornando-se o próprio retrato do malogro dos planos de desenvolvimento destinados à região, planos que não atacavam justamente os problemas centrais, a posse e o uso irracional e criminoso da terra, a exploração deliberada e perversa da mão-de-obra, o analfabetismo funcional de grande parte da população nordestina rural, principalmente da sertaneja. Os efeitos da seca persistem, justamente, por que suas causas não foram extirpadas, e, de certa forma, foram até agravadas. Atualmente, o complexo agro-industrial, baseado em alta produtividade, expulsa braços da produção agrícola ao mesmo que tempo incrementa o uso de trabalho semi-escravo nos serviços "menos complexos" de sua produção como quando observamos ao lado das produtivas caldeiras das usinas produtoras de açúcar e de álcool, produtivas e lucrativas para as "eternas" classes dominantes, o imenso contingente de figuras que trabalham arduamente para nada, os bóias-frias, os trabalhadores semi-escravos do eito da cana. Uma situação alarmante se configura no campo e não é à toa que os conflitos de terra se acirram cada vez mais. No caso específico do sertão, vimos que o latifundiarismo cresceu e prosperou, deixando à margem um grande contingente populacional que, em plena era da internet, sofrem ainda o drama da falta de água.

Esta situação exige, é claro, uma verdadeira política de desenvolvimento. Pois, a rigor, não podemos falar que houve políticas de desenvolvimento e sim de crescimento, o que torna até estranho o emprego da expressão política "alternativa" de desenvolvimento. Uma verdadeira política de desenvolvimento deverá estar voltada, portanto, para o "desenvolvimento do homem", para atacar os problemas estruturais brasileiros e do sertão nordestino, como o desemprego, o latifundiarismo, a questão educacional, a questão alimentar etc. Deverá estar voltada para atacá-los e não "contorná-los", com medidas efetivas e corajosas, tendo em mente que há aspectos

humanos fundamentais que têm de ser garantidos, como alimentação saúde e educação de qualidade e que têm de estar além de uma ótica que vise somente a “rentabilidade” e a “produtividade”, pois o “desenvolvimento do homem” impulsiona o desenvolvimento econômico-social, ao contrário do princípio de que muitos planos de desenvolvimento partiam, o de que o crescimento econômico impulsionaria o desenvolvimento do homem. Qualquer plano ou política que vise “o homem” e um verdadeiro desenvolvimento não poderá se limitar a medidas “emergenciais”, como por exemplo construção de cisternas, programas de primeiro emprego, de segurança alimentar e assentamentos limitados, medidas que, embora sejam de certa forma úteis, num quadro mais geral são de ínfimo efeito de desenvolvimento, são apenas pequenos comprimidos de “dipirona” em meio a uma enxaqueca crônica, a um desequilibro orgânico grave.

O fato de não se enxergar pessoas e não se atentar para aspectos não econômicos da realidade causou grande dano ao pensamento de Furtado e conseqüentemente aos planos de desenvolvimento que envolviam o nordeste e seu semi-árido. Contribuiu para que sua execução concreta não tivesse os resultados esperados, o de provocar no Nordeste um desenvolvimento “auto-sustentado”. Provocaram , na verdade, um crescimento fictício, que combina aumento de produção com aumento da pobreza e da miséria, fenômeno que muitos cientistas chamam de “modernização conservadora” É claro que se pode argumentar, e com alguma razão, que entre a concepção de um plano e sua execução subsiste uma gama de fatores que vão desde resistências políticas até acasos imponderáveis, que fazem parte da vida e que contribuirão certamente para uma série de distorções e desvios e para uma avaliação negativa das políticas e do projeto, o que equivale a dizer que, como em um provérbio popular, sempre *na prática a teoria se torna outra*, que em caso de se lidar com realidades complexas, nada será perfeito. No entanto, mesmo dentro deste raciocínio, sabe-se que para se resolver problemas, “contornar” talvez não seja a atitude mais recomendável, ainda mais quando se fala de problemas estruturais como estes levantados.

No âmbito circunscrito deste trabalho, espero que este possa ter servido pelo menos para clarificar melhor algum aspecto da realidade das distorções dos planos de desenvolvimento, mormente a importância para a análise deste se atentar para o aspecto humano dos que concebem e executam, com suas paixões e idiossincrasias pessoais, e dos “objetos” aqueles aos quais se aplicam, objetos que devem ser elevados à categoria

de sujeitos, a grande massa humana que constrói, através de uma luta árdua e diária, sua vida, e o futuro de seu país

VII - Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C. – *Planejamento Regional: O Caso da SUDENE* – in *Revista de Administração de Empresas,* Rio de Janeiro 11(3):, Jul-Set de 1971 pp 97-103

ALMEIDA, José Américo de - *A Bagaceira* 13ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora 1974

ARAÚJO, Tânia B de – *Nordeste, Nordestes, Que Nordeste?* - Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e Urgências. 2000.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti – *O Impacto de Projetos Governamentais de Desenvolvimento Regional Sobre a Sociedade Camponesa do Nordeste Brasileiro – SUDENE e Proálcool – 1960-1990* in *Memórias Del II Simpósio Internacional de la Universidad de Varsóvia sobre América Latina,* 16-21 de septiembre de 1991 Tomo 4, Varsóvia, CESLA/Departamento de América Latina/Instituto de Países em Desarrollo, 1992 pp 109-138

_____ *A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão* – Rio de Janeiro, MAUAD, 2000

BIELSCHOWSKY, Ricardo – *Pensamento Econômico Brasileiro*; o ciclo ideológico do desenvolvimentismo - 1930-1964 Rio de Janeiro, Ed Contraponto, 2004

BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J.M.(org)- *A Grande Esperança em Celso Furtado* – São Paulo, Editora 34, 2001

CASTRO, Josué de - *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço* 10ed Rio de Janeiro Ed. Antares 1987

_____ *Documentário do Nordeste* 2 ed São Paulo Ed. Brasiliense 1959

_____ *Homens e Caranguejos* – Rio de janeiro, Civilização Brasileira 2001

_____ *Sete Palmos de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva* – São Paulo, Brasiliense 1967.

_____*O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço* – Revista Brasiliense jan/fev 1962 n 39 pp 11-36

_____*Josué de Castro, por um mundo sem fome* – Projeto Memória CNPQ/PETROBRÁS/MINC

COHN, Amélia – *Crise Regional e Planejamento* – São Paulo, Ed Persspectiva, 1978

CUNHA, Euclydes da - *Os Sertões* – Rio de Janeiro, ed. Livraria Francisco Alves 13ª edição 1936

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda - *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* 11ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional 1969

FURTADO, Celso – *A Fantasia Organizada* –São Paulo, Paz e Terra, 1997.

_____ *A Fantasia Desfeita* – São Paulo, Paz e Terra 1997

_____ *Formação Econômica do Brasil* – Rio de Janeiro Ed Fundo de Cultura, 1964

_____ *Operação Nordeste* –Rio de Janeiro, ISEB, 1959

_____*Entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola* – Rio de Janeiro, EdUERJ 2002

_____ *O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento*, Revista de Economia política v 4 n 3 jul-set de 1984

_____ *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* – Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo v. 1, 1, p. 12-19, dez. 1981

FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Operação Nordeste: dois nomes, duas opiniões.* Revista O Observador Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro Abril de 1959 núm 278 pp 26-33

HALBWACHS, Maurice – *A Memória Coletiva* – São Paulo, Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

LINHARES, Maria Yedda (org) – *História Geral do Brasil* – Rio de Janeiro, Campus, 1996

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da – *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias* – São Paulo, Brasiliense, 1981

MALLORQUIN, Carlos – *Celso Furtado: Um Retrato Intelectual*, Rio de Janeiro, Ed Contraponto, 2005

MANÇANO, Bernardo & WALTER, Carlos – *Josué de Castro: vida e obra* – São Paulo, Editora Expressão Popular, 2000

MIGNOLO, Walter D. – *Espacios Geográficos y Localizaciones Espistemologicas: la Ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos* - Ubicación original: Http://www.javeriana.edu.co/pensar/Rev34.html

NORA, Pierre – *A Problemática dos Lugares* – Revista Projeto História, São Paulo (10),
dez 1993

OLIVEIRA, Francisco de- *A Navegação Venturosa; ensaios sobre Celso Furtado* – São Paulo, Boitempo Editora, 2003

_____*Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco* – São Paulo, Boitempo editora, 2003

_____*Elegia Para uma Re(li)gião* – Rio de Janeiro, Paz e Terra 1993

QUEIROZ, Rachel de - *O Quinze*, romance por Rachel de Queiroz; ilustrações de Poty 39 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

SILVA, Tânia Elias Magno da - *Imagens da Fome e o Itnerário Intelectual de Josué de Castro*. Natal, Revista Cronos v.1, n.2, p.73-92, jul./dez. 2000

TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Corrêa de & PEREIRA, Raimundo Rodrigues – *Seca e Poder; entrevista com Celso Furtado* – São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998

TEÓFILO, Rodolfo - *História da Secca do Ceará: 1877 - 1880*. Fortaleza, Typographia do Libertador - 1883.

_____ A Fome - Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2002

Documentos:

Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste – *Brasil, Conselho de Desenvolvimento, GTDN – 2ª Edição, Recife, SUDENE, 1967*

Anexo I : Operação Nordeste: Dois Nomes e Duas Opiniões[167]

Celso Furtado

- Se quisermos empregar a totalidade da mão-de-obra, teremos que regredir na tecnologia a tal ponto que não seria possível utilizar o tipo de capital disponível

- Não posso conceber que o governo ponha enormes recursos no sistema de irrigação do Nordeste e estas terras, depois, não possam ser utilizadas com um fim social

- Temo formular o problema em termos imprecisos e levantar contra uma solução racional uma onda de incompreensão

- O nordeste tem uma vocação pecuária fundamental

- Se criarmos no nordeste um sistema industrial, e para isto nós já dispomos de mão-de-obra e de energia e de outros elementos, estou certo de que criaremos outra classe de dirigentes

- Reforma agrária: precisamos de poder aproveitar a terra

Josué de Castro

- Estou de acordo em que no Nordeste o grosso da população não trabalha. Há o que se chama o desemprego disfarçado ou o subemprego, tanto na região urbana como na região rural. Talvez seja mais fácil corrigir esse

[167] FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – *Operação Nordeste: dois nomes, duas opiniões.* Revista O Observador Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro Abril de 1959 núm 278 pp 26-33

desequilíbrio estrutural, do que deslocar suas populações como recomenda a Operação Nordeste

- Mocambópolis: ali tudo é, foi, ou vai ser caranguejo. E, como se sabe, o caranguejo caminha para trás

- A subprodutividade nordestina não é conseqüência da pobreza física, mas das condições econômico-sociais.

- A zona semi-árida pode ser aproveitada também para as culturas de sustentação, por meio de um tipo de agricultura superintensiva, como estão fazendo outros países do mundo

- Reforma agrária: ela é uma necessidade, um verdadeiro imperativo histórico do momento. A Operação Nordeste deveria ter-se referido claramente a ela.

Vinte e dois milhões de homens que vivem nos nove Estados do Nordeste brasileiros estão sendo chamados para uma tomada de consciência. O homem da rua ainda olha meio desconfiado para o governo que, no início de uma campanha para a sucessão presidencial, lança um plano audacioso para salvar o Nordeste, vítima das secas periódicas, com uma grande percentagem do emprego baseada no artesanato, um Nordeste sem indústria, descapitalizado, e onde a "causa-mortis" infantil mais comum é esse nome bonito dado à fome: "avitaminose congênita"

Deputados nordestinos, de Estados e partidos diferentes, reunidos pelo comentarista político Geber Moreira em seu programa radiofônico "Cartas na Mesa", da Rádio Nacional, apresentaram várias reservas ao plano da "Operação Nordeste". Encontravam-se presentes figuras expressivas como o professor Josué de Castro, do PTB, o Coronel Virgílio Távora, da UDN, e o Sr Martins Rodrigues, do PSD. Noutra oportunidade, o professor Josué de Castro foi intérprete destas restrições, debatendo-as com o autor do relatório que deu origem à "Operação", o economista Celso Furtado, já então diretor-executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. O

que apresentamos aos leitores de "O Observador" é o debate então travado entre os dois eminentes homens públicos, em todos os seus detalhes.

As Reservas:

Josué de Castro – São os seguintes, Dr Celso Furtado, os pontos em que foram levantadas reservas:

Em primeiro lugar, o relatório afirma e quase que tem uma de suas diretrizes de base no conceito de que existe no nordeste um excesso relativo de população. Em face disto, a "Operação Nordeste", ao mesmo tempo em que tenta impulsionar a economia local, tenta deslocar esse eventual excesso de população , disseminando-a numa área maior – como diz o relatório – procurando ampliar as fronteiras do Nordeste. De qualquer forma, haverá uma mudança na atual distribuição dessa população. A reserva neste caso é que não estamos de acordo em que haja esse excesso de população e debateremos o problema no momento oportuno.

O segundo ponto é aquele em que o relatório, ao analisar as causas fundamentais do marasmo econômico do Nordeste, da defasagem entre a economia do Nordeste e o sistema econômico do Sul, baseada principalmente na subprodutividade regional, diz que esta subprodutividade visivelmente é conseqüência da pobreza física: mais da pobreza física do Nordeste do que das condições econômico-sociais. Entre as condições econômico-sociais não faz nenhuma referência ao tipo de estrutura agrária da região, que eu considero – e levantei o problema – extremamente grave, como fator de estrangulamento da economia regional pelo seu arcaísmo. A nosso ver o sistema de "tenença" da terra no Nordeste me parece um fator que precisa ser modificado, sob pena de dificilmente termos um rendimento positivo na Operação Nordeste.

O terceiro ponto é aquele em que o relatório preconiza que na zona semi-árida do sertão do nordeste se concentrem todos os esforços na exploração do cultivo das plantas xerófilas. Essa zona, como nós sabemos, é até hoje uma zona de exploração econômica mista, de agropecuária, de uma agricultura extensiva, realizada através de processos primários e de uma pecuária também primária, com processos rudimentares, sem seleção dos rebanhos, sem outros atendimentos, sem estabulação. Sugere o relatório que se transforme esta região em uma região de agricultura de plantas xerófilas, principalmente das do algodão e outras fibras. Também aí fazemos uma certa reserva. Considerando a gravidade do problema do abastecimento do Nordeste, somos de

parecer que esta região, na parte que pudesse ser irrigável, deveria ser aproveitada também para as culturas de sustentação(que são altamente rendosas neta região) através de um tipo de agricultura superintensiva, como estão fazendo outros países do mundo.

De um modo geral, foram esses os três aspectos mais debatidos do relatório de base da Operação Nordeste.

Ao lado das reservas, eu desejaria também fazer ao Dr. Celso Furtado algumas sugestões no sentido da execução do plano, porque sou daqueles que têm um certo receio de que a coordenação destes vários organismos que operam no Nordeste e que dependem de diferentes ministérios constitui uma tarefa extremamente árdua. Daí a necessidade – e eu gostaria de ouvir a sua opinião – de como pensa vencer as resistências naturais que irão ocorrer em matéria de suscetibilidades, de ciúmes funcionais, administrativos, para poder realmente levar a efeito o plano chamado "Operação Nordeste"

Esta é a síntese que eu posso fazer do sentimento e do pensamento expressos por meus companheiros de representação do Nordeste no Parlamento. Sempre que for necessário, eu me permitiria chamar a atenção do Sr Celso Furtado para que, ao responder a essas objeções, dê atendimento a certos pontos que nos pareçam obscuros ou para lhe dizer quando estamos inteiramente de acordo com seu magnífico relatório.

Celso Furtado – Muito agradecido, Dr. Josué, pelas referências amáveis a esse relatório, que constitui, evidentemente, o esforço de todo um grupo de pessoas. É a síntese final de toda uma série de estudos que já vinham sendo feitos no Brasil, aos quais apenas eu acrescentei um pouco de minha experiência em outros países e um pouco de minha paixão pela coisa do Nordeste.

Cada uma das perguntas aqui formuladas pelo professor Josué de Castro encerra toda uma problemática, todo um conjunto de preocupações que são dele e também minhas. De maneira nenhuma seria possível responder adequadamente a todos esses problemas, esclarecer a todas essas dúvidas. Portanto, cingir-me-ei aos aspectos mais importantes.

O problema, professor Josué, do excedente de mão-de-obra é evidentemente de muita complexidade, e o senhor sabe tão bem quanto eu, que constitui objeto de muita controvérsia. Para nós, economistas, esse problema parece extremamente simples. Nós concebemos o processo econômico, o processo de produção, da mesma forma como o concebiam os clássicos da ciência econômica no século XIX: como uma simples combinação de fatores de produção.

Agora, nós damos um passo adiante dos clássicos. Os clássicos pensavam que os fatores de produção podiam se combinar em qualquer ordem e em quaisquer proporções. Aliás, essa é também uma premissa de toda economia neoclássica, chamada a economia marginalista.

Sabemos, modernamente, existir um elemento que determina a forma, como é economicamente possível combinar os fatores de produção. Esse elemento é a técnica. É a tecnologia que tem de ser absorvida. Ora, a tecnologia que nós absorvemos no Brasil, numa economia subdesenvolvida como a nossa, não é exatamente a tecnologia que corresponde à disponibilidade relativa de fatores. Não é a tecnologia que corresponde, digamos assim, à constelação de fatores que aí temos. E, por isso, temos aquilo que os economistas chamam um desequilíbrio ao nível dos fatores de produção Esse desequilíbrio ao nível dos fatores de produção significa, simplesmente, que nós jamais poderemos conseguir o pleno emprego de todos os fatores. Se empregarmos totalmente o capital disponível não poderemos empregar a totalidade da mão-de-obra. E se quiséssemos empregar a totalidade da mão-de-obra teríamos que regredir na tecnologia a tal ponto que, por isso mesmo, não seria possível utilizar o tipo de capital, os equipamentos disponíveis.

Desse desequilíbrio resulta o que chamamos de um excedente estrutural de mão-de-obra. Eu fiz uma tentativa um tanto audaciosa de inovação, em meu informe, para medir esse excedente apenas nas zonas urbanas do Nordeste. Na zona urbana o emprego deriva primariamente da indústria e secundariamente de serviços ligados à indústria e finalmente de outros serviços que estão ligados ao nível de renda da população. Há uma certa interdependência entre os serviços ligados à indústria e o nível de renda e, portanto, os outros serviços. Daí, haver uma certa interdependência entre todos os serviços e o emprego da indústria.

Partindo desse princípio, tentei uma correlação, tentei medir o excedente provável de mão-de-obra nas zonas urbanas do Nordeste. Partindo de uma hipótese que é obviamente real, a hipótese de que não existe excedente algum nas cidades do sul do Brasil , cheguei a conclusão de que o excedente nas zonas urbanas do Nordeste não é inferior a meio milhão de habitantes. Outros observadores, inclusive sociólogos, têm chegado, por outros caminhos, a uma observação similar. E, exatamente por isso, empenhei-me no problema da industrialização. Não seria possível jamais absorver `a grande esse excedente nas zonas urbanos do Nordeste, sem um plano de industrialização. Mas, se nós damos um passo adiante, se considerarmos o problema do

excedente ocupacional não-somente nas zonas urbanas mas também no conjunto do Nordeste, chegaremos à conclusão que nas zonas rurais esse excedente deverá ser, obviamente, maior do que nas próprias zonas urbanas. Não vou me deter numa análise técnica do problema porque evidentemente me afastaria do interesse imediato que apresenta a questão. Apenas quero me limitar a chamar a atenção do professor Josué de Castro para o fato de já hoje em dia, em todos os países subdesenvolvidos, se chegou a admitir que uma política de desenvolvimento, um plano de desenvolvimento, é basicamente, uma política de criação de emprego. Quando, em Porto Rico, se elaborou um plano de desenvolvimento, por economistas ortodoxos ou semi-ortodoxos, o objetivo imediato, o único objetivo explícito desse plano, era criar uma certa massa de emprego anualmente. Isso, pelo simples fato de que se partia de um pressuposto de que existe em Porto Rico um excedente substancial de população, isto é, uma margem grande de subemprego.

Deslocamento da Fronteira Agrícola

Prossegue o economista Celso Furtado:

Dando um passo adiante nas observações eu chamaria a atenção para um outro aspecto da questão de excedente populacional, que é aquele que chamei de deslocamento de fronteira agrícola. Na verdade, se se considera que o Nordeste é um sistema econômico relativamente pobre do fator terra – porque esse é um princípio básico de toda a nossa concepção do problema – se se tem um excedente estrutural, relativamente ao sul do Brasil; se é possível incorporar esse fator terra ao sistema econômico nordestino ; se é possível aumentar a oferta de terra, obviamente estaremos caminhando para uma possibilidade de combinação mais harmônica dos fatores. Daí a concepção de deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste. Trata-se de incorporar ao Nordeste aquilo que é escasso no Nordeste, que são as terras úmidas, as terras com precipitação pluviométrica regular.

Esse problema do deslocamento da fronteira agrícola leva-me diretamente àquele outro que o professor Josué de Castro muito bem levantou do aproveitamento das terras semi-áridas do polígono das Secas....

Ciclo do Caranguejo

Josué de Castro – Talvez se o Dr Celso concordasse, eu gostaria que precisássemos alguns pontos do debate sobre o problema do excedente de mão-de-obra ou excedente de população. Se me permitisse, gostaria de lhe dar um aparte sobre esse aspecto, precisar melhor os meus pontos de vista para que, talvez, o Dr Celso Furtado possa me dizer se está de acordo ou qual é a divergência que existe fundamentalmente, antes de passarmos a outro ponto de vista. Está de acordo?

O problema que eu gostaria de chamar atenção é o seguinte: eu creio que o Dr Celso está de acordo que não se pode considerar que há excesso de população quando se faz um estudo comparativo de densidade de população entre o Nordeste e várias outras regiões do mundo. O Nordeste tem de ser considerado, dentro desse aspecto como uma região subpovoada, talvez uma região medianamente povoada, nunca uma região superpovoada. Isto é uma tese de princípio de geografia econômica ou geografia humana.

Eu estou plenamente de acordo em que existe um excesso de mão-de-obra estrutural em face da falta de horizonte de trabalho, da falta de possibilidades, da falta de recursos, ou melhor, em face da falta de investimentos que tenham provocado a dinamização da economia daquela região. Isto significa que não há excesso de senão em face da improdutividade do Nordeste. Estou de acordo que no Nordeste o grosso da população não trabalha. Há o que se chama de desemprego disfarçado ou o subemprego, tanto na região urbana quanto na região rural. Quanto à região urbana, fui talvez dos primeiros a denunciar aquele fato das mocambópolis em torno da cidade em que nasci, o Recife, com cerca de 150.000 indivíduos vivendo nos mocambos, dentro do “ciclo do caranguejo”; marginais, sem terem nada que fazer a não ser pescar caranguejo, lançar os seus dejetos ali mesmo para o caranguejo comer e comer o caranguejo outra vez. É, por isso, que eu disse que ali tudo é, foi, ou vai ser caranguejo. E, como se sabe, o caranguejo caminha para trás.

Não havia possibilidade nenhuma de desenvolvimento, senão de regresso econômico e social para aqueles grupos humanos. Longe de mim, portanto, ser contra a industrialização de deve absorver esse excedente de população, que não tem ocupação em face de ter sido expulso da zona rural por uma conjugação de fatores naturais e culturais; o fator natural do fenômeno da seca mais o fator de base que é o subdesenvolvimento da zona rural, a subprodutividade agrícola, o atraso econômico da região.

Agora, pergunto eu, será esse desequilíbrio estrutural, impossível ou difícil de corrigir? Talvez seja mais fácil corrigi-lo do que deslocar essas populações, desde que o que visa exatamente o plano chamado “Operação Nordeste” é dinamizar a economia tanto rural quanto urbana da região de um lado através da industrialização e de outro lado através da utilização racional da terra.

O Exemplo da China

Prossegue o professor Josué de Castro:

Eu daria o exemplo da China, que era considerada um país tipicamente superpovoado, com seus 600 milhões de habitantes - a maior massa de população do mundo – com algumas áreas com a densidade demográfica de 1500 pessoas por quilômetro quadrado (população rural, não urbana). Esta China é o país da superpovoação. País onde Malthus parecia ver consagrada a sua teoria, a China, com dez anos de trabalho intensivo de desenvolvimento econômico, tanto no campo industrial quanto no campo rural, veio provar que nem havia excesso de gente nem falta real de terra, como se apregoava. E a demonstração disso é que a China agora, nesse ano de 1959, vai cultivar apenas um terço das terras que eram cultivadas anteriormente. Um terço vai ser para a restauração de suas florestas. O outro terço vai ficar em repouso. A China, através dos métodos agrícolas superintensivos, sem máquinas, - (não é mecanização, mas uma conjugação de fatores de produção, de técnicas manuais) – aproveitando o seu aparente excesso de gente, pôde promover um tipo de agricultura superintensiva que absorveu uma grande parte de sua população. Sem absorver inteiramente a população, permitiu que uma outra parte fosse para a indústria. Reequilibrou esse excedente estrutural de mão-de-obra em face da aparente escassez de terra. Ora, como o plano do Dr Celso Furtado visa exatamente a um aproveitamento racional de recursos, não me parecesse que a premissa de um excedente estrutural de mão-de-obra autorize o deslocamento. A estrutura está em movimento. É dinâmica. É exatamente sobre essa estrutura que vamos agir. Como vamos mudar essa estrutura, porque nos apressarmos em deslocar essas populações que, talvez, em face dessa mudança estrutural, sejam mais necessárias nesta região? Pelas razões que poderemos debater em continuação a ...

Celso Furtado – (interrompendo): professor Josué de Castro, vejo que se nos entendermos tanto sobre este ponto não poderíamos abordar os outros. Queria chamar a atenção ao senhor para o seguinte: eu não conheço os detalhes tão bem quanto o senhor sobre o problema da China, mas estou seguro de que os chineses estão também muito preocupados com o crescimento de sua população e empreenderam o plano mais audacioso de controle da natalidade que a humanidade já conheceu.

Josué de Castro: Eu lhe explico...

Celso Furtado: Eu queria...

Josué de Castro: Esse controle não foi....

Celso Furtado: Perdão, eu queria evitar maior discussão nesse ponto.

Josué de Castro: Eu gostaria de esclarecer este ponto. A China duplicou, no ano de 1958 a 1959, a sua produção de cereais, passando de 200 milhões de Toneladas para 400 milhões. Explicaram-me os componentes do governo chinês que a necessidade do plano de controle de natalidade, lá adotado, não se deve à questão da alimentação. É que eles são incapazes de educar a extraordinária massa de crianças, que é de cerca de 30 milhões por ano. A China hoje é o primeiro produtor de trigo do mundo. Passou os Estados Unidos. Já era o primeiro produtor de arroz. E é o segundo produtor de algodão.

Celso Furtado: Voltemos ao Nordeste, professor Josué.

Josué de Castro: Sim, voltemos ao Nordeste

Pobreza Física

Celso Furtado – Voltando ao Nordeste, professor Josué de Castro, gostaria de esclarecer que o que eu quero fazer é exatamente aplicar o critério que o senhor está advogando. Trata-se de uma estrutura dinâmica. E se é dinâmica, não tenho porque respeitar a estrutura que lá existe. Quando o senhor pergunta se “não podemos criar mais emprego no Nordeste”, deve levar em consideração que para criar mais emprego no Nordeste é preciso capital e capital é um fator limitado.

Josué de Castro – Não é preciso capital para deslocar essa gente? Meu receio é o que se vai gastar, o que se vai investir para deslocar essa gente.

Celso Furtado – capital é um fator limitado e, quando pensamos em aplicar capital, consideramos, evidentemente, as várias alternativas. E, se deslocar gente custa mais caro do que criar emprego no Nordeste, evidentemente não se pode deslocar gente, seria um contra-senso. Agora, se existe abundância de terras no Nordeste, dentro do

próprio Nordeste, nos vales úmidos e na fronteira do Nordeste, por que razão não vamos incorporar esse fator se exatamente se trata de modificar uma estrutura? O Nosso objetivo é elevar a produtividade do trabalhador nordestino. Essa produtividade só pode ser elevada se melhorarmos a técnica, se aumentamos a quantidade de capital ou se aumentamos a disponibilidade daquele fator escasso. Agora queria....

Josué de Castro – Poderia fazer-lhe duas perguntas, Dr Celso?

Haverá necessariamente dois tipos de despesa. Um a "mise–en-valeur" dessas terras que estão hoje inaproveitadas. Segundo, o deslocamento dessas populações que estão nas regiões, seja da mata, seja da zona semi-árida do Nordeste, para esses vales úmidos ainda desaproveitados. Não constitui, portanto, isso, a necessidade de investimentos vultosos que poderiam ser aproveitados na própria utilização dos recursos da região semi-árida do Nordeste e na região da mata?

Celso Furtado – Quando se demonstre, em cada caso, que esses recursos são demasiadamente elevados, mais elevados do que criar indústrias, criar emprego dentro da região, eu, como economista, adotarei o critério mais racional

Josué de Castro – Deslocar sem esses cálculos não é perigoso? Não há cálculos que autorizem afirmar que o deslocamento é mais barato.

Celso Furtado – Dr Josué de Castro, partindo de um princípio geral, quando eu calculo em meio milhão de pessoas subempregadas e quando eu visito a região semi-árida e encontro nessa região uma massa enorme de população que, sem assistência de caráter emergencial do governo, é reduzida totalmente à indigência, estou partindo de uma realidade. Eu não estou partindo de uma fantasia nem de uma teoria. Estou partindo simplesmente de um problema equacionado. Existe na região semi-árida do Nordeste, atualmente, uma população de seis milhões de pessoas que podem ser reduzidas à indigência pela seca. Eu procurarei – e creio que todo economista tentaria sempre – utilizar essa população ali onde ela está. Quando for possível a que, mesmo se se aproveitasse toda a água que se precipita no Nordeste Oriental, não levaríamos a irrigação muito longe. As possibilidades reais dessa irrigação não passarão de meio milhão de hectares. É a metade da área irrigada que existe, por exemplo, no vale central do Chile. E, não vai ser com esse meio milhão de hectares que se poderá criar emprego para essa enorme massa de população de muitos milhões que vive na região semi-árida.

Uma vez criada uma economia pecuária na região semi-árida, será possível elevar a produtividade suficientemente para que essa população possa depender de alimentos que venham de outra região.

A população poderá contar, assim, com elementos que não dependam de um colapso como no caso das secas. Demonstram-se isso – e eu estou seguro que isto é possível, até certo ponto – também aí haverá oportunidade de emprego para uma grande massa de população.

Quando eu falo que existe pobreza física no Nordeste, quero dizer que a estrutura agrária do Nordeste tem um elemento de pobreza que é de ordem natural. Quero dizer apenas que, para cada homem que está trabalhando no Nordeste atualmente, existe aproximadamente a metade da área arada ou da terra cultivada que existe no centro-sul do Brasil. Para cada homem que trabalha na agricultura do Nordeste existe 1,3 hectare de e aqui, no Sul, 2,3 hectares. Por outro lado, mesmo ali onde a terra é boa, no Nordeste, como na zona da mata, o rendimento , por exemplo, por hectare de cana, é substancialmente inferior ao que se obtém aqui no Sul do país. Portanto, existe uma realidade, que estatisticamente se pode medir. É uma constelação de recursos do campo agrícola inferior àquela que se apresenta na região sul. Isto não significa que no Nordeste...

Josué de Castro – Não significa que seja produto do solo pobre. Significa, em grande parte, que as técnicas agrícolas da região são muito mais pobres que as da zona Sul.

Celso Furtado – Não. Não somente. Primeiramente.

Josué de Castro – O caso da cana foi o esgotamento do solo por métodos de cultura intempestivos. Foi a falta de seleção. Houve um grande progresso da parte industrial e um descaso absoluto pela parte agrícola da exploração da cana-de-açúcar. Isso é o que esgotou o solo do Nordeste. Quero dizer que não se trata de um problema físico. Não é um problema de riqueza ou de pobreza do solo. Ë um problema econômico.

Celso Furtado – É um problema físico: o problema da quantidade de terra por homem ocupado na agricultura, que, como eu afirmava, é de pouco mais da metade daquilo que se observa no centro-sul do Brasil.

Josué de Castro – mas essa proporção eu considero um problema econômico humano e não um problema físico. Problema físico é o tipo de solo, sua fertilidade, seu potencial biótico. Nós podemos dizer que uma zona desértica é fisicamente pobre, em comparação com um vale úmido, desde que não haja água para irrigá-la. Mas o volume de população que ela exige não pode ser incriminado de condição física. A população é uma condição humana, não física.

Celso Furtado – na região semi-árida, por exemplo, para cada homem, para cada morador que trabalha numa fazenda, dificilmente se consegue mais de um e, às vezes, mais de meio hectare para que ele produza aquilo de que necessita para comer. E isso é, obviamente, um problema de superpopulação agrícola, com respeito às terras que podem produzir alimentos. Mas, eu gostaria de partir do seguinte esquema: mesmo aqui, no sul do Brasil, onde a tecnologia é muito primitiva, a quantidade de terra é mais abundante. Eu creio que nenhuma pessoa nega que, no Sul do Brasil, existe mais terra, relativamente, que no Nordeste. Em segundo lugar, ninguém pode negar que o Nordeste tem a desvantagem de uma precipitação mais concentrada, de um período seco maior e, principalmente, de um risco de colapso total na precipitação pluviométrica. São dados, são coisas mais ou menos óbvias...

Josué de Castro – não no Nordeste.

Celso Furtado – No Nordeste, digamos, no chamado Polígono das Secas, onde estão 12 milhões de pessoas adultas.

Irrigação e reforma agrária

Celso Furtado – Quando eu falo em cultivar xerófilas, apenas estou pensando em se adaptar de alguma forma ao meio, de viver coma natureza. Não se trata, de maneira nenhuma, de eliminar a pecuária. O Nordeste tem uma vocação pecuária fundamental. A região semi-árida terá sempre na pecuária a sua base econômica. Entretanto, a xerófila, na verdade, é o tipo de agricultura comercial que pode produzir – e se está produzindo hoje me grande escala – na região semi-árida.

Josué de Castro – e pode se desenvolver ainda mais.

Celso Furtado – e pode se desenvolver. Eu me preocupo apenas em criar, com esses elementos que são totalmente adaptados à região, uma economia que seja resistente ao fenômeno que nós chamamos seca. Porque, professor Josué de Castro, numa seca, o algodão bem cuidado não terá perda de mais de 20 a 25%; numa seca a cultura de cereais tem quebra de cem por cento e a população que depende desses cereais para viver é totalmente reduzida à indigência.

Josué de Castro – Se não for uma zona de irrigação.

Celso Furtado – O problema da irrigação é fundamental no Nordeste. Qualquer idéia, qualquer plano de criar uma economia resistente à seca terá que ter nas zonas de irrigação seus pulmões básicos, digamos os seus canais de alimentação fundamentais.

Existe no Nordeste, no chamado polígono oriental, na região semi-árida, a possibilidade de irrigar pelo menos 250 mil hectares. Se esses 250 mil hectares pudessem ser utilizados para a produção de alimentos, em caso de que se anuncie, no caso de que se anuncie uma seca, nós estaríamos no Nordeste em condições muito diferentes da que estamos hoje me dia. A verdade é que a quantidade de terras efetivamente irrigadas é muito pequena. Não temos mais de 15 mil hectares nas chamadas bacias de irrigação...

Josué de Castro – Não há irrigação...Só há irrigação em escala experimental

Celso Furtado- E essa irrigação mesmo, essas terras irrigadas, estão em grande parte imobilizadas por culturas permanentes e não podem ser utilizadas para a produção de gêneros alimentícios, de cereais por exemplo, em caso de seca. Essas terras estão simplesmente imobilizadas. Por isso, quando eu penso em reforma agrária no Nordeste, ou seja, em reorganização da economia agrícola nordestina, eu estou pensando em criar uma agricultura, isto é, uma economia agrícola adaptada à região. Se é necessário modificar o regime de propriedade da terra para poder utilizar as terras irrigáveis – e disso eu estou convencido – do polígono para fins de produção de alimentos para tornar a economia mais resistente às secas, cabe ao Dr Josué e aos deputados que com ele estão no Congresso tomar as providências necessárias, dar-nos os instrumentos legislativos adequados para que possamos atuar. Eu não posso de maneira nenhuma conceber que o governo ponha enormes recursos no sistema de irrigação do Nordeste, seja no São Francisco, seja no polígono das secas e essas terras depois não possam ser utilizadas com um fim social.: com o objetivo de tornar a economia resistente ao fenômeno das secas. Eu pretendo, Dr Josué de Castro, e penso equacionar esse problema sistematicamente, racionalmente, na medida em que ele se apresente no Nordeste, dentro da realidade nordestina. O que eu temo – porque no Brasil já se demonstrou ser contraproducente - é formular o problema em termos imprecisos e levantar contra uma soluça racional , que poderia ser perfeitamente aceita por uma grande parte da população do País, uma onda de incompreensão. Evidentemente, em torno de slogans ou em torno das frases feitas se reúnem muitos interesses que nem sempre são perfeitamente definidos. Quando eu digo criar economia resistente no Nordeste, digo irrigar o Nordeste, digo produzir aquilo que é possível racionalmente, mas digo, principalmente, criar uma economia em que a população esteja defendida contra este estado de indigência a que ela hoje se encontra reduzida pela seca.

Josué de Castro – Dr Celso, eu estou realmente satisfeito em ouvir essas palavras em que o senhor assevera que não concebe fazer nenhuma irrigação, nem

estruturar e fortificar a economia agrícola do Nordeste com a estrutura agrária existente atualmente na região. Isto significa que é absolutamente necessário, indispensável, portanto, uma reforma agrária, senão na escala nacional, pelo menos regionalmente. A conjugação de fatores que lá atuam na forma em que atualmente se encontram dispostos, transforma-se num fator de emperramento da expansão da economia regional e da utilização racional dessas terras. Ora, se o Dr Celso Furtado está de acordo com isso, acha que nós parlamentares devemos, por todos os meios, promover a aprovação de uma reforma estrutural da economia da região, uma reforma agrária, é lamentável que seu relatório não tenha nada sobre isso. A ausência de uma referência nesse sentido se constitui como um fator negativo para a campanha que é necessário fazer para formação de uma opinião pública favorável a fim de que se aprove uma reforma agrária no Brasil. O senhor sabe, Dr Celso, muito bem, os enormes interesses em jogo no problema da reforma agrária em qualquer parte do mundo. E, no Nordeste, sabemos que existem lado a lado os dois fenômenos mais graves: o açambarcamento da terra, o latifúndio, e a pulverização da terra, que é o minifúndio. Ora, se encontrássemos no seu relatório – mas eu espero encontrar em outras declarações suas – expressões nítidas de que essa reforma é indispensável e essencial, ela não poderia ser interpretada como uma demagogia ou como uma medida puramente de finalidade política. Ela é uma necessidade, um verdadeiro imperativo histórico do momento, sem o que nada será feito de positivo. Daí o meu interesse em provocar-lhe esse pronunciamento a fim de que não se pense que a Operação Nordeste foi concebida sem pôr em linha de conta aquilo que eu chamo um pré-requisito para o desenvolvimento da agricultura, que por sua vez, é ao meu ver, um pré-requisito para a industrialização racional do Nordeste. Era isso que eu gostaria de precisar e estou contente com as declarações do Dr Celso Furtado

Celso Furtado – Dr Josué de Castro, eu sou um economista, um homem extremamente racional.. Exatamente por isso que sou um economista. Eu não sou político. Eu não sou sociólogo. Não sou filósofo. Um problema para mim tem que ser formulado em termos extremamente precisos. Não quero usar mais nenhum objetivo e nenhum advérbio. Eu encontrei a expressão reforma agrária, em muitas partes do mundo, ligada a coisas muito distintas. O que nós necessitamos no Nordeste é algo de extremamente simples e que está definido na constituição desse país; é poder utilizar a terra, não uma terra qualquer, uma terra que pertença à coletividade, ao governo, pelo simples fato de que se ela tem valor é porque o governo está colocando dinheiro nela

Josué de Castro – O direito de propriedade, que a constituição protege, torna inibitória a possibilidade de utilização dessa terra em benefício da coletividade porque a desapropriação pelo chamado preço justo em dinheiro é inacessível a qualquer plano econômico de um país subdesenvolvido. Saí a necessidade de interpretação dessa constituição, que não deve ser imprecisa. Deve ser precisa. Mas deve basear-se me dados econômicos, donde a necessidade de que os economistas se pronunciem sobre esse problema que é social e que é político.

Celso Furtado – Dr Josué, a situação no Nordeste é simplesmente a seguinte: o senhor tem uma bacia de irrigação. Ela é uma ficção. Ela passa a existir como realidade econômica a partir do momento em que o governo coloca os seus milhões, as suas centenas de milhões de cruzeiros, em uma barragem, em canais de irrigação. Até esse momento, essa bacia não tem nenhum valor econômico. Pois, Dr Josué de Castro, essa bacia podia ser perfeitamente desapropriada, ser pago o justo preço, se há, evidentemente, a intenção, digamos, de utilizá-la economicamente e caráter social. Se nós não fazemos a desapropriação no momento oportuno, esperamos construir a barragem, valorizar as terras para fazer a desapropriação, é porque, evidentemente, nós não estamos preparados para aplicar aquilo que as nossas leis já permitem, quanto mais para realizar uma reforma agrária.

Eu considero que as terras do Nordeste passíveis de irrigação não pertencem ao dono da terra no sentido econômico, pelo simples fato que a produtividade desta terra não vem dela. Vem da água que chega a essa terra. Se cobrarmos, por exemplo, Dr Josué, um preço adequado pela água, nós já poderemos transformar essas terras em verdadeiros instrumentos de produção. Se nós não temos a terra na mão, temos a água. E a água é mais escassa do que a terra.

Josué de Castro – A lei chama contribuição de benefício o que a terra beneficiada deveria pagar. Mas não existe específica a respeito. É preciso, portanto, que alguma coisa seja feita nesse sentido, com a precisão que o senhor deseja. Não é a Constituição que é vaga em face das interpretações feitas, no jogo dos interesses contrários. Necessitamos de uma codificação agrária. Não chamemos reforma, cujo nome não lhe agrada. Eu também estou de acordo. Se a estrutura agrária do Brasil ainda não tem forma, como é que se vai reformar uma coisa que não tem forma? Mas vamos dar forma a essa estrutura, vamos acabar com os acasos que dificultam a ação do governo e prejudicam os interesses políticos e sociais.

Celso Furtado – No...

Josué de Castro – Daí a necessidade de uma codificação legal do problema agrário no Brasil, sem o que as ações serão pouco efetivas, deficientes, por falta de ação, em face da fluidez dessas estruturas que escapam à ação governamental. O senhor sabe que um dos fenômenos mais graves do subdesenvolvimento do Nordeste é a existência das chamadas propriedades de porteiras fechadas, onde a lei não penetra e o dono da propriedade faz e desfaz, manda e desmanda. É necessário que a legislação penetre até lá e possa realmente levar os benefícios ao maior número possível, a toda coletividade.

Celso Furtado – Isto, professor Josué de Castro: "se a lei não chega lá". Isto justamente é o que me preocupa, a mim como economista. Porque se a lei não chega é porque a estrutura social não está ainda madura sequer para receber esse tipo de lei que o senhor está pensando.

Josué de Castro – Nem nunca ficará madura com a estrutura arcaica, feudal, que é a estrutura agrária do Nordeste. É preciso quebrar esta infraestrutura para que aí penetre a educação, que aí penetre no sentido político, com os direitos e os deveres em face da coletividade.

Celso Furtado – E uma das formas de quebrar esta estrutura , Dr Josué – estou convencido – é industrializar o Nordeste. Se nós criarmos no Nordeste, digamos, um sistema industrial e, para isto, nós já dispomos de mão-de-obra, de energia e de outros elementos, eu estou certo de que criaremos outra classe dirigente para o Nordeste. Criaremos outro tipo de homem que opinará e que irá na Câmara Federal representar o Nordeste

Josué de Castro – E....

Celso Furtado – Mas eu queria, para encerrar esse assunto, dizer ao senhor o seguinte: o problema das terras irrigadas no Nordeste é um problema que hoje se conta por dezenas de milhares de hectares. Todos estamos de acordo, no Nordeste e em qualquer outra parte do mundo, de que isso é um problema que deve ter solução, seja dentro da solução proposta seja da que já existe. Mas o que nós não queremos é complicar um problema pequeno, que se mede por cem mil hectares no Nordeste, com um problema muito mais complexo, como seria a modificação de toda uma estrutura agrária dentro do Brasil e que nos levaria a postergar por muito tempo a solução que estamos almejando de imediato. Eu espero poder criar uma agricultura de irrigação no nordeste com critério social. E espero que o Dr. Josué, na Câmara, com o seu prestígio, com a sua força dialética, contribua a nos dar instrumentos necessários. Mas o que é

fundamental em tudo isso, Dr Josué, é irmos para lá com a disposição de criarmos essa economia. E até hoje, Dr Josué, se não foi possível criar essa agricultura, por falta de que as terras fossem desapropriadas, foi simplesmente porque não se irrigou nada. Se o senhor tem 15 mil hectares irrigados, isso não modifica em nada a fisionomia da região, a quem quer que pertença a terra. Por outro lado, o senhor tem na região, hoje, esses 15 mil hectares plantados com bananas, coqueiros e outras coisas que não modificam em nada a situação do problema.

Josué de Castro – Se me permite um aparte, eu lhe mostraria como foi a estrutura da terra que fez com que ela não fosse irrigada. Não interessa ao grande latifundiário promover nenhum investimento em sua terra. O que interessa é a terra esperando a valorização natural. Daí o desinteresse do chamado poder político do Nordeste em tomar uma posição progressista que leve o progresso real em benefício das grandes coletividades. Se a terra fosse melhor dividida, essas novas coletividades se tornariam mais progressistas, mais conscientes desse sentido social e teriam os representantes que o Dr Celso Furtado almeja que venham ao Parlamento. E assim ter-se-ia já irrigado essas terras com as águas que hoje servem apenas para espelhar o céu do Nordeste na mais inútil das inutilidades. Há um problema social, de estrutura, que fez com que não se promovesse o desenvolvimento econômico pelo uso de técnicas adequadas.

Celso Furtado – Dr Josué, provavelmente o Sr. tem razão. Escapa a meu campo de observação parte das afirmações que o senhor faz. Mas eu quero afirmar ao senhor o seguinte: como muito menos recursos do que aqueles que colocamos no Nordeste para as obras contra a seca nós poderíamos haver irrigado pelo menos algumas centenas de milhares de hectares.

Josué de Castro – Não tenho a menor dúvida. O dinheiro derramado no Nordeste foi jogado fora. E esse é um dos problemas mais graves. Não foi feita nenhuma política de valorização do Nordeste. Eu disse no começo desse debate – e já o tinha dito há 3 anos num discurso que fiz na câmara – que o problema mais grave do Nordeste está longe de ser o problema da seca. A seca é apenas uma gota d'água que, paradoxalmente, faz transbordar a miséria Nordeste. A seca é secundaríssima. O problema mais grave é o da estrutura agrícola O que eu lamento é não poder concordar com o Dr Celso Furtado quando diz que vai fazer um plano estrutural , procurando atacar a estrutura da região para dinamizá-la, isto é, mudar o impulso dinâmico da economia da região de acordo com as suas virtualidades e as possibilidades, e que se

deixe de lado esse problema da estrutura da terra, que m parece essencial, não só para a agricultura como para a indústria. Eu me permito dizer-lhe que não creio num plano de industrialização do Nordeste se a região não tiver um mínimo de base agrícola que permita realmente o seu abastecimento de matérias-primas com um custo de produção econômico para serem industrializados.

Celso Furtado – tenho grande satisfação em ouvir suas palavras e estou seguro de que o senhor, no parlamento, me dará esses instrumentos para que a transformação seja mais rápida.

Josué de Castro – Com toda satisfação. Não creio que esteja lá para outra coisa, senão para me esforçar por essas conquistas sociais.

Celso Furtado – Estou convencido, Dr Josué, de que mesmo que o senhor não consiga estes instrumentos, essa reforma, essa revolução agrária no Brasil, ainda assim, estou convencido de que poderemos fazer muito no Nordeste. Poderemos levar muitos recursos para o Nordeste. Poderemos criar muito emprego para muita gente no Nordeste. Poderemos fazer no Nordeste pelo menos aquilo que já se fez no sul do Brasil, sem a audácia que é um atributo de sua inteligência e que é para o Nordeste um presente, uma oportunidade para ir ainda mais rápido que o sul do Brasil.

Anexo II: Tabelas

I -PIB Agropecuário por regiões e estados selecionados – Brasil – 1939–1995

Região/Estado	Proporção do PIB (%)							
	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995
Norte	**3,3**	**1,7**	**2,4**	**4,1**	**5,0**	**6,5**	**8,5**	**7,6**
Nordeste	**23,0**	**19,3**	**27,9**	**20,9**	**19,5**	**20,6**	**20,7**	**22,0**
Minas Gerais	15,3	17,3	10,5	11,9	16,3	17,0	13,8	14,1
Espírito Santo	2,2	2,4	1,6	1,9	2,1	2,9	1,8	2,0
Rio de Janeiro	4,8	4,9	4,1	2,4	2,0	1,8	2,0	1,8
São Paulo	24,7	30,0	21,9	18,0	14,2	16,7	24,0	23,6
Paraná	4,9	6,9	11,6	12,1	11,7	11,9	9,2	8,6
S. Catarina	3,7	3,9	4,1	5,4	5,2	4,3	4,1	4,1
R. G. do Sul	13,6	10,4	11,2	15,9	12,6	10,9	8,9	9,0
Centro-Oeste	**4,5**	**3,2**	**4,7**	**7,4**	**11,4**	**7,4**	**7,0**	**7,1**
Dist. Federal	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1

Fonte: Cano, 1998.

II -PIB Industrial por regiões e estados selecionados – Brasil – 1939–1995

Região/Estado	Proporção do PIB (%)							
	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995
Norte	**2,3**	**0,9**	**1,2**	**1,1**	**3,0**	**4,0**	**4,4**	**4,5**
Nordeste	**12,1**	**9,7**	**7,5**	**7,0**	**9,5**	**12,0**	**12,4**	**11,5**
Minas Gerais	8,0	6,9	6,1	6,9	8,7	8,7	9,1	9,1
Espírito Santo	0,4	0,5	0,3	0,5	1,2	1,4	1,5	1,5
Rio de Janeiro	26,9	20,0	17,4	15,2	11,9	11,8	10,5	9,4
São Paulo	36,4	47,9	54,4	56,4	47,3	44,0	43,6	41,0
Paraná	2,2	2,8	3,0	3,0	4,9	5,2	5,0	8,0
S. Catarina	2,0	2,6	2,4	2,6	3,9	3,6	3,3	4,0
R. G. do Sul	8,7	8,0	6,9	6,3	7,4	6,9	6,4	6,9
Centro-Oeste	**1,0**	**0,7**	**0,8**	**0,9**	**1,7**	**2,1**	**3,3**	**3,6**
Dist. Federal	-	-	-	0,1	0,5	0,3	0,5	0,5

Fonte: Cano, 1998.

II -PIB Terciário por regiões e estados selecionados – Brasil – 1939–1995

Região/Estado	Proporção do PIB (%)							
	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995
Norte	**2,4**	**2,0**	**2,3**	**2,3**	**2,8**	**3,5**	**3,8**	**4,1**
Nordeste	**14,9**	**13,0**	**12,7**	**12,2**	**12,4**	**13,6**	**13,0**	**12,8**
Minas Gerais	7,8	8,3	7,8	8,2	8,4	8,9	8,0	8,1
Espírito Santo	0,9	1,0	0,7	1,4	1,5	1,7	1,4	1,5
Rio de Janeiro	27,6	26,7	24,8	20,6	18,2	13,9	15,4	12,6
São Paulo	32,7	33,8	35,4	35,0	34,8	32,9	33,9	36,7
Paraná	2,1	3,1	4,2	5,3	5,4	5,7	4,9	5,6
S. Catarina	1,5	1,8	1,8	2,1	2,2	2,8	2,8	2,7
R. G. do Sul	8,9	8,0	8,1	8,2	7,5	8,0	7,0	7,2
Centro-Oeste	**1,2**	**1,3**	**2,2**	**2,5**	**3,3**	**4,4**	**4,3**	**4,8**
Dist. Federal	-	-	-	2,2	3,5	4,6	5,5	3,9

Fonte: Cano, 1998.